



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**O EMPREGO DO EXÉRCITO EM MISSÕES DE SEGURANÇA  
INTERNA**

**ALUNO: ASP GNR INF Sérgio Martins Mendes**

**ORIENTADOR: COR TIR CAV REF Nuno A. Bravo Mira Vaz**

**CO-ORIENTADOR: CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno**

**Lisboa, Agosto de 2010**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**O EMPREGO DO EXÉRCITO EM MISSÕES DE SEGURANÇA  
INTERNA**

**ALUNO: ASP GNR INF Sérgio Martins Mendes**

**ORIENTADOR: COR TIR CAV REF Nuno A. Bravo Mira Vaz**

**CO-ORIENTADOR: CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno**

**Lisboa, Agosto de 2010**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais que me criaram e educaram.

## **AGRADECIMENTOS**

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que este trabalho fosse realizado. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Em primeiro lugar agradeço ao Coronel Mira Vaz enquanto Orientador e ao Capitão Madaleno enquanto Co-Orientador a forma como orientaram o meu trabalho. As notas dominantes das suas orientações foram a utilidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me receberam. Estou grato por ambos e também pela liberdade de acção que me permitiram, que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

Em segundo lugar, agradeço ao Major Cruz, ao Major Manuel e ao Capitão José pela sua disponibilidade nos contactos efectuados com entidades exteriores no sentido da concessão de entrevistas e outros contactos considerados pertinentes.

Gostaria ainda de agradecer ao Dr. José Pereira pelo auxílio no tratamento dos dados estatísticos em SPSS.

A todos quantos disponibilizaram parte do ser precioso tempo a responder aos inquéritos por questionário e por entrevista.

São também dignos de uma nota de apreço os camaradas do 15º TPO que me acompanharam nestes cinco anos, em particular, pela boa disposição, convivência e sã camaradagem.

Finalmente, gostaria de deixar um agradecimento muito especial à Andreia, pelos motivos que só ela conhece.

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS	xv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
EPÍGRAFE	xviii
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
ENQUADRAMENTO	1
ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
PERGUNTA DE PARTIDA	2
QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	2
OBJECTIVOS	2
HIPÓTESES	3
METODOLOGIA UTILIZADA	3
ESTRUTURA DO TRABALHO	4
<b>I PARTE – TEÓRICA</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL</b>	<b>5</b>
INTRODUÇÃO	5

1.1.	NO PLANO NACIONAL	6
1.1.1.	SEGURANÇA	6
1.1.2.	SEGURANÇA NACIONAL	6
1.1.3.	DEFESA NACIONAL	6
1.1.4.	SEGURANÇA INTERNA	7
1.2.	NO PLANO INTERNACIONAL	8
1.2.1.	SEGURANÇA	8
1.2.2.	SEGURANÇA NACIONAL	8
1.2.3.	DEFESA NACIONAL	9
1.2.4.	SEGURANÇA INTERNA	9
1.3.	SEGURANÇA EXTERNA	10
1.4.	ESTADOS DE EXCEPÇÃO	11
1.5.	CONCLUSÕES	11
<b>CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA PORTUGUÊS</b>		<b>13</b>
	INTRODUÇÃO	13
2.1.	ACTORES INTERNOS	14
2.1.1.	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	14
2.1.2.	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	16
2.1.3.	POLÍCIA JUDICIÁRIA	17
2.1.4.	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	17
2.1.5.	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA	18
2.2.	ACTORES EXTERNOS	18
2.2.1.	SISTEMA DA AUTORIDADE MARÍTIMA	18
2.2.2.	SISTEMA DA AUTORIDADE AERONÁUTICA	19
2.2.3.	FORÇAS ARMADAS	19
2.2.3.1.	<i>Exército</i>	20
2.2.4.	OUTROS INTERVENIENTES	21
2.3.	CONCLUSÕES	21
<b>CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE SEGURANÇA INTERNA</b>		<b>23</b>
	INTRODUÇÃO	23
3.1.	CONCEITO DE GOVERNANCE DA SEGURANÇA	23
3.2.	COMUNICAÇÃO E CONCORRÊNCIA	25

3.2.1.	COMUNICAÇÃO	25
3.2.2.	CAPACIDADE CONCORRENCIAL EXTERNA	25
3.3.	FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA INTERNA - OUTROS CASOS	26
3.3.1.	O CASO FRANCÊS	26
3.3.2.	O CASO ITALIANO	27
3.4.	CONCLUSÕES	27
<b>PARTE II – PRÁTICA</b>		<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO</b>		<b>28</b>
	INTRODUÇÃO	28
4.1.	MÉTODO DE ABORDAGEM	28
4.2.	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	29
4.3.	INQUÉRITOS	29
4.3.1.	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	30
4.4.	ENTREVISTAS	31
4.4.1.	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	31
4.5.	MEIOS UTILIZADOS	31
4.6.	CONCLUSÕES	32
<b>CAPÍTULO 5 - TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS</b>		<b>33</b>
	INTRODUÇÃO	33
5.1.	ANÁLISE DOS INQUÉRITOS	33
5.1.1.	CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS	33
5.1.2.	CONSISTÊNCIA INTERNA	34
5.1.3.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
5.2.	CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS	38
5.3.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	39
5.3.1.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 1	39
5.3.2.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 2	40
5.3.3.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 3	41
5.3.4.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 4	42
5.3.5.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 5	43
5.3.6.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 6	44
5.3.7.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 7	45
5.3.8.	ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 8	46

5.3.9. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 9	47
5.4. CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS	48
<b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>50</b>
INTRODUÇÃO	50
6.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS	50
6.2. REFLEXÕES FINAIS	51
6.3 RECOMENDAÇÕES	52
6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	52
6.5. INVESTIGAÇÕES FUTURAS	53
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA AO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA AO MAJOR GENERAL CARLOS HENRIQUE PINHEIRO CHAVES</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE D - ENTREVISTA À DIRECTORA DA ESCOLA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE E - ENTREVISTA AO CORONEL CARLOS MANUEL GERVÁSIO BRANCO</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICE F - ENTREVISTA AO ASSESSOR DE ESTUDOS E DIRECTOR DE EDIÇÕES DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE G - ENTREVISTA AO CORONEL ARMÉNIO TIMÓTEO PEDROSO</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE H - ENTREVISTA AO INTENDENTE PAULO MANUEL PEREIRA LUCAS</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS DA GNR E DO EXÉRCITO</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE J - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE K - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO DE ESTUDO</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE L - MISSÕES COMUNS DA GNR E DA PSP</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE M - MISSÕES SEMELHANTES</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE N - MISSÕES DISTINTAS</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE O - RESTANTES MISSÕES DO EXÉRCITO</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE P - MISSÕES DA GNR</b>	<b>109</b>



<b>APÊNDICE Q - MISSÕES DA PSP</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE R - MISSÕES DA PJ</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE S - MISSÕES DO SEF</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE T - MISSÕES DO SIS</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE U - MISSÕES DO SAM</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE V - MISSÕES DO INAC</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE W - MISSÕES DAS FFAA</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE X - MISSÕES DO EXÉRCITO</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO A - ÍNDICE GLOBAL DE PAZ – GPI MAP 2010</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO B - PLANO DE ALERTA VIGIPIRATE</b>	<b>125</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Principais Intervenientes na Segurança Nacional em Portugal .....	22
Figura 2 - Multi - level governance da segurança. ....	24
Figura 3 - A geometria variável do SSI .....	25

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico J.1 - Género. ....	96
Gráfico J.2 - Escalão etário.....	96
Gráfico J.3 - Posto.....	96
Gráfico J.4 - Tempo de serviço.....	97
Gráfico J.5 - Habilitações Literárias. ....	97
Gráfico K.1 - Como avalia a segurança em Portugal? .....	98
Gráfico K.2 - Em que medida está satisfeito/insatisfeito com a segurança em Portugal? ....	98
Gráfico K.3 - Evolução das políticas de segurança interna. ....	99
Gráfico K.4 - Necessidade da profissionalização dos militares do Exército.....	102

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Caracterização da Amostra.....	31
Quadro 5.1 - Análise de conteúdo à questão n.º 1.....	40
Quadro 5.2 - Análise de conteúdo à questão n.º 2.....	41
Quadro 5.3 - Análise de conteúdo à questão n.º 3.....	42
Quadro 5.4 - Análise de conteúdo à questão n.º 4.....	43
Quadro 5.5 - Análise de conteúdo à questão n.º 5.....	44
Quadro 5.6 - Análise de conteúdo à questão n.º 6.....	45
Quadro 5.7 - Análise de conteúdo à questão n.º 7.....	46
Quadro 5.8 - Análise de conteúdo à questão n.º 8.....	47
Quadro 5.9 - Análise de conteúdo à questão n.º 9.....	48
Quadro L.1 - Missões Comuns da GNR e da PSP.....	105
Quadro M.1 - Missões semelhantes .....	106
Quadro N.1 - Missões distintas.....	107
Quadro O.1 - Restantes missões do Exército.....	108
Quadro P.1 - Missões da GNR.....	109
Quadro Q.1 - Missões da PSP.....	110
Quadro R.1 - Missões da PJ.....	111
Quadro S.1 - Missões do SEF.....	112
Quadro T.1 - Missões do SIS.....	113
Quadro U.1 - Missões do SAM.....	114
Quadro V.1 - Missões do INAC.....	115
Quadro W.1 - Missões das FFAA.....	116
Quadro X.1 - Missões do Exército.....	117
Quadro B.1 - Plano de Alerta VIGIPIRATE.....	125

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 5.1 - Consistência Interna do questionário. ....	34
Tabela 5.2 - Estatísticas Item – Total. ....	34
Tabela J.1 - Identificação da Força onde presta serviço. ....	96
Tabela J.2 - Oriundo da Academia Militar. ....	97
Tabela J.3 - Local onde presta serviço. ....	97
Tabela K.1 - Considera Portugal um País Seguro?.....	98
Tabela K.2 - Evolução da segurança nos últimos 5 anos. ....	98
Tabela K.3 - As FSS são suficientes para garantir a segurança enquanto bem público? .....	99
Tabela K.4 - Motivos das FS não serem suficientes para garantirem a segurança. ....	99
Tabela K.5 - Problemas que poderão afectar a segurança em Portugal nos próximos tempos.....	99
Tabela K.6 - Missões comuns à GNR e à PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército.....	100
Tabela K.7 - Missões específicas da GNR que poderão ser desempenhadas pelo Exército. .....	101
Tabela K.8 - Missões específicas da PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército. .....	101
Tabela K.9 - Missões genéricas e específicas da GNR que podem ser desempenhadas pelo Exército.....	102
Tabela K.10 - Missões genéricas e específicas da PSP que podem ser desempenhadas pelo Exército.....	102
Tabela K.11 - Teste de Mann-Whitney da questão n.º 22. ....	103
Tabela K.12 - Necessidade de profissionalização do Exército. ....	103
Tabela K.13 - Teste de Mann-Whitney da questão n.º23. ....	103
Tabela K.14 - Disponibilidade de recursos, meios técnicos e formação adequada por parte do Exército.....	103
Tabela K.15 - Existência de múltiplos actores a nível da SI. ....	103
Tabela K.16 - Dificuldade na geração de sinergias entre os vários intervenientes na SI. ....	103
Tabela K.17 - Obstáculos à cooperação e coordenação.....	104
Tabela K.18 - Redução do número de actores político-estratégicos e do número de actores operacionais. ....	104
Tabela K.19 - Necessidade de emprego do Exército em missões de SI. ....	104

Tabela K.20 - Testes do Qui-quadrado. ....	104
Tabela K.21 - Instituição vs concorda com o emprego do Exército em missões de SI. ....	104
Tabela A.1 - Índice Global de Paz - GPI MAP 2010 .....	120

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADM</b>	Armas de Destruição Maciça
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AMN</b>	Autoridade Marítima Nacional
<b>APA</b>	<i>American Psychological Association</i>
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DN</b>	Defesa Nacional
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos do Homem
<b>EG</b>	Escola da Guarda
<b>EUROPOL</b>	Serviço Europeu de Polícia
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>FS</b>	Forças de Segurança
<b>FSS</b>	Forças e Serviços de Segurança
<b>GCS</b>	Gabinete Coordenador de Segurança
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GOP</b>	Grandes Opções do Plano
<b>GPI</b>	<i>Global Peace Index</i>
<b>INAC</b>	Instituto Nacional de Aviação Civil
<b>INTERPOL</b>	Organização Internacional de Polícia Criminal
<b>IPRI</b>	Instituto Português de Relações Internacionais
<b>LDN</b>	Lei de Defesa Nacional
<b>LDNFA</b>	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
<b>LOBOFA</b>	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
<b>LOIC</b>	Lei da Organização da Investigação Criminal
<b>LSI</b>	Lei de Segurança Interna
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça

<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPC</b>	Órgão de Polícia Criminal
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PM</b>	Primeiro-ministro
<b>PR</b>	Presidente da República
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>SAA</b>	Sistema da Autoridade Aeronáutica
<b>SAM</b>	Sistema de Autoridade Marítima
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SGSSI</b>	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
<b>SI</b>	Segurança Interna
<b>SIED</b>	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
<b>SIRP</b>	Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>SIS</b>	Serviço de Informações de Segurança
<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
<b>SSI</b>	Sistema de Segurança Interna
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>TN</b>	Território Nacional
<b>ZEE</b>	Zona Económica Exclusiva



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>apud</b>	Citado em
<b>art.</b>	Artigo
<b>et al</b>	Et aliae (e outros – para pessoas)
<b>In</b>	Citado em
<b>km</b>	Quilómetro
<b>n.º</b>	Número
<b>p.</b>	Página

## RESUMO

A segurança dos cidadãos reflecte-se nas políticas de segurança interna adoptadas pelo governo de um país. Com a emergência de novos riscos e ameaças à escala global torna-se necessário perceber as diversas formas de fazer face a essas incertezas, sendo essencial analisar as formas de participação de todos os meios ao seu dispor, nomeadamente o Exército, tal como a pertinência da sua utilização na manutenção da segurança interna.

O objectivo deste estudo consiste em investigar as circunstâncias em que o Exército poderá ser empregue em missões de segurança interna.

Atendendo à metodologia utilizada, a investigação foi desenvolvida com base no método hipotético - dedutivo ou de verificação de hipóteses e no método inquisitivo, através da realização de um inquérito por questionário a uma amostra representativa e estratificada de oficiais da GNR e do Exército com conhecimento nesta área, sendo que os resultados da análise conjunta das entrevistas e dos inquéritos dão a conhecer a opinião dos vários intervenientes no estudo.

Dos resultados obtidos, destaca-se a possibilidade do Exército vir a desempenhar algumas missões de segurança interna, nomeadamente protecção, socorro e auxílio de pessoas e preservação bens; a vigilância e protecção de pontos sensíveis; colaboração na prestação de honras de Estado e execução de acções de prevenção e de intervenção em primeira linha, em situação de emergência de protecção e socorro.

Porventura, para que este empenhamento se concretize há necessidade do Exército dispor de recursos, meios técnicos e formação adequada à nova realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** SEGURANÇA INTERNA, EXÉRCITO, MISSÕES, VIGILÂNCIA, RECURSOS.

## **ABSTRACT**

The citizens' security reflects itself on the internal security politics adopted by a country government. With the manifestation of new threats and risks at a global scale it becomes necessary to understand the many ways of acting against those incertitudes, being essential to analyze the participation forms of all the means at its disposal, namely the Army, as its pertinent use in the internal security maintenance.

This study goal consists in investigating the circumstances in which the Army might be used in internal security missions.

Referring to the used methodology, the investigations was developed in a hypothetic method-deductive base, or of hypothesis verification and in the inquisitive method, through the undertaking of a survey to a representative and stratified sample of the Republican National Guard and Army officers with knowledge in this area, the compilation of results of the interviews and the survey will show the opinion of the intervenient in the study.

Among the results, it stands out the possibility of the Army undertaking some internal security missions, naming protection, safe and rescue of people on goods; surveillance and protection of sensible spots; collaboration in State Honors and execution of prevention actions and first line intervention, in emergency, safe and rescue situations.

However, for this to happen it is necessary that the Army has in its disposal, technical means and adequate formation given the new reality.

**KEY-WORDS:** INTERNAL SECURITY; ARMY; MISSION; SURVEILLANCE; RESOURCES.

## EPÍGRAFE

*“Aquele que se empenha a resolver as dificuldades resolve-as antes que elas surjam. Aquele que se ultrapassa a vencer os inimigos triunfa antes que as suas ameaças se concretizem.”*

SUN TZU

# INTRODUÇÃO

## ENQUADRAMENTO

O presente trabalho de investigação aplicada (TIA) é desenvolvido no âmbito do mestrado em Ciências Militares, especialidade Segurança dos cursos das armas da Guarda Nacional Republicana (GNR) da Academia Militar (AM), subordinando-se ao tema “O emprego do Exército em missões de segurança interna”.

Visa aprofundar os conhecimentos obtidos ao longo da formação ministrada na AM e na Escola da Guarda (EG), investigando uma problemática específica, de primordial importância para a missão da Guarda, procurando-se que a reflexão a fazer, bem como os pontos de vista expressos, permitam iluminar de forma satisfatória todos os aspectos do problema, em ordem a obter, no final, respostas adequadas para todas as perspectivas em discussão.

O trabalho visa igualmente contribuir para desenvolver as diversas competências dos futuros Oficiais da Guarda, garantindo ferramentas que possam ser utilizadas no desempenho das suas funções.

## ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A segurança interna (SI) é uma das principais preocupações das sociedades actuais. A emergência de novos riscos e ameaças à escala global, tais como o terrorismo global, o crime organizado transnacional ou a proliferação de armas de destruição maciça (ADM), torna-se necessário perceber as diversas formas de fazer face a essas incertezas. São exemplo dessa mesma insegurança os atentados terroristas ocorridos em Nova Iorque no dia 11 de Setembro de 2001 contra alvos civis e atribuídos à organização fundamentalista islâmica *Al-Qaeda*, no dia 11 de Março de 2004 contra quatro comboios da rede ferroviária de Madrid e ainda no dia sete de Julho de 2005, os atentados bombistas no metro de Londres.

Assim, tendo o Estado o monopólio do uso da força, é essencial analisar as formas de participação de todos os meios ao seu dispor, nomeadamente o Exército, e até que ponto poderá e deverá ou não ser feito uso desses mesmos meios, tal como a pertinência da sua utilização na manutenção da SI. A legislação em vigor atribui já algumas missões às Forças Armadas (FFAA), designadamente ao Exército, interessando investigar e reflectir até que

ponto pode ir esse emprego e se a legislação vigente necessita de ser revista ou actualizada.

A escolha deste tema consigna-se não só ao interesse do autor, mas também ao impacto, pertinência e actualidade da matéria, tendo vindo a ser discutido pelas mais altas entidades militares e civis no que concerne à segurança e defesa do país, sendo de primordial importância para a GNR.

## **PERGUNTA DE PARTIDA**

O objecto de estudo que nos propusemos realizar é referente ao emprego do Exército é missões de segurança interna, tendo como **objectivo geral** o seguinte: analisar as circunstâncias em que o Exército poderá ser empregue em missões de SI.

Surge então a seguinte **pergunta de partida**: “Em que circunstâncias o Exército poderá ser empregue em missões de SI?”

## **QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO**

- De que forma o emprego do Exército na SI poderá melhorar o nível de segurança em Portugal?
- Verifica-se a necessidade de empregar o Exército na SI?
- Que capacidades do Exército poderão ser empregues na SI?
- Que implicações trará ao nível da formação?

## **OBJECTIVOS**

Assim sendo e de forma a dar resposta ao problema formulado, foram definidos **objectivos específicos** pertinentes de forma a enquadrar este problema:

- Analisar se legalmente o Exército pode ser utilizado em missões específicas de SI.
- Avaliar se o Exército está preparado para assumir funções ou tarefas no âmbito da SI.
- Analisar que tipo de missões actualmente da competência da GNR e da PSP, o Exército poderá vir a desempenhar na SI.
- Analisar a necessidade de desenvolver novas doutrinas, relativamente ao emprego de meios militares em missões de SI.

## HIPÓTESES

Segundo Quivy & Campenhoudt (2005, p. 135), “Não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses”. Além disso, para os mesmos autores, “um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 119).

Assim, e atendendo às perguntas de investigação, apresentam-se de seguida as hipóteses de investigação de forma a responder à pergunta de partida:

Hipótese 1 - A legislação existente permite empregar o Exército na SI, em situação de normalidade democrática.

Hipótese 2 - O Exército poderá desempenhar novas missões no âmbito da SI.

Hipótese 3 - A participação do Exército na SI implicará ajustamentos organizacionais.

Hipótese 4 - É necessário desenvolver doutrina, relativamente ao emprego de meios militares em missões de SI.

Hipótese 5 - No que respeita à participação do Exército em missões de segurança interna, a GNR e o Exército têm opiniões diferentes/divergentes.

Hipótese 6 - O Exército está preparado para intervir na SI.

## METODOLOGIA UTILIZADA

Atendendo aos objectivos propostos, a investigação foi desenvolvida com base no método hipotético-dedutivo ou de verificação de hipóteses, atendendo “a que a sua validade depende dos resultados da própria verificação” (Molwick, 2009) sendo constituído por quatro fases: a observação<sup>1</sup>, a formulação de hipóteses, a dedução<sup>2</sup> e a verificação das hipóteses. Este método necessita que as hipóteses sejam ou não verificadas para poder ser considerado válido. Foram ainda utilizados o método qualitativo e o quantitativo, sendo que o primeiro foi materializado através de uma pesquisa bibliográfica e documental específica sobre o tema, partindo do geral para o particular, tais como legislação, documentos, jornais, e outros artigos achados pertinentes no enriquecimento do trabalho. Foram ainda efectuadas entrevistas exploratórias e confirmatórias a personalidades que, pela sua experiência ou pela função desempenhada possam contribuir para o esclarecimento dos assuntos que confluem para a temática do nosso estudo. No que se refere ao método quantitativo, foi concretizado através do levantamento de dados estatísticos, com base no método inquisitivo, através da realização de um inquérito por questionário a uma amostra

---

<sup>1</sup> Recolha sistemática de dados, o mais objectivamente possível.

<sup>2</sup> Verificar as previsões que foram pressupostas.

representativa e estratificada por postos dentro da classe de Oficiais da GNR e do Exército com conhecimento nesta área.

## **ESTRUTURA DO TRABALHO**

O trabalho encontra-se dividido em duas partes, sendo a primeira teórica e a segunda essencialmente prática.

A primeira é constituída por três capítulos, tendo como objectivo o enquadramento legal e conceptual dos conceitos de Segurança, Segurança Nacional, Defesa Nacional, Segurança Interna, Segurança Externa e Estados de Excepção. Seguidamente é feita uma caracterização do Sistema de Segurança Interna (SSI) português. Por fim serão abordadas as políticas de regulação do mercado de SI.

A segunda parte do trabalho inicia-se com a investigação do trabalho de campo, sendo esta respeitante aos métodos e técnicas de investigação utilizadas e consequente análise de resultados, finalizando com as respostas às hipóteses formuladas e consequente pergunta de partida, conclusões decorrentes do trabalho desenvolvido e possíveis recomendações.

De referir que foram seguidas as orientações para redacção de trabalhos científicos da AM, bem como o Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrados e Trabalhos de Investigação Aplicada de Manuela Sarmiento, tendo sido as normas da *American Psychological Association (APA)*, as adoptadas para citações e referências bibliográficas.



# **I PARTE – TEÓRICA**

## **CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL**

### **INTRODUÇÃO**

O conceito de segurança, apresentou sempre uma formulação muito complexa, sendo prova as várias adaptações feitas ao longo dos tempos, e mais recentemente para fazer face a novas ameaças que emergiram no panorama nacional e internacional.

Considerando a segurança, a justiça e o “bem-estar material e espiritual” (Alves, 2008, p. 29) como objectivos primordiais de um Estado de Direito, torna-se fundamental promover a segurança, visto ser esta a base de qualquer Estado, e tanto a justiça como o bem-estar estarem dependentes desta. Isso mesmo é expresso no art.º 3 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” A Constituição da República Portuguesa (CRP) determina, no seu artigo 27º, que “todos têm direito à liberdade e à segurança”, assumindo que a liberdade e a segurança são dois direitos que estão intimamente ligados e dependentes, sendo que a primeira só será verdadeiramente conseguida se for exercida em condições de segurança.

Atendendo às mudanças profundas que ocorreram no cenário internacional nos últimos vinte anos, os actores internacionais têm tentado encontrar formas de resposta no que concerne às novas ameaças e riscos que poderão ocorrer de forma imprevisível no seio de cada Nação. Estas ameaças constituem factores de instabilidade e uma preocupação permanente dos Estados no que concerne à segurança e defesa, sendo exemplo dessa mesma insegurança os atentados terroristas ocorridos em Nova Iorque no dia 11 de Setembro de 2001. Como tal, Portugal viu-se obrigado a repensar a sua política de defesa nacional, elaborando nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de forma a garantir uma maior possibilidade de resposta através da mobilização de todos os meios e recursos à sua disposição, havendo necessidade de existir uma coordenação entre as políticas sectoriais do Estado, de forma a reforçar e qualificar a vontade colectiva de defesa, nomeadamente apoiar os objectivos da política externa e se necessário garantir a correcta articulação entre as FFAA e as Forças e Serviços de Segurança (FSS). Como tal foram considerados alguns

conceitos base, fazendo uma comparação com o plano internacional, a partir dos quais passaremos à análise do tema e que começamos desde já por definir.

## **1.1. NO PLANO NACIONAL**

### **1.1.1. SEGURANÇA**

Segundo o Coronel Carlos Alves, a origem etimológica da palavra segurança advém do latim “securus”, e “aponta para um estado ou situação livre de perigo, sendo corrente entender-se segurança como ausência de perigo” (Alves, 2008, p.43). De acordo ainda com o mesmo autor, a segurança pode ser definida como um “estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à preservação e à condução de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (Alves, 2008, p. 47).

De acordo com um estudo elaborado pelo Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), a segurança pode ainda ser definida como *“um estado pessoal, mas simultaneamente um processo social de interacção entre indivíduos e sistemas que visa assegurar a previsibilidade, a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater ameaças e riscos geradas pela desordem e imprevisibilidade”* (IPRI, 2006, p. 33).

### **1.1.2. SEGURANÇA NACIONAL**

Em 1979, o Instituto de Defesa Nacional (IDN) definiu segurança nacional como “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, a independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.”

Posteriormente, o IDN altera o conceito, passando a defini-lo como a “situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas no quadro constitucional” (IDN apud Alves, 2010, p. 42).

### **1.1.3. DEFESA NACIONAL**

Alves in IDN (2008, p. 52) recorre à definição adoptada pelo IDN como o *“conjunto de medidas e acções, adequadamente integradas e coordenadas que, globalmente ou*

*sectorialmente, permitem fortalecer a capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando criar as melhores condições para a prevenção e combate a quaisquer ameaças que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais”.*

No que concerne aos objectivos e de acordo com o n.º 2 do art. 273º da CRP a *“defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.”* Da mesma forma e de acordo com o n.º 1 do art. 1º da Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho que aprova a Lei de Defesa Nacional (LDN), *“a Defesa Nacional tem por objectivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas”*, verificando-se o acrescento do termo “soberania do Estado” em relação à definição anterior e presente na CRP e na Lei n.º 29/82 - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA).

Para Jorge Miranda, este conceito de soberania é compreendido como “poder supremo e aparentemente ilimitado dando ao Estado capacidade não só para vencer as resistências internas à sua acção como para afirmar a sua independência em relação aos outros Estados” (Miranda, 2003, p. 64).

#### **1.1.4. SEGURANÇA INTERNA**

A definição de SI, em sentido restrito, pode ser definida em termos legais de acordo com o art. 1º da Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto - Lei de Segurança Interna (LSI), como sendo *“a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”*, destinando-se em especial e nos termos do n.º 3 do mesmo art., a *“proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública”*.

## 1.2. NO PLANO INTERNACIONAL

### 1.2.1. SEGURANÇA

Atendendo à doutrina americana e de acordo com o dicionário de termos militares e associados, este conceito é definido como as *“medidas tomadas por uma unidade militar, actividade ou instalação para se proteger contra todos os actos destinados a, ou que podem, prejudicar a sua eficácia. Uma condição que resulta da criação e manutenção de medidas de protecção que garantam um estado de inviolabilidade por actos hostis ou influências. Em relação à matéria classificada, a condição que impede que pessoas não autorizadas tenham acesso a informação oficial que seja salvaguardada no interesse da Segurança Nacional”*<sup>3</sup> (DOD, 2010, p. 419).

Atendendo à definição da Organização das Nações Unidas (ONU) e idealizada por Kofi Annan<sup>4</sup>, esta é descrita como “parte integrante de um triângulo conceptual composto por segurança, desenvolvimento e direitos humanos”, em que “um estado de segurança só pode ser edificado num contexto no qual existe um processo de desenvolvimento social, cultural, económico e político a ocorrer de acordo com parâmetros que respeitam a carta dos Direitos Humanos” (Annan apud Gomes, 2010, ¶ 10).

### 1.2.2. SEGURANÇA NACIONAL

De acordo com o dicionário de termos militares e associados<sup>5</sup> dos Estados Unidos, este conceito é definido como *“um termo colectivo que engloba tanto a Defesa Nacional e as relações exteriores dos Estados Unidos. Sendo mais especificamente, a condição fornecida por forças militares ou a vantagem sobre a defesa de qualquer nação estrangeira ou grupo de nações; uma posição favorável de relações externas, ou uma postura de defesa capaz de resistir com sucesso a uma acção hostil e destrutiva de dentro ou de fora, ostensiva ou dissimulada”*<sup>6</sup> (DOD, 2010, p.320).

Segundo a doutrina espanhola, o objectivo da segurança nacional é a *“protecção dos cidadãos pelo Estado face a graves riscos colectivos, resultantes de acções intencionais<sup>7</sup> ou emergências de origem natural ou humano<sup>8,9</sup>”* (Almendron, 2010).

<sup>3</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>4</sup> Antigo Secretário-geral da ONU, no artigo *Larger Freedom*.

<sup>5</sup> O dicionário de termos militares e associados é um compêndio de terminologia utilizada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD).

<sup>6</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>7</sup> Terrorismo internacional, crime organizado, proliferação, conflitos internacionais, armas de destruição maciça e ataques de Estados.

<sup>8</sup> Pandemias, infra-estruturas críticas, crises financeiras, matérias-primas, migrações e catástrofes ambientais.

<sup>9</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

Para o presidente Nicolas Sarkozy, em França existe apenas o conceito de segurança nacional “que combina, sem confusão, a política de defesa, a política de segurança nacional, a política externa e a política económica”<sup>10</sup> (Securite, 2010), sendo que “já não se pode apenas falar de defesa, mas de defesa e segurança nacional, o que significa que existe uma continuidade entre a segurança externa, a defesa e a segurança interna, ou seja a segurança do território”<sup>11</sup> (Lejdd, 2010).

### **1.2.3. DEFESA NACIONAL**

De acordo com o novo conceito estratégico da NATO, a noção de “Defesa integrada (...) identifica um grupo de medidas que, na opinião da organização, devem ser adoptadas pelos membros no sentido de garantir a defesa da aliança e, por conseguinte, a sua integridade política e territorial” (Gomes, 2007, ¶ 26).

Para os EUA, o conceito de *Homeland Defense*<sup>12</sup> não é tão abrangente quanto o de *Homeland Security*<sup>13</sup>. Porém, a defesa nacional “envolve tomar medidas para manter os agressores fora do país, mas não funciona para impedir a sua origem em outro lugar” (Watson, 2002, pp. 14-15).

Segundo doutrina espanhola, e de acordo com o art. 2º da Lei Orgânica 6/1980, de 1 de Julho, pela qual se regulam os critérios bases da defesa nacional e da organização militar, a defesa nacional é a “*disposição, integração e acção coordenada de todas as energias e forças morais e materiais da Nação frente a qualquer forma de agressão, devendo todos os espanhóis participarem para atingirem tal fim. Tem por finalidade garantir de modo permanente a unidade, soberania e independência da Espanha, a sua integridade territorial e o ordenamento constitucional, protegendo a vida da população e os interesses da pátria*”.

Em França, a defesa tem por objectivo “assegurar a todo o tempo, em todas as circunstâncias e frente a todas as formas de agressão, a segurança e a integridade do território” (Ordenance 59-47 de 07JAN59, apud Branco, 2010, p. 28).

### **1.2.4. SEGURANÇA INTERNA**

Os EUA adoptam o conceito de *homeland security* como o “esforço nacional para defender a América dos terroristas”. *Este esforço, inclui a “preparação de doutrinas para fazer face a todos os riscos, concentrando-se em esforços comuns que ajudam a preparar-*

---

<sup>10</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>11</sup> Tradução Livre da responsabilidade do autor.

<sup>12</sup> Defesa Nacional. Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>13</sup> Segurança Interna. Tradução livre da responsabilidade do autor.

se para fazer face a ataques terroristas e outras catástrofes naturais ou humanas, tais como furacões e derrames de produtos químicos acidentais” (Sauter & Carafano, 2005, p. v). É ainda “um movimento agressivo e activo para evitar que ocorram qualquer tipo de actividades terroristas no país” (Watson, 2002, pp. 14-15).

No dicionário de termos militares e associados este conceito é definido como “ o estado da lei e da ordem vigente dentro de uma Nação”<sup>14</sup> (2010, p. 241). Poderá ainda ser considerado como “a prevenção da acção contra os recursos dos Estados Unidos, indústrias e instituições, bem como a protecção da vida e dos bens em caso de emergência nacional pelo emprego de todas as medidas, em paz ou em guerra, com excepção da Defesa Militar. Condição resultante das medidas tomadas dentro de um comando de defesa para proteger as informações sob o seu conhecimento, incluindo a segurança física dos documentos e materiais”<sup>15</sup> (Milterms, 2010).

De acordo com a doutrina espanhola e segundo a Lei orgânica 1/1992, de 21 de Fevereiro, sobre protecção da segurança dos cidadãos, esta refere-se a este conceito como a *segurança dos cidadãos ou segurança pública*, “estando este afecto ao exercício de certos direitos fundamentais, tais como o direito à liberdade, a liberdade de circulação em todo o país, ir para dentro e para fora de Espanha ou o direito de reunião”<sup>16</sup>.

### **1.3. SEGURANÇA EXTERNA**

De acordo com o n.º 2 do art. 3º da Lei Orgânica n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), é “o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”.

Este, enquanto serviço de segurança externa, logo “instrumento complementar de segurança interna” (SIED, 2010), tem por missão assegurar as informações necessárias no que respeita aos diversos tipos de ameaças de origem externa à segurança interna, tais como terrorismo, redes internacionais de crime organizado, imigração ilegal e proliferação nuclear, biológica e química (SIED, 2010), constituindo-se como instrumento essencial no que respeita à acção do Estado. O conceito de ameaça externa ou interna, depende do critério da sua proveniência (interna ou externa), sendo a ameaça classificada como interna ou externa, de acordo com o seu ponto de aplicação ou a sua origem (Branco, 2010, pp. 30-32).

---

<sup>14</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>15</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>16</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

## 1.4. ESTADOS DE EXCEPÇÃO

Quando nos referimos aos estados de excepção, referimo-nos mais propriamente ao estado de sítio e estado de emergência, importando referir onde e em que circunstâncias estes poderão ser declarados. De acordo com o n.º 2 do art. 19º da CRP, *“o Estado de Sítio ou o Estado de Emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do Território Nacional, nos casos de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.”* Por sua vez, nos termos do n.º 8 do mesmo art., a declaração destes estados “confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional”, podendo e devendo nos termos do nº 7 do art. 275 da CRP, empregar as FFAA “quando se verifiquem essas situações”, estando as condições de emprego referidas na Lei N.º 44/86, de 30 de Setembro, referente ao Regime do Estado de Sítio e Estado de Emergência. Os estados de excepção, forma definidos em 1986, sendo fixadas as normas gerais vigentes nessas situações e que estão previstas na CRP, prevendo o emprego das FFAA no interior do Território Nacional (TN), sem ser em estado de guerra. Nos termos do art. 8º da Lei n.º 44/86, o estado de sítio será declarado *“quando se verifiquem ou estejam iminentes actos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na Lei”*.

Por sua vez, nos termos do art.º 9º da Lei Nº 44/86, o estado de emergência será declarado “quando se verifiquem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verifiquem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública,” sendo que em situação de normalidade e nos termos do n.º 3 do art. 8º da Lei n.º 44/86, a GNR depende do Ministro da Administração Interna, e em caso de guerra ou sítio as FSS serão colocadas para efeitos operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), por intermédio dos respectivos Comandantes-Gerais.

## 1.5. CONCLUSÕES

Este capítulo centra-se na análise e comparação de conceitos fundamentais segundo a doutrina nacional e internacional. Assim, “a segurança adquire significados diferentes consoante os indivíduos, as sociedades e os momentos históricos em que é usado” (IPRI, 2006, p. 32).

Os EUA adoptam os conceitos de *Homeland Security*<sup>17</sup> e *Homeland Defense*<sup>18</sup>, como novos conceitos de defesa contra o terrorismo (Viana, 2003, p. 8).

---

<sup>17</sup> Segurança Interna. Tradução da Responsabilidade do autor.

Em França, não existe o conceito de defesa nacional (DN) e de SI, mas apenas o conceito de segurança nacional, tal como na maioria dos países ocidentais.

Em Espanha, a situação é semelhante a Portugal, sendo que a defesa consiste na “disposição, integração e acção coordenada de todas as energias e forças morais e materiais da Nação frente a qualquer forma de agressão”, enquanto a segurança interna é referida como a segurança dos cidadãos ou segurança pública “estando este afecto ao exercício de certos direitos fundamentais”.

Em suma, e de acordo com o enquadramento constitucional, compete às FSS, garantir a SI no que respeita ao plano interno e às FFAA garantir a DN, contra qualquer ameaça externa e no plano externo. Isto não significa que o Exército não possa intervir no cumprimento de missões de segurança no plano interno, mas apenas em situações extraordinárias ou excepcionais de necessidade pública em que sejam decretados o estado de sítio ou de emergência e que seja solicitada a sua intervenção.

---

<sup>18</sup> Defesa Nacional. Tradução da responsabilidade do autor.



## CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA PORTUGUÊS

### INTRODUÇÃO

De acordo com as políticas de segurança traçadas pelo XVIII Governo Constitucional para a legislatura 2009-2013, o reforço da segurança é um objectivo prioritário, sendo nos últimos anos, uma prioridade do governo a segurança, a prevenção e a repressão da criminalidade. *“Para isso, há que enfrentar e reprimir os crimes cometidos com violência, sobretudo com recurso a armas, bem como aqueles que são mais ofensivos para os cidadãos e causam maior alarme social. É necessário, de facto, prevenir e reprimir essa criminalidade com eficácia, afirmando a autoridade do Estado de Direito e promovendo a defesa da sociedade”* (Parlamento, 2010).

Nos termos do art. 3º do Decreto-Lei n.º 203/ 2006, de 27 de Outubro, o Ministério da Administração Interna (MAI) “prossegue as suas atribuições através dos governos civis, das FSS, e de outros serviços de administração directa”. Nos termos do n.º 2 do art. 6º do mesmo diploma, as forças de segurança (FS) organicamente dependentes do MAI são a GNR e a Polícia de Segurança Pública (PSP).

Como tal e tendo como base um conceito estratégico de segurança mais adequado à actualidade, no dia 1 de Março de 2007, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2007, foi definida a criação do Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI), actualmente designado por Sistema de Segurança Interna (SSI) em substituição do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS). Nos termos do n.º 2 do art. 25 da LSI, o SSI é composto pela Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança, sendo estas as instituições que representam o essencial da actividade da vida democrática do país, exercendo funções de SI, assegurando a prevenção, a ordem pública e a investigação criminal. Ao nível dos actores internos, o SSI tem um núcleo central, coordenado por um Secretário-Geral (SGSSI), nomeado pelo Primeiro-Ministro (PM), com competências de direcção, coordenação, controlo e comando operacional das FSS e como tal o coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), visando essencialmente a coordenação e a cooperação de todos os OPC e a partilha de informações entre eles. No que se refere à vertente da prevenção e investigação criminal, e de acordo com a Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto da Organização da Investigação Criminal

(LOIC), esta vem reforçar e procurar uma maior e melhor coordenação entre os diversos órgãos de polícia criminal, nomeadamente no âmbito da EUROPOL<sup>19</sup> e da INTERPOL<sup>20</sup>.

De acordo com o n.º 1 do art. 25 do Capítulo IV da LSI, as FSS “são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apatidários e concorrem para garantir a segurança interna”.

No entanto, no caso de Portugal, é necessário verificar o *Global Peace Index (GPI)*<sup>21</sup> 2010, conforme tabela A.1, de forma a verificar a pertinência e necessidade ou não de novos actores a nível do SSI, atendendo a que Portugal é actualmente o 13º país mais seguro do mundo num conjunto de 149 países analisados, sendo a Nova Zelândia o país mais seguro do mundo e o Iraque o mais perigoso, comparando-o com países como os Estados Unidos que ocupam a 85º posição, a França a 32º ou a Espanha a 25ª. Para se chegarem a estas conclusões foram tidos em consideração vários factores, tais como a violência, o crime organizado, o respeito pelos direitos humanos, o número de elementos das FSS por 100 000 habitantes, a facilidade de acesso a armas ou a instabilidade política. Em 2007, Portugal ocupava a 9ª posição entre 121 Países, em 2008 a 7ª entre 140 e em 2009 a 14ª entre 144. Assim e analisando em relação ao ano transacto, Portugal subiu uma posição no ranking, tendo o referido estudo aumentado em cinco países.

Embora Portugal seja considerado um dos países mais seguros a nível mundial, a ambição legítima de reforçar a segurança do território e dos cidadãos recomenda o recurso a todos os meios disponíveis para o efeito, mesmo em situação de normalidade civil, sendo como tal necessário verificar as missões semelhantes já desempenhadas pelo Exército em relação à GNR e à PSP, conforme quadro M.1, para que posteriormente possam ser definidas o tipo de missões a desempenhar.

Passaremos seguidamente à definição e caracterização dos principais intervenientes, sejam eles permanentes ou não permanente no actual SSI, e como tal designados como internos ou externos ao sistema.

## **2.1. ACTORES INTERNOS**

### **2.1.1. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

A GNR é, nos termos do n.º 1 do art. 1º da sua Lei Orgânica n.º 63/2007, de 6 de Novembro, uma “força de segurança de natureza militar, constituída por militares

---

<sup>19</sup> EUROPOL é o acrónimo do Serviço Europeu de Polícia responsável pelo tratamento e intercâmbio de informação criminal. Tem como objectivo melhorar a eficácia e a cooperação entre os Estados Membros da União Europeia no domínio da prevenção e do combate à criminalidade organizada de dimensão internacional.

<sup>20</sup> INTERPOL é o acrónimo da Organização Internacional de Polícia Criminal, a qual apoia e auxilia todas as organizações, autoridades e serviços cuja missão é prevenir ou combater o crime internacional.

<sup>21</sup> Índice Global de Paz. Tradução da Responsabilidade do autor.

organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.” De acordo com o n.º 1 do art. 5º da presente Lei, a GNR tem jurisdição em “todo o território nacional e no mar territorial”, dependendo nos termos do n.º 1 do art. 2º do “membro do Governo responsável pela área da administração interna”. Nos termos do n.º 2 do art. 2º da mesma, as suas forças *“são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos na LDNFA e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”*.

Aquando de atribuições cometidas simultaneamente à PSP e à GNR, conforme quadro L.1, a área de responsabilidade da GNR é definida por portaria do ministro da tutela, sendo que nos termos do art. 5º da sua Lei Orgânica, fora da área de responsabilidade definida nos termos do número anterior, a intervenção da Guarda depende do pedido de outra força de segurança, de ordem especial ou de imposição legal, podendo ainda prosseguir a sua missão fora do TN, desde que legalmente mandatada para o efeito. Actualmente, o efectivo da Guarda é composto por cerca de 26 000 efectivos<sup>22</sup>, sendo que devido ao reajustamento de áreas de responsabilidade entre a GNR e a PSP, a área sob responsabilidade da primeira é actualmente de cerca de 94% do território nacional, mais concretamente 86 597,4 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 53,8% da população ou seja 5 756 027 habitantes (GNR, 2010, p. 19).

No que concerne à sua missão e conforme se apresenta no quadro P.1, esta desdobra-se em várias vertentes: a policial, a de apoio e socorro, a honorífica e de representação de Estado e as militares. A área policial, compreende as missões de polícia criminal e polícia administrativa, sendo que esta divide-se em administrativa geral e especial. Atendendo às missões de natureza militar, e de acordo com o n.º 1 do art. 150 do despacho n.º 10393/2010, de 22 de Julho de 2010, que altera o Regulamento Geral do Serviço da GNR, portaria n.º 722/85, de 25 de Setembro, esta cumpre as missões militares que lhe forem cometidas, em função da sua natureza, instrução e capacidades, nomeadamente *missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; missões no âmbito da segurança de áreas da retaguarda; missões de contra-guerrilha, como força de quadrícula; missões de ocupação e defesa de infra-estruturas críticas e pontos sensíveis; missões de combate de ruas; missões de operações especiais; missões de polícia militar e missões de inactivação e supressão de engenhos explosivos*. Independentemente ou integrada em operações militares, e nos termos do n.º 2 do art. 150 do presente regulamento, a Guarda está ainda apta a cumprir as missões de *“guarda, ocupação e*

---

<sup>22</sup> 25 804 efectivos. De acordo com o mapa de pessoal para 2010 e constante no plano de actividades da GNR.

*segurança de infra-estruturas críticas; patrulhas de reconhecimento, ligação e contra-infiltração; controlo de danos; controlo da população, de refugiados e de transviados; fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e protecção e regulação do movimento de colunas auto; pesquisa, recolha e tratamento de informações”,* sendo de referir que nos termos do art. 151 do referido regulamento, a “doutrina para o comando e emprego de tropas da Guarda em acções de natureza militar baseia-se naquela que se encontra em vigor nas FFAA” e que “em caso de conflito, pelo seu dispositivo de quadrícula que ocupa todo o TN, pode desempenhar um leque alargado de missões, em complemento das FFAA” (Branco, 2010, p. 242).

Por fim, refira-se que os seus militares estão sujeitos à condição militar, decorrendo deste um conjunto de restrições que impõem a disciplina e a disponibilidade que é exigida aos militares da Guarda.

### **2.1.2. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A PSP é, nos termos do art. 1º da sua Lei Orgânica n.º 53/2007, de 31 de Agosto, uma “força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.” De acordo com o n.º 1 do art. 5º da mesma lei, esta tem jurisdição em “todo o território nacional”, dependendo nos termos do art. 2º “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. De acordo com o n.º 1 do art. 3º, “em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de excepção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência”.

Actualmente e de acordo com o seu Plano de Actividades (PSP, 2010, p. 17), o efectivo da PSP é de cerca de 23 945 efectivos policiais. No que concerne ao seu limite de actuação, esta “*obedece às regras reguladoras da actividade de polícia, em especial na prevenção dos crimes, e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sendo que a sua actuação limita-se tão só à reposição e manutenção da ordem pública, não dirimindo conflitos de natureza privada entre as partes litigantes*” (PSP, 2010).

Atendendo à sua missão, conforme se apresenta no quadro Q.1, esta tem atribuições em vários domínios, nomeadamente de polícia administrativa geral ou de segurança pública, de polícia criminal, apoio e socorro, bem como a participação em missões internacionais ou cooperação com outras entidades com fins idênticos. Por fim e do ponto de vista do seu estatuto, os agentes da PSP têm um estatuto semelhante aos funcionários públicos, dispondo de liberdade sindical, mas não de direito à greve.

### 2.1.3. POLÍCIA JUDICIÁRIA

A Polícia Judiciária (PJ) é, nos termos do n.º 1 da sua Lei Orgânica n.º 37/2008, de 6 de Agosto, um “corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça (MJ) e fiscalizado nos termos da lei. É um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa”.

Atendendo ao n.º 1 do art. 2º, a PJ tem por missão, conforme se apresenta no quadro R.1, “coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, desenvolver e promover acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes”, prossequindo ainda as suas atribuições nos termos da LOIC e da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, referente ao Quadro da Política Criminal.

Nos termos do art. 1º da sua Lei Orgânica, depende do “Ministro da Justiça”, coadjuvando “as autoridades judiciais em processos relativos a crimes cuja detecção ou investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de actos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais” de acordo com o n.º 1 do art.º 3 da mesma lei. Nos termos do n.º 2 do art. 3º, “actua no processo sob a direcção das autoridades judiciais e na sua dependência funcional, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica e autonomia técnica e táctica<sup>23</sup>”.

### 2.1.4. SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é, nos termos do n.º 1 do art. 1º da sua Lei Orgânica n.º 252/2000, de 16 de Outubro, um “serviço de Segurança, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Administração Interna, com autonomia administrativa e que, no quadro da política de segurança interna, tem por objectivos fundamentais, controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com aquelas actividades e com os movimentos migratórios”, conforme se apresenta no quadro S.1, tendo jurisdição em “todo o território nacional”, dependendo do “Ministro da Administração Interna”. Nos termos do n.º 2 do art. 1º, enquanto OPC, o SEF “actua no nos termos da lei processual penal, sob a direcção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, realizando as acções determinadas e os actos delegados pela referida autoridade”.

---

<sup>23</sup> A autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia táctica consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.

### 2.1.5. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

O Sistema de Informações de Segurança (SIS) é, nos termos do n.º 3 do art. 3º da sua Lei Orgânica n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro o “*único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido*”, conforme se apresenta no quadro T.1.

De acordo com art. 34º da mesma lei, este tem jurisdição territorial no “espaço sujeito aos poderes soberanos do Estado Português”, dependendo directamente do PM e sendo um serviço público que se integra nos termos do n.º 1 da al. c) do art. 2º do SIRP. O SIRP é também composto pelo SIED, sendo nos termos do n.º 2 do art. 3º o “único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”.

No que respeita aos funcionários e agentes do SIS, é-lhes ainda e nos termos do art. 7º “*vedado exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou da competência específica dos tribunais, do Ministério Público ou das entidades com funções policiais, sendo-lhes ainda expressamente proibido proceder à detenção de qualquer pessoa ou instruir inquéritos e processos penais*”, sendo que nos termos do n.º 3 do art. 5º “*toda a actividade de pesquisa, análise, interpretação, classificação e conservação de informações desenvolvida no âmbito do SIRP está sujeita ao dever de sigilo, nos termos definidos pela Lei - Quadro do SIRP*”.

## 2.2. ACTORES EXTERNOS

### 2.2.1. SISTEMA DA AUTORIDADE MARÍTIMA

O Sistema da Autoridade Marítima (SAM) é, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março, o “quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima<sup>24</sup>”. Por sua vez, nos termos do art. 4º são considerados espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional as “águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental e a Zona Económica Exclusiva (ZEE)”.

---

<sup>24</sup> Entende-se por autoridade marítima o poder público a exercer nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos actos do Estado, de procedimentos administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação, bem como no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional”.

O SAM é composto por várias entidades, as quais exercem poder de autoridade marítima, sendo elas, a Autoridade Marítima Nacional (AMN), a Polícia Marítima, a GNR, a PSP, a PJ, o SEF, a Inspeção-Geral das Pescas (IGP), o Instituto da Água (IA), o Instituto Marítimo-Portuário (IMP), as Autoridades Portuárias (AP) e a Direcção-Geral da Saúde (DGS). No que se refere à sua missão e nos termos do n.º 1 do art. 6º, o SAM tem como objectivo principal, conforme se apresenta no quadro U.1, “garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, no âmbito dos parâmetros de actuação permitidos pelo direito internacional e demais legislação em vigor”.

### **2.2.2. SISTEMA DA AUTORIDADE AERONÁUTICA**

O INAC exerce as competências de autoridade aeronáutica no que se refere à sua forma e estatuto jurídicos. A Direcção-Geral da Aviação Civil (DGAC) é substituída pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC). Nos termos do art. 2º do Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, o INAC “é um organismo central com sede em Lisboa e com jurisdição em todo o território nacional, incluindo o espaço aéreo sujeito a jurisdição do Estado Português”. Conforme se apresenta no quadro V.1 e de acordo com o n.º 1 do art. 3º da mesma lei, está cometida ao INAC a missão de “regular e fiscalizar o sector da aviação civil e supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector”. Como tal e nos termos do n.º 1 do art. 1º, o INAC é um “instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio”, prossequindo as suas atribuições nos termos do n.º 2 do art. 1º do “Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob superintendência e tutela do respectivo ministro”.

### **2.2.3. FORÇAS ARMADAS**

De acordo com a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) n.º 1-A/2009, de 7 de Julho, as FFAA, são nos termos do n.º 1 do art. 1º um “ pilar essencial da Defesa Nacional e constituem a estrutura do Estado que tem como missão fundamental garantir a defesa militar da República”, sendo que nos termos do n.º 2 do mesmo, estas “integram-se na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional (MDN)”, sendo nos termos do n.º 4 o ministro da DN é “politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar de política de defesa nacional, pela administração das FFAA e resultado do seu emprego”. No que se refere ao funcionamento das FFAA e nos termos do n.º 1 do art. 2º, “a defesa militar da República, garantida pelo Estado, é assegurada em exclusivo pelas Forças Armadas”, sendo o seu funcionamento orientado nos termos do n.º 2 do art. 2º para a sua “permanente preparação,

tendo em vista a sua actuação para fazer face a qualquer tipo de agressão ou ameaça externa”, sendo a sua actuação decorrente da “política de defesa nacional definida e do CEDN”.

Decorrente dos n.ºs 6 e 7 do art. 275 da CRP e conforme se apresenta no quadro W.1, e de acordo com a sua missão tradicional de defesa da integridade do território nacional<sup>25</sup> contra ameaças externas, advém ainda da satisfação de compromissos internacionais, as chamadas missões de apoio à política externa do Estado<sup>26</sup> e as missões de interesse público<sup>27</sup>, de apoio directo às populações, de satisfação das suas necessidades básicas e de melhoria da sua qualidade de vida, nomeadamente em situações de calamidade pública (MDN, 2010).

As FFAA e as FSS nos termos do n.º 1 do art.º 26 da LOBOFA, “cooperam tendo em vista o cumprimento conjugado das suas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”, sendo que para assegurar essa cooperação, e de acordo com o n.º 2 do mesmo art., “são estabelecidas as estruturas e os procedimentos que garantam a interoperabilidade de equipamentos e sistemas, bem como o uso em comum de meios operacionais”. Nos termos do art.º 35 da LSI, as FFAA colaboram em matéria de SI nos termos da Constituição e da Lei, competindo ao “Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a articulação operacional”.

De referir ainda que as FFAA entre 1993 e 2007, reduziram os seus efectivos de 77 909 militares para 39 266 (MDN apud Branco, 2010, p.83).

### **2.2.3.1. EXÉRCITO**

De acordo com a sua Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º 231/ 2009, de 15 de Setembro, o Exército é nos termos do seu art. 1º “um ramo das FFAA, dotado de autonomia administrativa, que se integra na administração directa do Estado, através do MDN.” Este tem por missão principal, conforme se apresenta no quadro X.1 e nos termos do n.º 1 do art. 2º *“participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças”*.

---

<sup>25</sup> Missão primária de defesa dos interesses vitais do País contra qualquer forma de agressão, tais como a defesa integrada do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente e a protecção dos espaços de soberania, das populações e de infra-estruturas nacionais, como o patrulhamento das águas territoriais ou a vigilância do espaço aéreo.

<sup>26</sup> Também designadas por “novas missões”, são desempenhadas para a satisfação de compromissos internacionais e actuam como instrumento da política externa.

<sup>27</sup> Missões desempenhadas em apoio às autoridades civis, destinadas à cooperação com as várias estruturas civis do Estado.



Este deverá estar permanentemente adaptado e adaptável aos desafios e evoluções do ambiente externo e interno com o objectivo central da prontidão da Força Operacional Permanente (FOPE), a qual se pretende cada vez mais projectável e pronta a ser empenhada.

A CRP é omissa no que se refere ao cumprimento de missões de SI, estando a actuação não só do Exército mas das FFAA limitadas legalmente, salvo em situações extraordinárias e excepcionais, em que a capacidade das FSS é excedida pela escalada do patamar da violência e que justifiquem intervenção das FFAA, “sendo o nível da intensidade da ameaça a determinar o tipo de força que deve ser utilizada” (Branco, 2010, p.105). Esta possibilidade apenas é exigida atendendo ao patamar de escalada da violência associado ao terrorismo transnacional e ao crime organizado (Viana, 2003).

#### **2.2.4. OUTROS INTERVENIENTES**

Enquanto actores externos, integram ainda o SSI: o SIRP; o sistema prisional; os serviços de emergência médica, segurança rodoviária e transporte e segurança ambiental; o planeamento civil de emergência; instituições nacionais e de âmbito local, incluindo nomeadamente as polícias municipais e os conselhos municipais de segurança e por fim, poderão ainda ser acrescentados no domínio da cooperação global, os diversos actores internacionais tais como a EUROPOL e a INTERPOL, através dos sistemas e mecanismos de cooperação internacional e utilizando diferentes pontos de contacto nacional. Em suma, o SSI, passou a estar dotado de mecanismos e competências para uma melhor interacção com os outros sistemas ou subsistemas nacionais. Ainda no que respeita à arquitectura do sistema e ao nível da coordenação local, mantiveram-se os gabinetes coordenadores de segurança distritais, acrescentando-se a criação de gabinetes coordenadores nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

### **2.3. CONCLUSÕES**

O actual SSI revela um modelo organizacional muito complexo, devido ao facto de ser marcado pela excessiva repartição e segregação de competências territoriais e funcionais no que concerne às diferentes missões das FSS e das FFAA, nomeadamente do Exército.

No que respeita aos intervenientes na SI, e de acordo com o n.º 2 do art.º 25, estão bem explícitos na LSI os actores que poderão exercer funções de SI, sendo eles a GNR, a PSP, a PJ, o SEF e o SIS, conforme figura 1, podendo ainda exercer funções de segurança e nos termos do n.º 3 do mesmo art.º, nos casos e nos termos previstos na respectiva legislação, os “órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN)”, através do Sistema da

Autoridade Marítima (SAM) e os “órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA)”, através do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

Por sua vez, ainda referente ao desempenho de missões de SI, o Exército está limitado legalmente, salvo em situações extraordinárias e excepcionais, em que a capacidade das FSS seja excedida pela escalada do patamar da violência e em que se justifique o emprego deste.



**Figura 1 - Principais Intervenientes na Segurança Nacional em Portugal.**

## **CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE SEGURANÇA INTERNA**

### **INTRODUÇÃO**

Os desafios à segurança num mundo em transformação, marcado pela instabilidade, imprevisibilidade e incerteza, “colocam a problemática da segurança no centro do debate das sociedades modernas” (IPRI, 2006, p. 5). Num mundo globalizado, a segurança é cada vez mais um factor estratégico de desenvolvimento e de competição (IPRI, 2006, pp. 5-6).

Face às novas ameaças e riscos, o Estado, na sua actual definição, já não consegue responder isoladamente, de forma eficiente e célere, a tais desafios, o que acaba por afectar o próprio significado da segurança, sendo que à medida que este tipo de vulnerabilidades e riscos aumentam, passou a existir um maior sentimento de insegurança por parte dos cidadãos, passando a ser exigido pelos mesmos, melhores e maiores índices de protecção e segurança (IPRI, pp. 6-9), tal como referido nas Grandes Opções do Plano (GOP), é prioridade do governo, a defesa dos indivíduos e da sua propriedade, o reforço da segurança interna, e do sentimento de segurança dos cidadãos (GOP, 2010, p.68).

Face às mudanças verificadas no que respeita à emergência de novos fenómenos de criminalidade, estas implicam que as FSS tenham de reagir a fenómenos transnacionais e globalizados, pelo que a resposta terá forçosamente de se fazer num quadro de cooperação internacional. (IPRI, 2006, p. 11). Assim, o Estado, enquanto responsável máximo pela segurança, vê-se confrontado com um conjunto de actores que disputam o monopólio da segurança, obrigando a uma redefinição do seu papel, ou produzindo uma resposta multidimensional, associando vários actores e integrando várias áreas da sua actividade (IPRI, 2006, P. 12).

### **3.1. CONCEITO DE GOVERNANCE DA SEGURANÇA**

O conceito de *Governance* ou nova governação corresponde a uma “relação de dependência de poder que existe entre todos aqueles que intervêm na acção colectiva” (Jalali, 2005, p.30).

Após o 11 de Setembro, o mundo passou a ser mais imprevisível e vulnerável, estando como tal sujeito a novos desafios<sup>28</sup>, novas ameaças<sup>29</sup> e novas vulnerabilidades<sup>30</sup> (IPRI, 2006, p. 32). Desta forma e segundo Robert Dahl, transferindo a seguinte analogia para a segurança, “da mesma forma que unicamente confiamos a nossa saúde a pessoas especializadas nessa área, ou dificilmente embarcaríamos num avião cujo piloto não tivesse a formação adequada, devemos igualmente confiar a governação de um país aos cidadãos com formação para tal, especialistas que podem dedicar a sua sabedoria e competência ao serviço do bem comum” (Dahl apud Jalali, 2005, p. 33).

Este conceito de *Governance* pode-se traduzir pela incapacidade da forma tradicional da organização em responder às questões e problemáticas emergentes (Jalali, 2005, p. 34), sendo que este conceito reconhece uma relação de dependência de poder existente entre todos os intervenientes na acção colectiva, nomeadamente os cidadãos que têm não só direitos mas também responsabilidades (Stoker apud Jalali, 2005, p. 35). Implica ainda o crescente envolvimento de mais agentes no processo de governação, desde entidades estatais e não estatais ou organizações não governamentais num processo de governação cada vez mais aberto a essa participação (Jalali, 2005, p. 35), sendo que a nível internacional, as organizações internacionais desenvolvem actividades de forma a reforçar a segurança colectiva e a nível nacional, os Estados descentralizam competências para os poderes locais, havendo ainda um maior número de actores privados que passaram também a fornecer segurança tanto aos particulares como ao próprio Estado. (IPRI, 2006, p.35).

Neste domínio e de acordo com o trata-se de uma *multi-level governance*, conforme figura 2, em que a segurança é fornecida em níveis horizontalmente diferenciados, mas verticalmente articulados, nomeadamente o local através da polícia municipal e polícia local; o nacional através da polícia nacional e o internacional através da EUROPOL e INTERPOL (IPRI, 2006, p. 35).

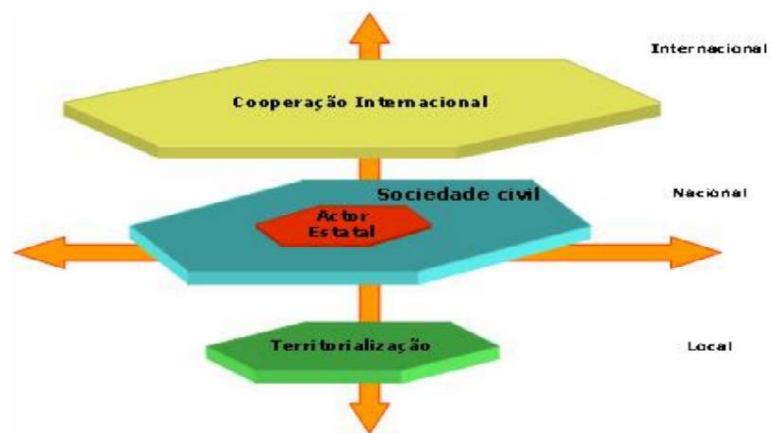


Figura 2-Multi - level governance da segurança.

Fonte: RCM n.º 45/2007, de 19 de Março.

<sup>28</sup> Guerras, influência de grupos não Estatais, pobreza, doenças, crime e insegurança, a dependência energética e acesso aos recursos naturais.

<sup>29</sup> Terrorismo global, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados fracassados, enfraquecimento do sistema Estatal, criminalidade organizada e privatização do uso da força.

<sup>30</sup> Tecnologias, infra-estruturas, recursos energéticos, concentração urbana, mobilidade.

## 3.2. COMUNICAÇÃO E CONCORRÊNCIA

### 3.2.1. COMUNICAÇÃO

Sendo a comunicação entre os vários intervenientes do SSI a base para o sucesso deste sistema, esta potencia as sinergias desejadas dentro da filosofia de geometria variável, conforme figura 3. Por outro lado, constata-se que a sua inexistência, distorção e extemporaneidade, sentida muitas das vezes por razões de concorrência institucional e de afirmação entre os vários actores que constituem o SSI, resulta em ambiguidades múltiplas e contraditórias que comprometem o sucesso deste, a coesão nacional e a garantia de segurança enquanto bem público, gerando externalidades negativas. Neste sentido, o reforço e estímulo da comunicação entre os vários actores encontra-se infelizmente condicionado pela “geografia concorrencial” e por “paradigmas de concorrência” entre eles.

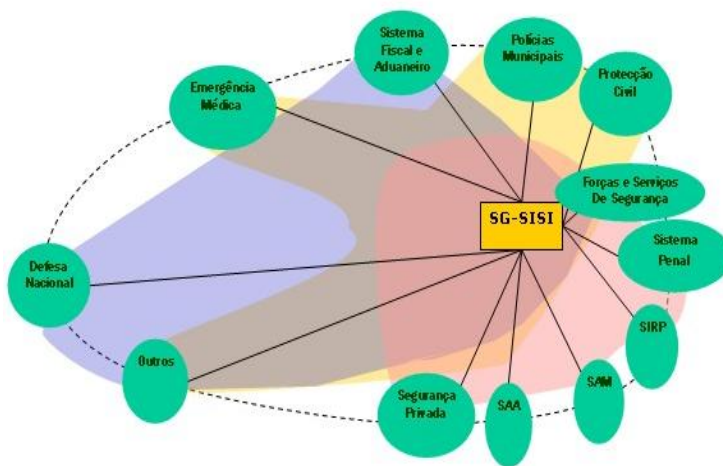


Figura 3-A geometria variável do SSI

Fonte: Fonte: RCM n.º 45/2007, de 19 de Março

Constata-se a existência de “combinações múltiplas de poder, resultante da proliferação de FSS e as actividades de segurança interna serem exercidas por um vasto e heteróclito conjunto de actores” (IPRI, 2006); das leis orgânicas das FSS reflectirem uma procura de diferenciação estatutária, tal como de mais autonomia, mais prerrogativas profissionais e funcionais, nem sempre objectivamente justificáveis, a que o poder político democraticamente legitimado não tem sabido ou querido resistir devidamente (IPRI, 2006); da inevitável sobreposição de atribuições e competências e a implicação da multiplicação de estruturas orgânicas, funcionais e pessoais e consequentes custos financeiros, encontrando o devido contrapeso numa instância de efectiva coordenação operacional, que é o SGSSI (IPRI, 2006) e por fim, pela rivalidade competitiva, como justificação densificante de recursos, manutenção da força ou serviço, remunerações ou cargos de direcção e comando.

### 3.2.2. CAPACIDADE CONCORRENCIAL EXTERNA

Neste contexto, o Estado, embora mantendo a centralidade na questão da segurança, tem sido confrontado na redefinição desta função. Esta divergência, assenta sobretudo na confiança relativa entre a eficiência do Estado e a do mercado na distribuição de bens

públicos, os quais apresentam características<sup>31</sup> próprias, fazendo com que o Estado assuma a responsabilidade do seu fornecimento. Com efeito, a capacidade de concorrência externa, poderá ter lugar face às falhas do Estado em assegurar a função segurança enquanto bem público. Esta poderá verificar-se ao nível da privatização da segurança, pois várias empresas têm vindo não só a crescer em número, como a assumir cada vez maiores responsabilidades em domínios que anteriormente eram da exclusiva competência das FS (IPRI, 2006).

### **3.3. FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA INTERNA - OUTROS CASOS**

#### **3.3.1. O CASO FRANCÊS**

Em 1978, foi criado em França pelo então presidente *Valéry Giscard d'Estaing*, um sistema nacional de alerta, designado por plano *VIGIPIRATE* (Ind5, 2010), sucedendo esta designação da contracção da palavra vigilância com a palavra pirata, e destinando-se como tal, a prevenir ameaças ou a reagir face a atentados terroristas. Este plano permitia o desempenho das FFAA em missões que até aí só tinham sido desempenhadas pelas FS. Este plano está definido em quatro níveis de alerta e consoante o grau de ameaça, sendo estes níveis definidos pela cor amarela, laranja, vermelha e escarlata, de acordo com esta sequência e atendendo ao grau de gravidade. Este plano permite a utilização de meios materiais e humanos das FFAA na SI da França, mais concretamente, na segurança de pontos sensíveis, sendo que passou a incluir medidas de vigilância, prevenção e protecção, sendo estas adaptáveis a qualquer tipo de ameaça (Anastácio, 2009, p. 45). Como tal, existem os serviços especializados que sintetizam e reavaliam o tipo de ameaça, sendo posteriormente esta reavaliação submetida ao Presidente da República (PR) e ao PM, o nível de alerta, conforme se apresenta na tabela B.1, a aplicar em TN.

Este plano é desencadeado a partir do nível amarelo ou superior, articulando-se em quatro fases, sendo elas a avaliação das ameaças, escolha de um nível de alerta e consequente atribuição de um nível de segurança, determinação de medidas de vigilância específica e por fim, a adopção de medidas e acompanhamento das mesmas. (Anastácio, 2009, p. 46). Aquando da utilização deste plano, o Prefeito de Polícia<sup>32</sup> é a autoridade com responsabilidade para preparar, mobilizar e coordenar a acção dos meios civis e militares de forma fazerem face à ameaça terrorista, empenhando como tal os três ramos das FFAA em reforço da *Gendarmerie Nationale* e da *Police Nationale* (Anastácio, 2009, p. 47).

---

<sup>31</sup> Os bens públicos gozam das seguintes características: indivisibilidade, impossibilidade de exclusão e não rejeitabilidade.

<sup>32</sup> O Prefeito de Polícia ocupa uma posição central de direcção e coordenação.

### 3.3.2. O CASO ITALIANO

Em Itália, compete ao PR determinar o emprego legítimo das FFAA em caso de crise internacional ou interna (Jusvi, 2010), sendo que, *“em países com bastantes mais recursos e tão democráticos como a França ou a Itália, as Forças Armadas cooperam com as FS no patrulhamento de pontos sensíveis das grandes cidades, com muito agrado dos cidadãos que vêem aumentado o sentimento de segurança, sem que isso tenha posto alguma vez em causa o estado de direito”* (Branco, 2010, ¶ 19).

No dia quatro de Agosto de 2008, e de modo a reforçar a segurança e a facilitar a expulsão de imigrantes ilegais, o governo colocou três mil militares na rua e por um período de seis meses, de forma a reforçar a SI do país. Os militares estavam à disposição do Ministério do Interior, alguns deles integrando patrulhas mistas juntamente com a polícia e outros utilizados na defesa de pontos sensíveis, tais como embaixadas, consulados, terminais de transportes, estações e lugares turísticos (Anastácio, 2009, pp. 48-49).

De acordo com a lei de conversão italiana n.º 125 de 24 de Julho de 2008, e no qual constata as medidas urgentes de segurança pública, é referido o empenhamento das FFAA italianas. O art. 7º refere que com o aumento da criminalidade, tornou-se necessário o emprego de militares na segurança pública por um período de seis meses, destinando-se estes à vigilância de locais e objectivos sensíveis e patrulhamento em conjunto com as forças policiais.

### 3.4. CONCLUSÕES

A partilha efectiva e atempada de informação é fundamental para o sucesso de qualquer investigação, sendo o núcleo central do SSI, composto pela GNR, a PSP, a PJ, o SEF e o SIS, que representam o essencial da actividade de segurança em situações de normalidade da vida democrática, podendo-se afirmar que são o “coração” do sistema de SI. Alguns destes actores pela sua implantação territorial, funcional, efectivo, credibilidade e actual nível formação, gozam de uma posição privilegiada para a recolha de informações, prevenção e mesmo de investigação criminal, conseguindo cruzar quase todas franjas da sociedade. Por vezes, e por razões de concorrência institucional e de afirmação entre os vários actores, resultam ambiguidades múltiplas e contraditórias que comprometem o sucesso deste modelo de segurança enquanto bem público. O Estado, na *governance* da segurança, não sendo o único, continuará a ser o actor central e a ter o papel preponderante, com a tripla qualidade de prestador, dinamizador e regulador da segurança.

Urge deste modo, repensar as suas políticas de regulação, em particular, no desafio da definição das competências, dos procedimentos e dos limites dos respectivos actores.

## **PARTE II – PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO**

#### **INTRODUÇÃO**

Após ter sido feito o enquadramento teórico do trabalho, é necessário seguir uma metodologia de forma a atingir os objectivos definidos. Esta metodologia assenta numa investigação científica tendo como principal objectivo responder às hipóteses formuladas. É intenção do autor nesta fase do trabalho através da pesquisa de campo responder à pergunta de partida, “em que circunstâncias o Exército poderá ser empregue em missões de SI?”. Como tal, iniciaremos explicando o método de abordagem, seguindo-se os procedimentos e técnicas utilizadas, a forma de aplicação e tratamento dos inquéritos e entrevistas, finalizando com umas breves conclusões.

#### **4.1. MÉTODO DE ABORDAGEM**

A investigação foi desenvolvida com base no método hipotético - dedutivo ou de verificação de hipóteses e o inquisitivo, sendo que o primeiro necessita que as hipóteses sejam ou não verificadas para poderem ser validadas e o segundo, pela realização de inquéritos por questionário.

Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, tais como análise de legislação e outro tipo de informação considerada pertinente para o enriquecimento do trabalho, nomeadamente artigos de livros, jornais, revistas e outro tipo de informação fidedigna retirada da internet. Seguidamente foram realizadas conversas informais e entrevistas exploratórias<sup>33</sup> a entidades que pela sua experiência ou função desempenhada pudessem contribuir para o esclarecimento de algumas questões e orientação do trabalho, tais como a elaboração dos inquéritos e entrevistas. Posteriormente foram elaboradas entrevistas confirmatórias, a elementos relevantes e considerados pertinentes para o sucesso do trabalho. Por fim, foi elaborado um inquérito por questionário,

---

<sup>33</sup> Entrevista exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 70).



a uma amostra representativa e estratificada de Oficiais da GNR e do Exército com conhecimento nesta área.

## 4.2. PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Aquando do início do trabalho, foi preocupação essencial ter algumas conversas informais com pessoas entendidas nesta matéria que pela sua posição, experiência e conhecimentos acerca do tema melhor pudessem direccionar este trabalho. Posteriormente foram feitas algumas entrevistas exploratórias a oficiais da GNR e do Exército, de forma a uma melhor elaboração das entrevistas confirmatórias, conforme se apresenta no Apêndice A e dos inquéritos por questionário, conforme se apresenta no Apêndice I. Optou-se por duas amostras diferentes, de forma a perceber uma opinião mais alargada acerca do problema. Como tal, os inquéritos foram direccionados a uma amostra representativa e estratificada de oficiais da GNR e do Exército e as entrevistas a elementos considerados pertinentes no que concerne ao actual SSI, nomeadamente elementos com funções de comando e direcção dentro do sistema e ainda outros elementos considerados pertinentes para o estudo. Este é um tipo de questionário fechado, constituído por 29 questões, sendo 28 de resposta fechada, e uma dependente<sup>34</sup>. As primeiras oito questões são relativas à caracterização dos inquiridos. Das restantes questões, nove são baseadas na escala de *Lickert*<sup>35</sup>, cinco de escolha múltipla e sete através de caixas de verificação de hipóteses.

No dia 17 de Junho de 2010, foi feito um teste piloto, sendo o questionário remetido a cinco oficiais da GNR e cinco do Exército, de forma a excluir, incluir, esclarecer ou corrigir qualquer questão considerada pertinente. O questionário foi aplicado por administração directa, através de correio electrónico, entre 25 de Junho e nove de Julho a uma amostra representativa da população. Posteriormente foi feita uma análise estatística com recurso ao programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 15.0 para *Windows*.

## 4.3. INQUÉRITOS

O inquérito por questionário *“consiste em colocar a um conjunto de inquiridos (...) uma série de perguntas relativas (...) ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os*

---

<sup>34</sup> Corresponde à questão que terá de ser respondida após a resposta dada a uma outra anterior, sendo neste caso a questão n.º 15.

<sup>35</sup> Permite medir a opinião do inquirido, a qual é dada pela média do seu posicionamento face ao conjunto das proposições propostas.

*investigadores*” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 188). Atendendo às hipóteses iniciais formuladas, foram redigidas algumas questões consideradas pertinentes, de forma a responder às mesmas e para que no final do trabalho as hipóteses formuladas possam ser verificadas, não verificadas ou parcialmente verificada (Sarmiento, 2008). Este inquérito por questionário foi formulado com base nas ideias retiradas ao longo da investigação e elaboração da parte teórica do trabalho, sendo inicialmente submetido via correio electrónico para alguns oficiais da GNR e do Exército com experiência e conhecimento nesta temática, de forma a ser submetido a um teste de coerência e validação “visando a sua optimização quanto aos objectivos, ao conteúdo e à forma” (Sarmiento, 2008, p. 28). Posteriormente foi efectuado um pré-teste em que “um novo painel avalia e responde ao questionário” (Sarmiento, 2008, p. 28), sendo aqui corrigidos os erros achados pertinentes, de forma a proceder à elaboração de um questionário definitivo (Sarmiento, 2008). Por fim, a aplicação do questionário foi feita por administração directa, visto ter sido preenchido pelo próprio inquirido (Quivy & Campenhoudt, 2005), sendo a sua administração feita via internet a 154 oficiais da GNR e 181 oficiais do Exército. Posteriormente os questionários foram respondidos pela mesma via, sendo os dados analisados com recurso ao *software* estatístico *SPSS 15.0* para *Windows*.

#### **4.3.1. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA**

Após a análise do problema, foi definida a amostra, sendo a população de 714<sup>36</sup> oficiais da GNR e 2268<sup>37</sup> do Exército. Esta amostra é do tipo representativa, sendo a população alvo da GNR de 154 oficiais e a do Exército de 181 e estratificada pelo facto do número de inquiridos serem proporcionais ao número de elementos dentro de cada posto. De acordo com Sarmiento (2008), a validade deste estudo pode ser considerado como importante<sup>38</sup>, atendendo à dimensão da amostra ser válida para um nível de confiança de 95% e com uma margem de erro de 7%, sendo que segundo Sarmiento (2008) e para que a validade do estudo possa ser considerado importante a margem de erro deverá estar entre os 5 e 10%, o que se verifica. Para calcular o tamanho adequado da amostra e o nível de erro foi utilizada uma calculadora de amostragem (VSAI, 2010), e verificada a validade do estudo (Sarmiento, 2008).

---

<sup>36</sup> Cfr. Lista de antiguidades da GNR em 23ABR10.

<sup>37</sup> Cfr. Lista de antiguidades do Exército em 21JUN10.

<sup>38</sup> Considera-se importante pelo facto do tempo ser diminuto para a realização dos inquéritos.

## 4.4. ENTREVISTAS

Foram elaboradas entrevistas semidirectivas<sup>39</sup>, pelo facto do “investigador dispor de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192). As perguntas visavam responder a algumas das hipóteses formuladas no início da investigação. Estes elementos não foram escolhidos ao acaso, sendo a sua função e experiência e forma de abordagem desta questão, considerada essencial para a validação do estudo, da mesma forma que estes não pertencessem apenas a uma determinada instituição mas no conjunto dos principais intervenientes no SSI. Posteriormente, estas entrevistas foram analisadas qualitativamente através de uma análise de conteúdo, construindo-se “sinopses das entrevistas numa grelha vertical” (Guerra, 2006, p.73).

### 4.4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Foram realizadas sete entrevistas semidirectivas, compostas por nove questões de resposta aberta, tendo em conta a experiência, conhecimentos, posição ou função desempenhada enquanto interveniente do SSI. O **quadro 5.1** resume as variáveis da amostra à qual se aplicou a entrevista.

Quadro 4.1- Caracterização da Amostra.

Entrevistados	Nome	Género	Posto	Função Actual
1	Mário Silva Tavares Mendes	Masculino	Juiz Conselheiro	Secretário-Geral SSI
2	Carlos Henrique Pinheiro Chaves	Masculino	Major General	Assessor do SGSSI
3	Carla Falua	Feminino	Coordenadora Superior de Investigação Criminal	Directora da EPJ
4	Carlos Manuel Gervásio Branco	Masculino	Coronel da GNR	Juiz militar nas Varas Criminais de Lisboa
5	João Vieira Borges	Masculino	Coronel do Exército	Assessor de estudos e Director de edições do IDN
6	Arménio Timóteo Pedroso	Masculino	Coronel da GNR	Director da Doutrina e Formação da GNR
7	Paulo Manuel Pereira Lucas	Masculino	Intendente da PSP	Secretário Geral Adjunto SSI

## 4.5. MEIOS UTILIZADOS

O inquérito foi elaborado na plataforma *Google Docs* e enviado a cada inquirido para o correio electrónico institucional, consoante este fosse da GNR ou do Exército. No mesmo correio electrónico seguia o guião do inquérito por questionário e a respectiva hiperligação,

<sup>39</sup> É semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192).

sobre o qual o inquirido deveria carregar para aceder ao mesmo. A realização das entrevistas foi feita com um gravador de voz. Para o tratamento dos dados quantitativos foi utilizado o *software* estatístico *SPSS 15.0 for Windows*, sendo ainda utilizado o *Microsoft Office Excel 2007* para a elaboração de alguns gráficos.

## **4.6. CONCLUSÕES**

No que concerne ao trabalho de campo, este foi fundamental, começando por se fazer algumas entrevistas exploratórias e conversas informais de forma a projectar uma melhor orientação do trabalho. Posteriormente foram formulados os inquéritos e entrevistas, sendo os primeiros enviados através de correio electrónico e as segundas terem sido solicitadas via hierárquica para posterior realização junto dos elementos já referidos anteriormente. Quanto às questões, os inquéritos e entrevistas foram iguais independentemente do posto ou função. Em suma, para resposta aos inquéritos foram definidos essencialmente elementos com funções de comando nas unidades territoriais, ao ponto que as entrevistas visavam essencialmente elementos com funções de comando e chefia pertencentes ao SSI, GNR, Exército, PJ e PSP.

## **CAPÍTULO 5 - TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS**

### **INTRODUÇÃO**

Este capítulo inicia-se com a análise dos inquéritos, começando pela análise à caracterização dos inquiridos e posteriormente a análise e comparação às respostas dadas.

No que concerne à análise das entrevistas, estas foram analisadas qualitativamente através de uma análise de conteúdo e construindo-se “sinopses das entrevistas numa grelha vertical” (Guerra, 2006, p.73).

### **5.1. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS**

#### **5.1.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS**

Colaboraram no estudo 335 oficiais, dos quais a maioria se encontra afecta ao género masculino (95,8%), enquanto o género feminino se encontra representado por apenas 4,2% do total, conforme se pode constatar pela observação do gráfico J.1.

A análise da distribuição por escalões etários indica-nos que a maioria se encontra no escalão 25-34 anos (34,9%). Os mais novos (< 25 anos) representam apenas 2,1% e os mais velhos (> 54 anos) 1,5% do total de inquiridos, conforme se apresenta no gráfico J.2.

Relativamente à afectação orgânica, 54,0% pertencem ao Exército e 46,0% à GNR, conforme a tabela J.1. Trata-se assim, de uma amostra relativamente bem equilibrada no que se refere à composição dos sujeitos relativamente à força onde prestam serviço.

A análise da distribuição por postos, conforme se apresenta no gráfico J.3 indica-nos que a maioria se encontra no posto de Major (28,4%) e que o posto de Alferes representa apenas 3,6% do total de inquiridos.

Dos oficiais inquiridos, a maioria são oriundos da Academia Militar (69,9%), enquanto que (30,1%) não são, conforme se apresenta na tabela J.2.

A análise da distribuição por tempo de serviço indica-nos que a maioria se encontra no escalão 25-29 anos (24,8%), enquanto (> 30 anos) representam apenas 8,7% do total de inquiridos, conforme se apresenta na tabela J.4.

Atendendo às habilitações académicas, 59,1% possuem licenciatura, enquanto apenas 12% possui pós-graduação, não se verificando qualquer militar com doutoramento conforme se apresenta no gráfico J.5.

Por fim, dos inquiridos, a maioria (47,2%) presta serviço em Lisboa, havendo apenas 0,3% que presta serviço nos Açores, conforme se apresenta na tabela J.3.

### 5.1.2. CONSISTÊNCIA INTERNA

A consistência interna do questionário foi analisada com recurso ao coeficiente *Alpha* de *Cronbach*. O *Alpha* de *Cronbach* é uma estatística que indica a consistência das respostas dos sujeitos nos itens das escalas ou subescalas. O coeficiente varia entre 0 e 1, quanto mais elevado for o valor do Alfa mais consistentes são os itens de uma escala ou questionário. O valor obtido é de 0,726, podendo ser considerado como razoável (Hill & Hill, 2005), o que valida o nosso questionário enquanto instrumento de investigação.

**Tabela 5.1-Consistência Interna do questionário.**

Alpha de Cronbach	Nº de itens
,726	12

O valor de *Alpha* de *Cronbach*, mostra que não é necessário eliminar nenhuma questão do instrumento de recolha de dados, uma vez que não melhora o valor de *Alpha* de *Cronbach* obtido (0,726), sendo que este valor supera os valores mínimos exigidos para validação do inquérito.

**Tabela 5.2-Estatísticas Item – Total.**

	Média da escala se item eliminado	Variância da escala se item eliminado	Correlação Item-total corrigida	Alpha de Cronbach se item eliminado
P_10	31,06	17,870	,176	,602
P_11	31,22	17,750	,176	,701
P_12	32,96	18,257	,080	,724
P_13	32,00	16,744	,274	,718
P_14	32,74	17,859	,087	,724
P_22	31,03	16,912	,091	,731
P_23	32,56	16,308	,207	,785
P_25	30,76	16,352	,242	,749
P_26	30,83	15,514	,308	,748
P_27	30,98	16,000	,235	,375
P_28	32,99	20,843	-,394	,690
P_29	31,80	14,808	,189	,796

### 5.1.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Atendendo à **questão n.º 9**, é perguntado aos inquiridos se **consideram Portugal um país seguro**. A observação da tabela K.1, permite-nos concluir que uma percentagem bastante elevada dos inquiridos da GNR (92,9%) e do Exército (90,6%) considera Portugal

um país seguro, o que corresponde na totalidade dos inquiridos a (91,6%) e que apenas 8,4% afirma o contrário.

Relativamente à **questão n.º 10, como avalia a segurança em Portugal**, a observação do gráfico K.1 permite-nos concluir que uma percentagem bastante elevada dos inquiridos da GNR avalia a segurança em Portugal como sendo boa (64,3%), correspondendo a uma média de respostas de 3,65, tal como o Exército (49,7%) que corresponde a uma média de 3,50, aproximando-se do quarto nível “boa”. Na totalidade, a segurança pode ser considerada boa (56,4%), sendo que apenas 6,3% a avalia como sendo má.

Na **questão n.º 11** é perguntado se **está satisfeito ou insatisfeito com a segurança em Portugal**, sendo que pela análise do gráfico C.2, verificamos que o grau de segurança em Portugal é satisfatório tanto para a GNR (48,7%), correspondendo a uma média de respostas de 3,45, como para o Exército (43,6%), que corresponde a uma média de respostas de 3,36, ligeiramente acima do terceiro nível “nem satisfeito, nem insatisfeito”, o que perfaz na totalidade dos inquiridos uma satisfação de 46,0%, e que apenas 2,7% se considera muito insatisfeito. De referir que a média das respostas do GNR e do Exército correspondem à opção “satisfeito”.

Atendendo à **questão n.º 12** e quando inquiridos sobre a **evolução da segurança nos últimos cinco anos**, a maioria dos inquiridos da GNR e do Exército considera que diminuiu, sendo respectivamente 43,5% e 55,2%, verificando-se aqui um maior grau de insatisfação por parte do Exército. Na totalidade (49,9%) respondeu que esta diminuiu, enquanto 17,3% considera que aumentou, conforme se apresenta na tabela K.2.

Relativamente à **questão n.º 13, como classifica a evolução das políticas de SI adoptadas pelo governo em Portugal nos últimos anos**. Pela análise do gráfico K.3, verificamos que a maioria dos inquiridos da GNR considera-a “má” (41,6%), correspondendo a uma média de 2,49, enquanto o Exército não a considera “nem má, nem boa”, correspondendo a uma média de 2,74. A maioria, (46,6%) não tem uma opinião formada acerca deste assunto, seguindo-se 32,2% que a considera “má”, enquanto 1,2 % a considera “muito boa”.

Na **questão n.º 14**, é perguntado se **as FSS existentes são suficientes para garantir a SI enquanto bem público**, tendo GNR respondido “sim” (63,6%) e o Exército “em parte” (43,6%). A maioria (46,9%) dos inquiridos respondeu “sim”, enquanto 17% respondeu “não”, conforme se apresenta na tabela K.3.

No seguimento da questão anterior foi ainda formulada a **questão n.º 15**, sendo que de acordo com os inquiridos que na resposta anterior responderam “não” ou “em parte” o facto de **as FSS não serem suficientes para garantirem a segurança**, verifica-se em consonância com a tabela K.4, que é na opinião da GNR a falta de coordenação/partilha efectiva de informação (39,0%) entre os vários intervenientes na segurança o motivo

principal. Por sua vez, o Exército considera como primeiro motivo, a legislação existente ser inadequada ou inexistente (40,3%), seguindo-se a falta de coordenação/partilha efectiva de informação (37,0%). No total, as duas forças consideram a falta de coordenação/partilha efectiva de informação (37,9%) como o motivo principal.

A **questão n.º 16** foi formulada no sentido de saber a opinião acerca de **quais os problemas que poderão afectar a segurança em Portugal nos próximos tempos**, sendo que de acordo com a tabela K.5, a resposta é unânime por parte das duas Forças (84,2%) sendo indicada uma grave crise mundial e/ou nacional, seguindo-se o crime organizado (80,3%) e a menos provável um acidente nuclear (0,6%).

Relativamente à **questão n.º 17**, das **missões genéricas que são comuns à GNR e à PSP e que poderão ser desempenhadas pelo Exército**, a maioria dos inquiridos indicou a missão “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza” (53,1%) e “manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas” (53,1%). De referir que estas duas opções de resposta têm a mesma percentagem de escolha, não havendo grande discrepância entre a GNR e o Exército, conforme se apresenta na tabela K.6.

Na **questão n.º 18**, é questionado acerca das **missões específicas da GNR que poderão ser desempenhadas pelo Exército**, sendo que a maioria dos inquiridos da GNR não concorda que o Exército desempenhe qualquer uma das missões referidas (48,7%), enquanto o Exército indica a colaboração na prestação de honras de Estado (51,9%) como uma missão a desempenhar, conforme se apresenta na tabela K.7. A totalidade dos inquiridos (48,7%) indica a missão “colaborar na prestação de honras de Estado”.

Por sua vez atendendo à **questão n.º 19**, e relativamente às **missões específicas da PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército**, de acordo com a tabela K.8, a maioria dos inquiridos tanto da GNR como do Exército, não concorda que o Exército desempenhe qualquer um deste tipo de missões (61,2%).

A **questão n.º 20** é referente ao quadro das **missões genéricas e específicas da GNR que poderão ser desempenhadas pelo Exército**. A maioria dos inquiridos da GNR não concorda que o Exército desempenhe qualquer uma das missões referidas (48,1%), enquanto o Exército indica a missão “executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves” (53%) como uma missão a desempenhar, tendo a maioria dos inquiridos (47,2%) indicado a missão referida, conforme se apresenta na tabela K.9.

De acordo com as respostas à **questão n.º 21**, das **missões genéricas e específicas da PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército**, a maioria dos inquiridos tanto da



GNR como do Exército, não concorda que o Exército desempenhe qualquer um deste tipo de missões (60,6%), conforme se apresenta na tabela K.10.

Em resposta à **questão n.º 22** e pela análise do gráfico K.4, da tabela K.11 e da tabela K.12, verificamos que a maioria dos inquiridos (33,4%) concorda com a **necessidade da profissionalização dos militares do Exército para que possa cumprir eficazmente a sua missão**, e que apenas 8,1% discorda totalmente. A média das respostas da GNR e do Exército é respectivamente de 27,9% que corresponde à média de 3,53 e de 38,7% correspondente à média de 3,64, aproximando-se do quarto nível “concordo”. Embora os efectivos do Exército concordem mais com a afirmação (3,64 versus 3,53), a diferença de opiniões não é estatisticamente significativa,  $Z^{40}=-0,817$ ,  $p=0,414$ .

Relativamente à **questão n.º 23**, se **o Exército dispõe de recursos, meios técnicos e formação adequada para o desempenho de missões de SI**, a maioria (39,1%) discorda totalmente, sendo que apenas 3,6% concorda totalmente, conforme se apresenta no gráfico K.5. A média das respostas do Exército é de 2,65 que corresponde a “não concordo, nem discordo” e da GNR de 1,40, o que corresponde à opção “discordo totalmente”. As diferenças de opinião entre os inquiridos do exército e da GNR são estatisticamente significativas,  $Z^{41}=-11,322$ ,  $p^{42}=0,000$ , sendo que os inquiridos da GNR discordam mais da afirmação do que os do Exército, conforme tabelas K.13 e K.14.

Na **questão n.º 24** e de acordo com a tabela K.15, a maioria dos inquiridos (75,8%) considera **já existirem múltiplos actores a nível da segurança interna**, enquanto apenas 5,4% não concorda com a afirmação.

Face à **questão n.º 25**, a maioria dos inquiridos (37,3%) concorda que **a existência de várias tutelas, múltiplos actores e numerosos programas de prevenção dificultam a geração de sinergias entre os vários intervenientes na SI**, enquanto apenas 2,4% discordam totalmente, conforme se apresenta na tabela K.16. A média das respostas dadas pela GNR é de 3,82 e do Exército de 3,93, correspondendo respectivamente a 35,7% e 42,0%. Os dados relativos à média de respostas aproximam-se do quarto nível “concordo”.

De acordo com a **questão n.º 26**, a maioria dos inquiridos (34,6%) concorda que **a existência de uma cultura de concorrência institucional entre os vários intervenientes na SI constitui um forte obstáculo à cooperação e coordenação entre eles**, enquanto 3,6% discordam totalmente, conforme se apresenta na tabela K.17. Verifica-se uma concordância superior da parte da GNR com uma média de respostas de 4,01 e 3,56 relativamente ao Exército, aproximando-se do quarto nível “concordo”.

<sup>40</sup> O nível de significância para aceitar ou rejeitar a hipótese nula foi fixado em  $(\alpha) \leq 0,05$ . Utilizou-se o teste de Mann-Whitney pois estamos a comparar dois grupos em variáveis dependentes de tipo ordinal.

<sup>41</sup> Utilizou-se o teste de Mann-Whitney pois estamos a comparar dois grupos em variáveis dependentes de tipo ordinal.

<sup>42</sup>  $p>0,05$  não há diferença de opiniões e  $p<0,05$  há diferença de opiniões.

Na **questão n.º 27**, a maioria dos inquiridos (56,2%) concorda com a **necessidade da redução do número de actores político - estratégicos e do número de actores operacionais**, enquanto 15,5% discordam, conforme se apresenta na tabela K.18. Verifica-se aqui uma concordância superior por parte da GNR em relação ao Exército, sendo a média das respostas corresponde respectivamente a 3,58 e 3,73, aproximando-se do quarto nível “concordo”.

A **questão n.º 28** verifica que quase 100% (94,8%) dos inquiridos da GNR não **considera necessário o emprego do Exército em missões de SI**, enquanto 62,4% dos inquiridos do Exército é a favor do seu emprego. Em suma, a maioria dos inquiridos (63,9%) não considera necessário o seu emprego, conforme se apresenta na tabela K.19. Em suma, verifica-se aqui uma certa hesitação de alguns inquiridos do Exército da necessidade de emprego do Exército neste tipo de missões.

Por fim, e de acordo com a **questão n.º 29**, quando inquiridos sobre se **concordam com o emprego do Exército em missões de SI**, verifica-se que o Exército concorda significativamente mais (93,4%) do que a GNR (6,6%) com o emprego do Exército em missões de SI, Qui-quadrado<sup>43</sup> = 118,137,  $p=0,000$ , conforme tabelas K.20 e K.21.

## 5.2. CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS

Após a análise dos resultados são feitas algumas conclusões acerca dos dados recolhidos através do inquérito por questionário, verificando-se algumas discrepâncias no que concerne às respostas dadas pelas duas forças (GNR e Exército).

Assim, e no que respeita à segurança em Portugal, verifica-se pelas respostas dadas às **questões n.ºs 10 e 11** que Portugal é um país seguro, estando os inquiridos satisfeitos.

De acordo com as questões n.ºs 12 e 13, a segurança diminui nos últimos cinco anos, não existindo uma opinião formada sobre a evolução das políticas de SI adoptadas pelo governo.

Em resposta às **questões n.ºs 14, 15 e 16**, verifica-se que as FSS existentes são suficientes para garantirem a SI, enquanto aqueles que não concordam com a afirmação (37,9%) alegam como motivo principal a falta de coordenação/partilha efectiva de informação entre os vários intervenientes na SI como o motivo principal. No que se refere aos problemas que poderão afectar a segurança em Portugal nos próximos tempos foram indicados por parte das duas Forças uma grave crise mundial/nacional (84,2%) e o crime organizado (80,3%).

Atendendo às **questões n.ºs 17, 18, 19, 20 e 21**, referentes ao tipo de missões já desempenhadas pela GNR e PSP e que podem ser desempenhadas pelo Exército, são

<sup>43</sup> Utilizou-se o teste do Qui-quadrado porque estamos a analisar a relação entre duas variáveis categóricas.

referidas pela maioria dos inquiridos as seguintes missões: Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza (53,1%); manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas (53,1%); colaborar na prestação de honras de Estado (48,7%) e executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves (53%).

Analisando as **questões n.ºs 22 e 23**, a profissionalização dos militares do Exército é considerada essencial para que este possa cumprir eficazmente a sua missão (33,4%), sendo que a maioria dos inquiridos não considera que o Exército disponha de recursos, meios técnicos e formação adequada para o desempenho de missões de SI (39,1%).

Relativamente às **questões n.ºs 24, 25, 26 e 27**, a maioria dos inquiridos considera já existirem múltiplos actores na SI (75,8%); que a existência de várias tutelas, múltiplos actores e numerosos programas de prevenção dificultam a geração de sinergias entre os vários intervenientes na SI (37,3%); que a existência de uma cultura de concorrência institucional entre os vários intervenientes na SI constitui um forte obstáculo à cooperação e coordenação entre eles (34,6%) e existindo ainda a necessidade da redução do número de actores político - estratégicos e do número de actores operacionais (56,2%).

Por fim, e atendendo às **questões n.ºs 28 e 29**, a maioria dos inquiridos (63,9%) não considera necessário o emprego do Exército em missões de SI, da mesma forma que 77,9% discordam com o seu emprego.

### 5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Seguidamente passaremos à análise das entrevistas, de forma a enumerar os aspectos considerados relevantes para responder às hipóteses formuladas, sendo sete entrevistas com nove questões cada, não havendo qualquer diferença que concerne ao tipo de pergunta realizada.

#### 5.3.1. Análise de Conteúdo à Questão N.º 1

No quadro 5.1 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 1** – *“Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?”*

**R:** A disponibilidade é algo de perfeitamente normal, sendo bem vista e aceite, na medida em que cabe aos militares um dever especial de colaboração com as FSS. Esta participação está enquadrada pela lei, devendo actuar em reforço das FSS com as suas capacidades, tecnologias, materiais e equipamentos, mas apenas em casos pontuais, quando estiverem esgotadas as capacidades das FSS e nunca de forma permanente.

**Quadro 5.1- Análise de conteúdo à questão n.º 1.**

Respostas	Fundamentação
<b>Entrevistado n.º1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “A disponibilidade manifestada pelo Exército é bem-vinda e aceite”; - “Cabe inclusive aos militares um dever especial de colaboração com as Forças e Serviços de Segurança”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Traduz-se naquilo que constitucionalmente é possível”; - “O Exército tem capacidade, tecnologias, materiais e equipamentos que em caso de necessidade e aqui num um carácter pontual, podem servir de reforço das capacidades das FSS, quando (...) estiverem esgotadas”; - “Não se trata nunca de uma intervenção permanente”.
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “O Exército tanto poderá demonstrar disponibilidade de reforço dos meios disponíveis das actuais FSS como ocupação de um certo espaço na Segurança Interna garantindo a sua existência e/ou crescimento”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Vejo isso muito bem, achando portanto que é positivo”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Numa situação normal, é perfeitamente compreensível pelo próprio enquadramento das duas recentes leis, e tendo por base as novas ameaças”; - “Considero a opção do Chefe do Estado Maior do Exército como perfeitamente normal no quadro legislativo actual”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Uma instituição tão relevante e importante como o Exército que manifesta essa disponibilidade, está a dar um sinal à sociedade portuguesa, de que esta pode contar com ele”; - “Nos termos da Constituição e da Lei o Exército pode participar – e participa – na Segurança Interna, designadamente, em missões de interesse público e, no cumprimento das suas missões próprias, colaborando com as FS”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	- “Como algo perfeitamente normal, considerando, nomeadamente, o interesse deste ramo das FFAA em alargar as suas áreas de actuação para domínios tradicionalmente menos associados à missão principal de defesa militar da República”.

### 5.3.2. Análise de Conteúdo à Questão N.º 2

No quadro 5.2 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 2** – “Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?”

**R:** De acordo com a LSI, a LDN e a LOBOFA, já está prevista a colaboração das FFAA, mais concretamente do Exército na SI, no entanto e de acordo com o Coronel Carlos Branco será necessário alterar a CRP. Essa colaboração pode funcionar em reforço das FSS, nomeadamente em situações em que seja necessária a actuação em ambiente nuclear, biológico, químico e radiológico, na ordem pública, prevenção criminal e apoio à investigação criminal, no patrulhamento, no combate a agressões ou ameaças

transnacionais, ao nível das informações militares e outras missões de interesse público, tais como o apoio às populações em situações de catástrofe.

**Quadro 5.2 - Análise de conteúdo à questão n.º 2.**

Respostas	Fundamentação
<b>Entrevistado n.º1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “A interpretação da Constituição ultrapassa o espaço de análise deste órgão”; - “A Lei de Segurança Interna, Lei de Defesa Nacional e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, já prevêem a colaboração das Forças Armadas, nomeadamente do Exército na Segurança Interna.”
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Situações, em que seja necessária a actuação em ambiente nuclear, biológico, químico e radiológico”;
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Ordem Pública, Prevenção Criminal e apoio à Investigação Criminal”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Penso que é preciso alterar a constituição para o Exército poder ser empenhado em outras missões”; - “Os fuzileiros navais são militares das Forças Armadas e fazem patrulhamento das praias portuguesas na época de verão”; - “O Exército pode fazer o que a Marinha faz nas praias, reforçando por exemplo os patrulhamentos das FS”; - “Acho que pode e deve actuar mas em reforço, não em substituição”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Outras missões de interesse público, denominadas pelo General Valença Pinto e constantes na lei”; - “Apoio às populações nas situações de catástrofe, mas também as decorrentes de uma situação declarada na sequência de um incêndio de grande intensidade, o cair duma ponte, o decorrente de umas cheias ou de um tremor de terra de grandes dimensões”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Uma vez que o Exército e as Forças Armadas, para o cumprimento das suas missões, dispõem de meios altamente sofisticados, únicos e especialmente onerosos, que podem ser decisivos para o sucesso operacional das FSS, não se compreenderia que tais meios não fossem utilizados em favor do trabalho das FSS, sempre que tal se justifique;” - “Basta que a cooperação seja efectiva ao nível da operação de tais meios e da troca de informações, incluindo a análise conjunta, quando estamos nos tais espaços de interceptação”; - “Empenhar as FFAA na actividade de segurança interna, atribuindo-lhes novas responsabilidades, designadamente de carácter policial, fora das situações de excepção, seria um erro susceptível de subverter os princípios do estado de direito”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral</b> <b>Adjunto SSI</b>	- “Colaboração (...) em matéria de Segurança Interna e a cooperação tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”.

### 5.3.3. Análise de Conteúdo à Questão N.º 3

No quadro 5.3 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 3** – “A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?”

**R:** Aqui a resposta não é unânime, sendo que a maioria dos entrevistados considera que para o Exército participar na SI serão necessários ajustamentos organizacionais principalmente no Exército, nomeadamente ao nível do comando, controlo e formação, do modelo de SI actual e a nível da sua estrutura interna, tal como a nível de procedimentos para pequenos conceitos de acção de âmbito mais tático e operacional. Por sua vez, os

restantes entrevistados referem a necessidade de autorizações e permissões legais, estando actualmente ajustado aos níveis de ameaça e enquadramento jurídico.

**Quadro 5.3 - Análise de conteúdo à questão n.º 3.**

Respostas	Fundamentação
<b>Entrevistado n.º 1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral</b> <b>SSI</b>	- “Nos que dizem respeito aos actuais mecanismos de comando e controlo”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Não”; - “O Exército tem uma missão constitucional prevista e é essa que tem de cumprir”; - “Não tem que criar unidades especiais, de se organizar, ou que ter materiais específicos”.
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Naturalmente”; - “A sua participação noutras matérias implicaria ajustamentos no modelo de SI actualmente existente e adaptações de estrutura interna”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Não”; - “Penso que é preciso é que a lei o permita”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Sim”. - “São pequenos acertos organizacionais, sendo que os grandes acertos estão feitos”; - “Procedimentos para pequenos conceitos de acção de âmbito mais tático e operacional”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da</b> <b>Doutrina e</b> <b>Formação</b>	- “O Exército e as Forças Armadas já participam na segurança interna, num quadro legal que me parece equilibrado face ao nível e morfologia das ameaças com que nos confrontamos, pelo que não considero desejável nem útil alargar o âmbito dessa participação”; - “Mais do que ajustamentos organizacionais, julgo que a participação do Exército (alargamento da sua missão) na segurança interna exigiria profundas alterações legais, incluindo de ordem constitucional”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral</b> <b>Adjunto SSI</b>	- “No que respeita às FSS, entendo que (...) não irá acarretar quaisquer alterações organizacionais”; - “Relativamente ao Exército, (...) poderão ser necessários alguns ajustamentos organizacionais, (...) aos actuais mecanismos de comando, controlo e formação”.

#### 5.3.4. Análise de Conteúdo à Questão N.º 4

No quadro 5.4 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 4** – “*O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?*”

**R:** A maioria dos entrevistados considera não serem necessários novos recursos, mas o mesmo não se passa a nível da formação. O Exército necessita de conhecimentos do ponto de vista técnico, mas não qualquer habilitação específica. Pretende-se utilizar os recursos existentes, mas havendo a necessidade de coordenação destes elementos, nomeadamente explicar-lhes qual a sua função e forma como devem actuar. O Coronel João Borges explica ainda que não se deve dar uma qualificação específica a determinada força, se esta não for uma das suas missões primárias, sendo que em caso de necessidade, devem abrir concursos, de forma a preparar e formar mais gente qualificada. Ainda no que se refere aos recursos, refere o Coronel Arménio Pedroso que o Exército não está

preparado para este tipo de actuações, sendo que em caso de pretensão de utilização dos seus recursos de forma permanente, estes deveriam passar para a área da SI.

**Quadro 5.4 - Análise de conteúdo à questão n.º 4.**

Respostas	Fundamentação
<b>Entrevistado n.º1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “Actualmente, desconhece-se qual o nível de formação e de meios disponíveis do Exército para o cumprimento de missões desta natureza”.
<b>Entrevistado n.º2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Não se pede ao Exército que tenha especialistas em Segurança Interna, nem Unidades especialmente vocacionadas para a Segurança Interna”; - “Capacidades e conhecimento dos seus homens do ponto de vista técnico, (...) mas sem qualquer habilitação específica no âmbito da Segurança Interna”.
<b>Entrevistado n.º3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Sem dúvida”; - “As FSS desenvolvem formação específica para questões específicas e diversas, procurando sistematicamente corresponder à variedade de tarefas e de contingências que se apresentam, a que as FA não poderiam eximir-se”.
<b>Entrevistado n.º4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Mais recursos não”; - “O que se pretende é utilizar os recursos existentes, mas com uma formação mais virada para estas novas missões, porque são novas para o Exército”; - “A nível de formação é preciso explicar-lhes o que vão fazer, que não são autoridade e que vêm para prestar segurança”; - “É preciso coordenação, uma série de medidas e que a lei especifique e clarifique tudo isto”.
<b>Entrevistado n.º5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Não necessariamente”; - “Eu acho que não se deve dar uma qualificação específica para o desempenho de uma nova missão, que tem a ver com a missão primária de outra força ou serviço”; - “Se essas Forças precisam de mais gente qualificada, abram concursos, preparem e formem mais pessoal para terem mais gente qualificada”; - “Cada um tem a sua missão primária e eu acho que estar a dar demasiadas missões aos militares, faz com que sejam mais ou menos qualificadas para tudo, com competências (reais) para muito pouco”.
<b>Entrevistado n.º6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Se pretendemos que, de forma permanente, os recursos das Forças Armadas, neste caso do Exército, sejam preparados para actuar na Segurança Interna, parece-me muito mais lógico e vantajoso (...), que esses meios e recursos passem, em definitivo, para a área da Segurança Interna”; - “As FFAA, para poderem participar de forma regular na segurança interna, teriam de proceder a profundas alterações, ao nível do armamento e equipamento e, muito particularmente, na formação dos seus recursos humanos”; - “O Exército Português não está preparado para actuar na segurança interna, especialmente no que diz respeito às tarefas de interacção com as pessoas.
<b>Entrevistado n.º7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	- “Julgo que sim”; - “Dependendo do tipo de missões que possam ser desempenhadas pelo Exército no quadro da colaboração”.

### 5.3.5. Análise de Conteúdo à Questão N.º 5

No quadro 5.5 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 5** – “*Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?*”

**R:** A maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente a esta questão, sendo necessário definir e consolidar quais os mecanismos de articulação, comando e controlo, regras de emprego e empenhamento, dependências funcionais e quais as áreas de intervenção, sendo necessário e de acordo com a Dr.<sup>a</sup> Carla Falua, adoptar as condutas às finalidades e regras da SI. No caso deste alargamento de missões se vier a concretizar terá



que existir não só apenas uma reformulação na doutrina do emprego dos meios mas também na formação de cada militar.

**Quadro 5.5 - Análise de conteúdo à questão n.º 5.**

Respostas	Fundamentação
<b>Entrevistado n.º1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “Importará definir e consolidar, (...) quais os mecanismos de articulação, comando e controlo, regras de emprego/empenhamento, dependências funcionais e as próprias áreas ou domínios susceptíveis de actuação da componente militar na Segurança Interna”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Sim”; - “Como se faz, quando se faz, é desejável que esteja padronizado, estabelecido e que seja do conhecimento de todos os intervenientes”.
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Sim”; - “É necessário adaptar as condutas às finalidades e regras da SI”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Não”; - “A única coisa que se pretende é o reforço dos meios da GNR ou da PSP com meios do Exército”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Não”; - “A doutrina tem relação directa com a actuação no terreno para fazer face a determinada situação, sendo a entidade primariamente responsável que deve fazer doutrina”; - “As forças que apoiam devem actuar em conformidade com essa mesma doutrina (...) e nunca criar doutrina nova”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Uma hipotética atribuição de encargos de Segurança Interna ao Exército obrigaria à reformulação da sua doutrina, para emprego dos meios”; - “Num estado de direito democrático, é muito difícil perceber e conceber a utilização dos meios do Exército em ambiente policial”; - “Para haver um alargamento do âmbito da participação do Exército na Segurança Interna, naturalmente teria de haver uma reformulação da doutrina do emprego dos meios, e até uma reformulação do sistema de formação de cada militar”; - “Exigiria, obviamente, profundas alterações na doutrina, nos modelos de empenhamento operacional e nos processos de tomada de decisão”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	- “Claro”; - “Mais do que desenvolver uma nova doutrina importará definir e consolidar, através de um instrumento legal, as áreas susceptíveis de colaboração pelas FA, os princípios aplicáveis à colaboração, os mecanismos de articulação, comando e controlo, as regras de emprego/empenhamento, as dependências funcionais e cadeias de comando.”

### 5.3.6. Análise de Conteúdo à Questão N.º 6

No quadro 5.6 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 6** – “Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?”

**R:** No caso de virem a ser atribuídas missões ao Exército no que concerne ao desempenho de missões de SI, e atendendo às respostas dadas, é consentimento da maioria dos entrevistados que este deverá ser utilizado em colaboração com as FSS na segurança de instalações sensíveis e de pontos críticos. Por conseguinte e no que concerne à análise às várias respostas, estas deverão ser desempenhadas em períodos de estados de alerta mais elevados, aquando da assumpção de incapacidade por parte das FSS, em apoio às FSS através da sua capacidade de transporte e aumento de força pesada, em apoio à ordem pública, prevenção criminal e investigação criminal, no reforço nos



patrulhamentos das zonas mais sensíveis, missões de protecção e socorro e protecção da natureza e do ambiente.

**Quadro 5.6 - Análise de conteúdo à questão n.º 6.**

<b>Respostas</b>	<b>Fundamentação</b>
<b>Entrevistado n.º 1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “Colaboração na segurança de instalações sensíveis e de pontos críticos (...) em períodos de estados de alerta mais elevados, como uma possível área de acção”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Missões de apoio às capacidades existentes nas FSS, tais como capacidades de transporte e aumento de força pesada”.
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Apoiar as FSS em questões de ordem pública, de prevenção criminal e de investigação criminal, para além de diversas funções de natureza social”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Segurança de pontos sensíveis e reforço nos patrulhamentos das zonas mais sensíveis”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Vigilância de determinados pontos sensíveis, perante determinadas ameaças, como ataques terroristas”; - “Casos em que a dimensão e periculosidade da ameaça coloque em causa os bens das pessoas em determinadas zonas, em face da assumpção de incapacidade por parte das Forças e Serviços de Segurança”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Não é necessário nem útil atribuir ao Exército missões específicas de segurança interna”; - “Uma eventual maior participação das FFAA nesta actividade, deve dar-se ao nível da Protecção e Socorro e da Protecção do Ambiente e da Natureza, ou seja missões e tarefas de baixo pendor policial e que, normalmente, não implicam o uso do poder de autoridade”; - “Quando os meios das FSS se mostrem insuficientes para garantir a ordem e a legalidade democrática, mas neste caso, cairemos na tais situações de excepção, já devidamente acauteladas pela legislação portuguesa”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	- “Esta é uma questão, no essencial, de natureza política e que deverá ser definida na esfera da governação e responsabilidade políticas”.

### 5.3.7. Análise de Conteúdo à Questão N.º 7

No quadro 5.7 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 7** – “No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?”

**R:** A disponibilidade do Exército já não é recente e está definida na lei, sendo a mesma consequente da reorganização do Exército e do contexto internacional e nacional, existirem outros países onde o Exército já actua na SI, em auxílio da Nação e na sequência das chamadas novas ameaças, de forma a afirmar e mostrar a disponibilidade do Exército.

Quadro 5.7 - Análise de conteúdo à questão n.º 7.

Respostas	Aspectos relevantes/considerações sobre o tema
<b>Entrevistado n.º 1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “A ‘disponibilidade’ ora manifestada terá levado em linha de conta o constante no (...) disposto em termos da LSI, LOBOFA e LDN”;
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Perante o contexto quer internacional quer nacional que se abriu nessa possibilidade”; - “Consequência do final desejável da reorganização do Exército”;
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Tenho verificado maior disponibilidade, ao longo dos últimos 15 anos, das FA em apoiar as FSS”; - “Questiona-se actualmente a fronteira entre SI e SE, procurando-se incluir o combate ao crime organizado como uma questão de segurança do Estado”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “O que leva a isto é olhar para o lado e ver que todos os países fazem isto”; - “Os recursos devem ser utilizados para a segurança”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “A disponibilidade sempre houve”; - “A disponibilidade vem mais no sentido do disposto na lei, até para as pessoas perceberem as recentes alterações”; - “A posição do Exército foi afirmar no sentido positivo que quando a Nação precisar, está pronto a actuar de acordo com a lei e em prol do País”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em Dezembro de 2002, já estabelece as capacidades das FFAA para intervir no plano da segurança interna, em colaboração com as FFS”; - “A legislação das Forças Armadas e da Defesa Nacional tem vindo a acentuar a orientação das FFAA para a actividade de segurança interna”; - “Está relacionada com o recudrescer das designadas novas ameaças de dimensão global, ou mais concretamente do surgimento de novas circunstâncias e factores potenciadores das ameaças antigas”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	- “A disponibilidade não é recente”; - “O Exército sempre esteve disponível para colaborar, nas mais variadas formas, com as FSS”.

### 5.3.8. Análise de Conteúdo à Questão N.º 8

No quadro 5.8 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 8** – “*Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?*”

**R:** A maioria dos inquiridos considera que caso o Exército venha a desempenhar outras missões de segurança interna, este não trará quaisquer implicações no que concerne à organização e actuação por parte das FSS, sendo que, segundo o General Chaves, o actual modelo das FSS é absolutamente compatível com o Exército. Porventura, o Coronel Arménio Pedroso refere que este envolvimento será sempre de forma subsidiária.

Quadro 5.8 - Análise de conteúdo à questão n.º 8.

Respostas	Aspectos relevantes/considerações sobre o tema
<b>Entrevistado n.º 1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “Só após a avaliação do tipo de missões a desempenhar será possível avaliar e ponderar sobre as eventuais alterações estruturais e procedimentais por parte das FS”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Nada”; - “O actual modelo das Forças e Serviços de Segurança é absolutamente compaginável com essa colaboração dada pelas FA, em particular pelo Exército”; - “Pensar a doutrina e estabelecer os mecanismos de cooperação no ponto de vista operacional”
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Depende da natureza e enquadramento das missões que vierem a desempenhar”; - “Implicará, alterações profundas ao criar mais um interveniente”;
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Só é benéfico para as Forças e Serviços de Segurança, porque são reforçados os seus recursos”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “As implicações são mais ao nível da actuação das diferentes FSS do que ao Exército”; - “Se é um apoio para a Segurança Interna, as FSS deve saber como vão articular parcerias e como deve fazer e activar planos de contingência”; - “Se vão receber militares do Exército, (...) devem saber como é que vão ser enquadrados, como é que vão trabalhar em conjunto, que formação adicional vão receber”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação</b>	- “Não teria qualquer impacto na organização e formas de actuação das FSS”; - “Um eventual maior envolvimento do Exército na segurança interna terá sempre um carácter subsidiário, de reforço ou de complementaridade das FSS”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral</b> <b>Adjunto SSI</b>	- “Só após a avaliação do tipo de missões a desempenhar, do nível de execução e das modalidades de comando e controlo”.

### 5.3.9. Análise de Conteúdo à Questão N.º 9

No quadro 5.9 apresenta-se a análise de conteúdo à **questão n.º 9** – “*Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?*”

**R:** A maioria dos entrevistados não concorda com o emprego do Exército em missões de SI num estado de normalidade de vida democrática. Porém em situações excepcionais e prévias à declaração de estado de sítio, estas poderão actuar mas sempre em cooperação e em complemento das FSS. Porventura, existem meios de que o Exército dispõem que poderão ser aproveitados em determinadas situações e em articulação com as FSS, e em que não será necessário declarar o estado de emergência. De acordo com o Intendente Paulo Lucas, esta concordância depende do tipo de missões, das áreas de colaboração, regras relativas ao comando e controlo e se este emprego é em complementação ou substituição.

Quadro 5.9 - Análise de conteúdo à questão n.º 9.

Respostas	Aspectos relevantes/considerações sobre o tema
<b>Entrevistado n.º 1</b> <b>Mário Mendes</b> <b>Secretário-Geral SSI</b>	- “Num estado denominado de ‘normalidade de vida democrática’ não se vislumbra a necessidade de emprego das FAA”; - “Em situações excepcionais, prévias à declaração de estado de sítio, (...) sempre com carácter de subsidiariedade e complementaridade”.
<b>Entrevistado n.º 2</b> <b>Carlos Chaves</b> <b>Major General</b> <b>Assessor do SGSSI</b>	- “Concordo na perspectiva de que o Exército responderá a pedidos que lhe são postos em concreto pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas”.
<b>Entrevistado n.º 3</b> <b>Carla Falua</b> <b>Directora da EPJ</b>	- “Não”; - “Sem prejuízo de intervirem em missões específicas de SI, como apoio às FSS”.
<b>Entrevistado n.º 4</b> <b>Carlos Branco</b> <b>Coronel</b> <b>Juiz Militar</b>	- “Concordo Inteiramente”.
<b>Entrevistado n.º 5</b> <b>João Borges</b> <b>Coronel</b> <b>Assessor do IDN</b>	- “Num estado de normalidade democrática não concordo”; - “Numa situação normal julgo que os meios das Forças e Serviços de Segurança são suficientes, mas caso não sejam, devem reforçar as respectivas forças com os devidos recursos humanos, materiais e financeiros”; - “Em situações de estado de sítio ou de emergência sim”; - “Em situações de excepção ainda não contempladas em lei mas (...) necessário esse apoio com certeza que concordo (...), com a necessária e adequada articulação de meios e de vontades”.
<b>Entrevistado n.º 6</b> <b>Arménio Pedroso</b> <b>Coronel</b> <b>Director da Doutrina e Formação da GNR</b>	- “Concordo, nos termos estabelecidos na Constituição e na Lei, ou seja, em missões de serviço público”; - “As FFAA dispõem de meios e tecnologia que podem ser particularmente úteis em situações concretas de segurança interna”.
<b>Entrevistado n.º 7</b> <b>Paulo Lucas</b> <b>Intendente</b> <b>Secretário Geral Adjunto SSI</b>	“Dependerá, do tipo de missões, das áreas de colaboração, das regras relativas ao comando e controlo, do carácter substitutivo ou complementar da colaboração”.

## 5.4. CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS

Atendendo às entrevistas realizadas, começamos por referir que a disponibilidade manifestada pelo Exército para participar em missões de SI já não é recente, sendo algo de perfeitamente normal e estando definida na lei. Cabe ao Exército colaborar com as FSS quando as capacidades destas estiverem esgotadas, sendo que esta cooperação deve ser apenas na condição de reforço e em situações em que seja necessária a sua actuação, sendo exemplo a actuação em ambiente nuclear, biológico e químico, em reforço do patrulhamento e outras missões de interesse público. Por sua vez, esta cooperação exige alguns ajustamentos organizacionais do Exército ao nível do comando, controlo e formação dos militares, havendo necessidade de um reajustamento da estrutura do SSI. Em caso de intervenção, não serão necessários novos recursos mas é necessária formação específica nomeadamente a nível da actuação operacional, sendo que o Exército não está preparado para intervir na SI. Da mesma forma é necessário não só desenvolver uma nova doutrina relativamente ao emprego de meios, como na formação de cada militar, sendo necessário definir os mecanismos de articulação, comando e controlo, regras de emprego e empenhamento, dependências funcionais e áreas de intervenção.

Relativamente ao tipo de missões a desempenhar e no caso de virem a ser atribuídas missões de SI ao Exército, este poderá actuar principalmente em colaboração com as FSS na segurança de instalações sensíveis e pontos críticos, devendo as mesmas ser desempenhadas em estados de alerta mais elevados e quando se verificar incapacidade das FSS para o desempenho destas.

No caso de se vir a verificar o emprego do Exército na SI, este não trará qualquer tipo de implicações para as FSS, sendo o seu modelo compatível com o Exército. No entanto, o Exército não deverá ser empregue num estado de normalidade de vida democrática mas apenas em casos excepcionais.

## CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### INTRODUÇÃO

Após a formulação das hipóteses é necessário verificar a veracidade das mesmas. Como tal, neste capítulo serão verificadas as hipóteses práticas, elaboradas as reflexões finais e consequentes recomendações acerca do trabalho, limitações e investigações a desenvolver no futuro.

#### 6.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS

Relativamente à primeira hipótese: **A legislação existente permite empregar o Exército na SI, em situação de normalidade democrática** não foi verificada pela análise à CRP e à LSI. De acordo com o art. 35º da CRP, as FFAA, nomeadamente o Exército, colaboram em matéria de SI nos termos da Constituição e da lei. Ora, de acordo com os n.ºs 6 e 7 do art. 275 da CRP, as FFAA apenas podem colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e na melhoria da qualidade de vida das populações, quando decretado o estado de sítio ou o estado de emergência, sendo cometida à polícia esta responsabilidade nos termos do art. 272 da CRP, a qual tem por função defender a legalidade democrática e garantir a SI e os direitos dos cidadãos. Ainda e de acordo com a resposta à 2ª questão das entrevistas, é na opinião do Coronel Carlos Branco preciso alterar a Constituição para o Exército poder ser empenhado em outras missões de SI.

Relativamente à segunda hipótese: **O Exército poderá desempenhar novas missões no âmbito da segurança interna**, foi verificada pela análise às questões n.ºs 17, 18, 19, 20 e 21, nomeadamente e no que se refere ao tipo de missões já desempenhadas pela GNR e PSP e que podem ser desempenhadas pelo Exército, sendo referidas pela maioria dos inquiridos as seguintes missões: proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza (53,1%); manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas (53,1%); colaborar na prestação de honras de Estado (48,7%) e executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro,

designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves (53%). Pela análise ao conteúdo da questão n.º 6 das entrevistas, dos sete entrevistados, cinco concordam, dando inclusive exemplos concretos de missões a desempenhar tais como segurança de instalações sensíveis e pontos críticos, enquanto um não concorda e outro não se especifica, afirmando ser esta uma questão de natureza política.

No que concerne à terceira hipótese: **A participação do Exército na segurança interna implicará ajustamentos organizacionais**, foi verificada pela análise ao conteúdo da questão n.º 3 das entrevistas. Dos sete entrevistados, cinco concordam que esta participação implicará ajustamentos organizacionais, nomeadamente a nível dos actuais mecanismos de comando, controlo e formação.

De acordo com a quarta hipótese: **É necessário desenvolver doutrina, relativamente ao emprego de meios militares em missões de segurança interna**, foi verificada pela análise ao conteúdo da questão n.º 5 das entrevistas. Dos sete entrevistados, cinco concordam que é necessário desenvolver doutrina ao nível dos mecanismos de articulação, comando, controlo, regras de emprego e empenhamento, dependências funcionais e áreas de intervenção.

Relativamente à quinta hipótese: **No que respeita à participação do Exército em missões de segurança interna, a GNR e o Exército têm opiniões diferentes/divergentes**, esta hipótese foi verificada pela análise à questão n.º 29 do questionário, sendo que o Exército concorda significativamente mais do que a GNR com o emprego do Exército em missões de segurança interna.

Por fim, e no referente à sexta hipótese: **O Exército está preparado para intervir na segurança interna**, não foi verificada pela análise ao conteúdo da questão n.º 23 dos inquéritos, nomeadamente no que diz respeito à disponibilidade de recursos, meios técnicos e formação adequada por parte do Exército para o desempenho deste tipo de missões. As diferenças de opinião entre os inquiridos do Exército e da GNR são estatisticamente significativas, sendo que os inquiridos da GNR discordam mais da afirmação do que os do Exército.

## **6.2. REFLEXÕES FINAIS**

Após a verificação das hipóteses formuladas, resta responder à hipótese inicialmente formulada. **Em que circunstâncias o Exército poderá ser empregue em missões de Segurança Interna?**

O emprego do Exército está limitado legalmente, salvo em situações extraordinárias e excepcionais, em que a capacidade das FSS seja excedida pela escalada do patamar da violência e em que se justifique o emprego deste, sendo a sua actuação conjugada sempre

em forma de colaboração, cooperação e reforço das FSS. Legalmente, o Exército já coopera com as FSS no combate a agressões ou ameaças transnacionais. Após o trabalho de campo, é do consenso geral dos inquiridos que o Exército poderá ainda desempenhar missões de protecção, socorro e auxílio a pessoas e preservação de bens, manter a vigilância e protecção de pontos sensíveis, colaborar na prestação de honras de Estado e executar acções de prevenção e de intervenção em primeira linha, em situação de emergência de protecção e socorro, sendo que para que esse empenhamento se possa realmente efectivar seja necessário alterar a CRP. Em suma, para que este empenhamento se concretize há necessidade do Exército dispor de recursos, meios técnicos e formação adequada à nova realidade, o que actualmente não se verifica.

### **6.3 RECOMENDAÇÕES**

A segurança é um dos objectivos de qualquer Estado de direito, sendo necessário analisar as formas de participação de todos os meios ao seu dispor, nomeadamente do Exército, de que forma poderá ser feito uso desses mesmos meios e pertinência destes para a SI. É recomendável que seja reformulada e actualizada a legislação enquadrante da actuação do Exército, nomeadamente a definição de situação de crise e que possam ser utilizados e disponibilizados os recursos do Exército, aquando se verifique essa necessidade, mas sempre em reforço e cooperação com as FSS.

### **6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Atendendo ao impacto, pertinência e actualidade que o tema tem vindo a suscitar nas mais altas entidades militares e civis no que concerne à segurança e defesa do país, verificaram-se alguns obstáculos nomeadamente ao nível da concessão de entrevistas por parte das mais altas patentes do Exército. Aquando da definição da amostra para elaboração dos questionários, foram definidos como público-alvo os oficiais da GNR, do Exército e da PSP. Como tal, verificou-se a necessidade de solicitar os contactos institucionais de correio electrónico ou números de matrícula dos oficiais da PSP, verificando-se a indisponibilidade da Direcção Nacional da PSP em conceder os mesmos dado o carácter reservado da informação solicitada. De referir que esta solicitação foi feita inicialmente pelo autor e posteriormente pela Escola da Guarda. Como tal, a amostra restringiu-se apenas aos oficiais da GNR e do Exército, o que limita a investigação, pelo facto de que seria fundamental saber a opinião da PSP enquanto actor permanente do SSI.

Por fim, de referir o limite de páginas imposto dada a abrangência do tema e ainda o tempo para a sua realização, o que não permitiu efectuar uma análise mais profunda dos dados no que se refere essencialmente aos inquéritos.



## **6.5. INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

Atendendo à pertinência e actualidade do tema, seria interessante averiguar o tipo de capacidades e meios que o Exército possa disponibilizar e questionar o tipo de missões de SI que realmente conseguem cumprir, tal como a sua viabilidade. Por fim, a necessidade ou não de profissionalização dos militares do Exército enquanto intervenientes em missões de SI e averiguar as consequentes causas/efeitos da concorrência institucional entre os vários intervenientes para a SI.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS:

- Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana, Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Silabo.
- DOD. (2010). *Dictionary of Military and Associated Terms*.
- GNR. (2010). *Plano de Actividades 2010*. Lisboa.
- IPRI. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Mark A. Sauter, J. J. (2005). *A complete guide to understanding, preventing, and surviving terrorism - Homeland Security*. United States of América: Mc Grall - Will Companies.
- Militar, A. (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Miranda, J. (2003). *Manual de Direito Constitucional, Tomo I - O Estado e os Sistemas Constitucionais*. Coimbra Editora.
- PSP. (2010). *Plano de Actividades 2010*. Lisboa.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Teixeira, L. P. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. Lisboa.
- Watson, C. (2002). *U. S. National Security*. United States of américa: Library of Congress.

### MÉTODO CIENTÍFICO:

- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Lisboa: Principia.
- Hill, Manuela Magalhães e Hill, Andrew (2005), *Investigação por questionário*, Edições Sílabo, 2ª edição, Lisboa
- Maroco, João (2007) *Análise estatística com utilização do SPSS*, Edições Sílabo, 3ª edição, Lisboa

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

### **ARTIGOS:**

Branco, C. M. (10 de Julho de 2010). Desinstalar a confusão. Lisboa.

Exército, E. M. (2006). Transformação do Exército - Uma força operacional projectável pronta a ser empenhada . *Jornal do Exército* , 1-3.

Jalali, C. (2005). Nova Governação, nova cidadania? Os cidadãos e apolítica em Portugal. *Revista de estudos politécnicos* , 29-38.

Pereira, R. (11 de Maio de 2009). Segurança interna tem cada vez mais uma dimensão externa. Lisboa.

### **LEGISLAÇÃO:**

Constituição da República Portuguesa - 7ª Revisão Constitucional - Actualizada de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2005.

Declaração Universal dos Direitos do Homem - Adoptada e proclamada pela resolução 217-A da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948.

Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Lei n.º 17/2006 de 23 de Maio – Lei - Quadro da Política Criminal.

Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Alterada pelas Lei n.º 41/83, de 21 de Dezembro, Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 18/95, de 13 de Julho, Lei Orgânica n.º 3/99, de 18 de Setembro, Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto e Lei Orgânica n.º 2/2007, de 16 de Abril).

Lei n.º 37/2008 de 6 de Agosto - Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

Lei n.º 44/86 de 30 de Setembro – Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal.

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto - Lei Orgânica da PSP.

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR

Lei n.º 9/2007 de 19 de Fevereiro que Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança.

Lei Orgânica 6/1980, de 1 de Julho, que regula os critérios bases da Defesa Nacional e da Organização Militar em Espanha

Lei Orgânica nº 31-B/2009 de 7 de Julho que aprova a Lei de Defesa Nacional.

Lei Orgânica 252/2000, de 16 de Outubro - Aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Ley orgánica 1/1992, de 21 de Febrero, sobre protección de la Seguridad Ciudadana.

Decreto-Lei n.º 203/2006 de 27 de Outubro - Lei Orgânica do MAI.

Decreto-Lei n.º 43/2002 de 2 de Março - Cria o Serviço de Autoridade Marítima.

Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro - Aprova a Lei Orgânica do Exército.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007, de 19 de Março - Aprova as opções fundamentais do Sistema Integrado de Segurança Interna da República Portuguesa.

Despacho n.º 10393/2010, de 22 de Julho de 2010, que altera o Regulamento Geral do Serviço da GNR, Portaria n.º 722/85, de 25 de Setembro.

#### **INTERNET:**

*Amostragem*. (17 de Março de 2010). Obtido em 17 de Março de 2010, de vsai: <http://www.v sai.pt>

*Artigos*. (13 de Julho de 2010). Obtido em 13 de Julho de 2010, de jusvi: <http://www.jusvi.com>

Branco, C. M. (11 de Outubro de 2006). *A Gnr e a Segurança Interna*. Obtido em 25 de Novembro de 2009, de Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt>

*GOP 2010-2013*. (25 de Fevereiro de 2010). Obtido em 25 de Fevereiro de 2010, de parlamento: <http://www.parlamento.pt>

*Hoja de ruta para una estrategia de seguridad nacional española*. (25 de Fevereiro de 2010). Obtido em 25 de Fevereiro de 2010, de Almendron: <http://www.almendron.com>

Humanity, v. o. (19 de Junho de 2010). *Global Peace Index 2010*. Obtido em 19 de Junho de 2010, de visionofhumanity: <http://www.visionofhumanity.org/>

Inovação, V. (17 de Março de 2010). Calculadora de amostragem. Lisboa, Portugal.

*Internal security*. (28 de Fevereiro de 2010). Obtido em 28 de Fevereiro de 2010, de milterms: <http://www.milterms.com>

*Metodos científicos*. (09 de Outubro de 2009). Obtido em 09 de Outubro de 2009, de molwick: <http://www.molwick.com.pt>

*Missão Sied*. (05 de Março de 2010). Obtido em 05 de Março de 2010, de Sied: <http://www.sied.pt>

*Missões das FA*. (03 de Março de 2010). Obtido em 03 de Março de 2010, de MDN: <http://www.mdn.gov.pt>

*Nicolas Sarkozy*. (25 de Fevereiro de 2010). Obtido em 25 de Fevereiro de 2010, de Livre blanc defense et securite: [www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr](http://www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr)

Prata, G. (6 de Janeiro de 2010). *As forcas armadas e a seguranca interna*. Obtido em 18 de Abril de 2010, de operacional: <http://www.operacional.pt>  
VIGIPIRATE. (09 de Julho de 2010). Obtido em 09 de Julho de 2010, de ind5: <http://www.ind5.com.es>

**TESES E OUTROS TRABALHOS:**

Anastácio, C. A. (2009). *Paradigmas de Segurança Interna - FS e Forças Armadas: parceiros ou concorrentes*. Lisboa: ISCPSI.  
Guedelha, M. J. (2008). *A GNR e o novo conceito estratégico de Segurança Interna*. Curso de Promoção a Oficial Superior da GNR.  
Sequeira, J. M. (2005). *Segurança Interna e Externa face às novas realidades*. Lisboa: Curso de Estado Maior.  
Viana, V. D. (2003). *O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas missões e Organização das Forças Armadas*. Lisboa : IAEM.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de  
Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**O EMPREGO DO EXÉRCITO EM MISSÕES DE SEGURANÇA  
INTERNA**

**ALUNO:** ASP GNR INF Sérgio Martins Mendes

**ORIENTADOR:** COR TIR CAV REF Nuno A. Bravo Mira Vaz

**CO-ORIENTADOR:** CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno

Lisboa, Agosto de 2010

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade Segurança dos cursos das armas da GNR da Academia Militar, subordinando-se ao tema “O emprego do Exército em missões de Segurança Interna”.

O objectivo da Entrevista é recolher dados relativos à forma e em que circunstâncias poderá ou não ser empregue o Exército na Segurança Interna.

De forma a garantir rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a pessoas cujos conhecimentos e experiência nesta áreas sejam abrangentes, pelo facto de ser um tema recente, complexo e que exige alguma reflexão.

Neste sentido, consideramos o seu contributo fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, com certeza, enriquecê-la e valorizá-la, devido aos seus extensos conhecimentos sobre esta temática de investigação.

No caso de V. Ex.<sup>a</sup> aceitar conceder-nos esta entrevista, gostaríamos de lhe solicitar a sua resposta e onde e quando estará disponível para responder à mesma.

Esta entrevista será analisada e servirá como suporte à componente teórica deste mesmo trabalho, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica realizada.

De forma a garantir os interesses de V. Ex.<sup>a</sup> e se assim o mencionar, serão colocadas à sua disposição as análises resultantes das suas respostas nesta mesma entrevista, antes da exposição pública deste trabalho.

Gratos pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Sérgio Martins Mendes

ASP GNR INF



## GUIÃO DE ENTREVISTA

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:**

**Posto:**

**Função Actual:**

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?
2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?
3. A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?
4. O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?
5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?
6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?
  
8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?
  
9. Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

## APÊNDICE B - ENTREVISTA AO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Mário Silva Tavares Mendes

**Posto:** Juiz Conselheiro

**Função Actual:** Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** A disponibilidade manifestada pelo Exército, assim como de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, em colaborarem na segurança interna, é bem-vinda e aceite, cabendo inclusive aos militares um dever especial de colaboração com as Forças e Serviços de Segurança, conforme decorre do artigo 5.º da Lei de Segurança Interna.

2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** A interpretação da Constituição ultrapassa o espaço de análise deste órgão mas, de qualquer modo, denota-se que a Lei Ordinária - Lei de Segurança Interna, Lei de Defesa Nacional e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, já prevêm a colaboração das Forças Armadas, nomeadamente do Exército na Segurança Interna.

3. A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

R: Ao nível das FS não parece ser esse o caso. Em termos do Exército parece, à partida, justificar-se a promoção de ajustamentos organizacionais, nomeadamente, nos que dizem respeito aos actuais mecanismos de comando e controlo.

4. O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

R: Actualmente, desconhece-se qual o nível de formação e de meios disponíveis do Exército para o cumprimento de missões desta natureza.

5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

R: Mais do que “*desenvolver uma doutrina*” importará definir e consolidar, através de um instrumento legal formal, quais os mecanismos de articulação, comando e controlo, regras de emprego/empenhamento, dependências funcionais e as próprias áreas ou domínios susceptíveis de actuação da componente militar na Segurança Interna.

6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

R: Esta questão é, essencialmente, de natureza política e ultrapassa todos juízos de valor que, apesar de meritórios, só devem ser definidos na esfera da governação e responsabilidade políticas. Contudo, existem missões, com carácter consensual, que, por evidente falta de meios materiais das FS para o cumprimento destas, podem ser desenvolvidas pelas Forças Armadas no âmbito da Segurança Interna, entre as quais destacaríamos a segurança do espaço aéreo e o reforço da segurança da área marítima. No que respeita ao Exército, a colaboração na segurança de instalações sensíveis e de pontos críticos afigura-se igualmente, em períodos de estados de alerta mais elevados, como uma possível área de acção.

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

R: A “disponibilidade” ora manifestada terá levado em linha de conta o constante no “novo” normativo legal sobre esta matéria, ou seja, o disposto em termos da LSI, LOBOFA e LDN.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

**R:** Só após a avaliação do tipo de missões a desempenhar será possível avaliar e ponderar sobre as eventuais alterações estruturais e procedimentais por parte das FS. Até lá é prematuro conjecturar sobre esta matéria.

9. Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Num estado denominado de “normalidade de vida democrática” não se vislumbra a necessidade de emprego das FAA. Em situações excepcionais, prévias à declaração de estado de sítio, poder-se-á justificar a colaboração do Exército em áreas tradicionalmente e legalmente atribuídas às FS, mas sempre com carácter de subsidiariedade e complementaridade.

## APÊNDICE C - ENTREVISTA AO MAJOR GENERAL CARLOS HENRIQUE PINHEIRO CHAVES

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Carlos Henrique Pinheiro Chaves

**Posto:** Major General

**Função Actual:** Assessor do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** A disponibilidade registada numa intervenção pública do Chefe do Estado-Maior do Exército traduz-se naquilo que constitucionalmente é possível, e é nesse quadro que eu também me coloco. As forças armadas, em concreto o exército, têm capacidade, tecnologias, materiais e equipamentos que em caso de necessidade e aqui num um carácter pontual, podem servir de reforço das capacidades das Forças e Serviços de Segurança, quando as capacidades próprias dessas FS estiverem esgotadas. Portanto, não se trata nunca de uma intervenção permanente, trata-se sim do conhecimento que o sistema de segurança interna deve ter das capacidades do Exército, para em caso de necessidade, esgotadas que estejam as capacidades das Forças e Serviços de Segurança, o Exército poder colaborar com essas forças e Serviços de Segurança, sempre numa perspectiva de colaboração para aumentar as capacidades existentes, ou quando estas estiverem esgotadas, substituí-las.

2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** Quer a nova lei de Defesa Nacional quer a nova Lei de Segurança Interna abriram a possibilidade de colaboração em campos para além da protecção civil. Lembro-me concretamente dum caso vivido aqui há alguns anos em Portugal, quando aconteceram os incidentes da ponte 25 de Abril, em que realmente as Forças e Serviços de Segurança, na altura não tinham capacidade de meios de *recover*, de tirar as viaturas pesadas do sítio onde elas estavam, e obviamente que os meios do Estado que estão adstritos ao Exército, podem e devem colaborar nessa situação. O mesmo se pode passar em situações, em que seja necessária a actuação em ambiente nuclear, biológico, químico e radiológico, em que as capacidades das Forças e Serviços de Segurança, por natureza não estão suficientemente desenvolvidas. As Forças Armadas, em concreto o Exército podem colaborar, mas sempre nesta perspectiva, a pedido do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, sendo que a lei prevê as circunstâncias em que isso se pode fazer e como é que se faz essa articulação entre o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e os meios que serão colocados à disposição das Forças e Serviços de Segurança. Nesta perspectiva que eu repito mais uma vez de colaboração franca, leal e aberta, mas para a qual é necessário o conhecimento antecipado das pessoas, dos meios e dos equipamentos que podem ser disponibilizados.

**3.** A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

**R:** Não. Eu de todo excludo essa perspectiva. O Exército tem uma missão constitucional prevista e é essa que tem de cumprir. Ao Exército compete a defesa militar terrestre da República Portuguesa e é isso que o Exército tem de fazer. Não tem que criar unidades especiais, de se organizar, ou que ter materiais específicos. É com os materiais que tem e com as unidades que tem, que se põe ao dispor da Segurança Interna nessa perspectiva de colaboração, reforço e apoio.

**4.** O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

**R:** Eu acho que o actual panorama da formação dos Oficiais, Sargentos e Praças do Exército é perfeitamente suficiente para o tipo de missões previsíveis no âmbito da Segurança Interna, porque a capacidade técnica é-lhe sempre dada pela força que vai ser reforçada. Não se pede ao Exército que tenha especialistas em Segurança Interna, nem que tenha unidades especialmente vocacionadas para a Segurança Interna, o que se pede ao Exército é que coloque as suas capacidades e o conhecimento dos seus homens do ponto de vista técnico, tais como engenharias, saúde e logística, mas sem qualquer habilitação

específica no âmbito da Segurança Interna, sendo que para isso existem as Forças e Serviços de Segurança.

5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

R: Sim. Ai é que nós temos uma grave lacuna. É preciso desenvolver, a exemplo de outros países, tais como o Reino Unido, que tem um documento conjunto que trata da contribuição da defesa para a resiliência do Estado inglês. Portanto, esse aspecto doutrinário, como se faz, quando se faz, é desejável que esteja padronizado, estabelecido e que seja do conhecimento de todos os intervenientes.

6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

R: Sempre missões de apoio às capacidades existentes nas Forças e Serviços de Segurança, tais como capacidades de transporte e aumento de força pesada, mas sempre com as características das unidades do Exército. Em França existe um plano VIGIPIRATE que coloca como forças de aumento junto das Forças e Serviços de Segurança determinados elementos das Forças Armadas francesas. Em determinados momentos é visível em França o aparecimento de patrulhas mistas na rua que englobam um polícia e dois elementos das Forças Armadas. As forças armadas dão robustez, dão visibilidade musculada ao homem da polícia que sabe fazer o seu serviço. Porque os elementos das Forças Armadas não estão capacitados, nem tecnicamente nem legalmente para fazer a intervenção. Portanto, eles dão músculo e força visível através do seu material mais pesado, concretamente as suas pistolas-metralhadoras e as suas espingardas para que o comum cidadão pense duas vezes antes de fazer qualquer coisa ao elemento das Forças e Serviços de Segurança.

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

R: O Exército passou por um largo período de reorganização, tendo passado de um Exército conscrito para um Exército semi-profissional. Perante o contexto quer internacional quer nacional que se abriu nessa possibilidade, o Chefe do Estado-Maior do Exército assumiu essa disponibilidade em termos públicos, sendo uma consequência do final desejável da reorganização do Exército.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?



**R:** Nada. O actual modelo das Forças e Serviços de Segurança é absolutamente compaginável com essa colaboração dada pelas Forças Armadas, em particular pelo Exército, não sendo portanto alterar coisíssima nenhuma. É preciso como já foi referido pensar a doutrina, e estabelecer os mecanismos de cooperação no ponto de vista operacional, com a presença de Oficiais de ligação quer junto do Secretariado de Segurança Interna, quer junto do Estado-Maior General das Forças Armadas. Este é um passo que é preciso dar, mas não é preciso mudar nada na organização nem na legislação do meu ponto de vista.

**9.** Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Concordo na perspectiva de que o Exército responderá a pedidos que lhe são postos em concreto pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que para tal recebe também pedidos concretos do Secretariado-Geral do Sistema de Segurança Interna.

## APÊNDICE D - ENTREVISTA À DIRECTORA DA ESCOLA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Carla Falua

**Posto:** Coordenadora Superior de Investigação Criminal.

**Função Actual:** Directora da Escola de Polícia Judiciária

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** A missão das Forças Armadas é diversa das FSS, cabendo a estas assegurar a Segurança Interna. Parece, assim, haver alguma inversão nesta proposta que tanto poderá demonstrar disponibilidade de reforço dos meios disponíveis das actuais FSS como ocupação de um certo espaço na Segurança Interna garantindo a sua existência e/ou crescimento.

2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** Em muitas matérias, principalmente na Ordem Pública, na Prevenção Criminal e ainda no apoio à Investigação Criminal.

3. A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

**R:** Naturalmente. A sua participação noutras matérias implicaria ajustamentos no modelo de SI actualmente existente e adaptações de estrutura interna.

4. O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

**R:** Sem dúvida. As FSS desenvolvem formação específica para questões específicas e diversas, procurando sistematicamente corresponder à variedade de tarefas e de contingências que se apresentam, a que as FA não poderiam eximir-se.

5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

**R:** Na minha opinião sim. A natureza das missões é diversa e é necessário adaptar as condutas às finalidades e regras da SI.

6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

**R:** Como já referi em 2., poderá apoiar as FSS em questões de ordem pública, de prevenção criminal e de investigação criminal, para além de diversas funções de natureza social.

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

**R:** Tenho verificado maior disponibilidade, ao longo dos últimos 15 anos, das FA em apoiar as FSS, pelo que me parece natural a expressão pública desta disponibilidade. Por outro lado, questiona-se actualmente a fronteira entre SI e SE, procurando-se incluir o combate ao crime organizado como uma questão de segurança do Estado.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

**R:** Depende da natureza e enquadramento das missões que vierem a desempenhar, mas implicará, consequentemente, alterações profundas ao criar mais um interveniente (entre tantos outros) neste espaço. E sempre se poderá dizer que o investimento que se fará nas FA para garantir essa faceta poderia ser efectuado para reforço das FSS.

9. Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Não, por princípio e pelas razões acima indicadas. Sem prejuízo de intervirem em missões específicas de SI, como apoio às FSS.

## APÊNDICE E - ENTREVISTA AO CORONEL CARLOS MANUEL GERVÁSIO BRANCO

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Carlos Manuel Gervásio Branco

**Posto:** Coronel da GNR

**Função Actual:** Juiz militar nas Varas Criminais de Lisboa.

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** Relativamente a essa pergunta tenho duvidas que o Exército tenha manifestado a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. De qualquer forma é um tema actual, mas não sei se o Exército manifestou essa vontade ou disponibilidade. Vejo isso muito bem, achando portanto que é positivo.

2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** De acordo com a Constituição, e apesar de haver quem diga que são possíveis outras missões, eu tenho dúvidas, portanto, concordo contigo. Penso que é preciso alterar a constituição para o Exército poder ser empenhado em outras missões, mas agora vou-te falar não só no Exército mas nas Forças Armadas. A Marinha e a Força Aérea fazem normalmente operações de combate ao tráfico de droga, tal como a polícia judiciária, sendo que isso é Segurança Interna. Os fuzileiros navais são militares das Forças Armadas e fazem patrulhamento das praias portuguesas na época de verão. Portanto, se era preciso mexer na constituição, também era preciso mexer nisto, havendo aqui alguma confusão, e havendo necessidade de as esclarecer, pelo que acho que o Exército pode fazer o que a

Marinha faz nas praias, reforçando por exemplo os patrulhamentos das FS. Em Paris, tal como em Roma ou nas capitais europeias isto faz-se, logo, porque é que nós não havemos de fazer? A questão é essa, acho que pode e deve actuar, mas em reforço, não em substituição.

**3.** A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

**R:** Penso que não. Penso que é preciso é que a lei o permita, havendo agora um ponto prévio a tudo isto. Na minha perspectiva já não há segurança externa nem interna, há segurança nacional. Partindo desse pressuposto, as coisas são mais fáceis, enquanto tivermos esta ideia ultrapassada. Segurança externa, segurança interna, ameaça externa, ameaça interna, tudo é mais difícil, porque estamos nós próprios a criar entraves à participação das Forças Armadas na segurança no interior do país, podendo não ser militar mas uma ameaça terrorista.

**4.** O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

**R:** Mais recursos não. O que se pretende é utilizar os recursos existentes, mas com uma formação mais virada para estas novas missões, porque são novas para o Exército. É necessário esclarecer que o Exército ao ser empenhado nestas missões não é para fazer fiscalização, nem para aplicar multas, mas sim para fazer segurança, podendo ir um guarda da GNR e um militar do Exército, fazem patrulhamento. Quem é que é o agente da autoridade? O Guarda da GNR. Até podem ir dois do Exército, podendo essa segurança ser feita nas estações de serviço, nas gares de caminhos-de-ferro, nas zonas mais aglomeradas. Não tem nenhum problema visto que eles não são polícias, nem têm nenhuma autoridade de polícia, não sendo isso que se pretende, mas que venham reforçar os nossos meios. Assim, a nossa patrulha em vez de ter dois guardas, passa a ter um, e um militar do Exército, podendo-se fazer outra patrulha com o guarda que sobra e com outro militar do Exército, podendo como tal duplicar os meios. Nós próprios duplicamos os meios. A nível de formação é preciso explicar-lhes o que vão fazer, que não são autoridade e que vêm para prestar segurança, não sendo assim tão difícil, mas necessário fazer um módulo de formação para isso. Depois é preciso coordenação, uma série de medidas e que a lei especifique e clarifique tudo isto.

**5.** Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

**R:** Eu penso que não, visto que a única coisa que se pretende é o reforço dos meios da GNR ou da PSP com meios do Exército, não sendo necessário fazer mais nada, mas apenas reforçar.

**6.** Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

**R:** Segurança de pontos sensíveis e reforço nos patrulhamentos das zonas mais sensíveis.

**7.** No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

**R:** Não sei se foi assim que se passaram as coisas. Mas o que leva a isto é olhar para o lado e ver que todos os países fazem isto. Em países com sistemas semelhantes ao nosso, não há qualquer impedimento em que as Forças Armadas intervenham a nível interno, não sendo a nível de segurança interna, mas a nível interno, porque nesses países mais evoluídos, mais avançados e com democracias consolidadas, os recursos devem ser utilizados para a segurança.

**8.** Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

**R:** Só é benéfico para as Forças e Serviços de Segurança, porque são reforçados os seus recursos, que são escassos, e logo têm que apoiar.

**9.** Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Concorde Inteiramente.

## APÊNDICE F - ENTREVISTA AO ASSESSOR DE ESTUDOS E DIRECTOR DE EDIÇÕES DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** João Vieira Borges

**Posto:** Coronel do Exército

**Função Actual:** Assessor de estudos e Director de edições do Instituto da Defesa Nacional

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** Eu vejo essa disponibilidade no quadro legal actual, quer seja a Lei de Segurança Interna, N.º 53/2008, quer seja a nova Lei de Defesa Nacional, N.º 31 de 2009. Enquadram as Forças Armadas em situações de excepção (estado de sítio e de emergência) nesse tipo de apoio. Inclusivamente em termos de coordenação, há uma articulação em termos operacionais entre o Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e o Senhor Secretário Geral do Sistema Segurança Interna, articulação de todos os actores, nomeadamente no reforço das próprias Forças Armadas a Forças e Serviços de Segurança. No que se refere aos estados de sítio e de emergência, as situações estão legalmente descritas, mas numa situação normal, é perfeitamente compreensível pelo próprio enquadramento das duas recentes leis, e tendo por base as novas ameaças que não respeitam fronteiras. Hoje em dia, a participação de todos os actores, como as Forças Armadas, as Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente a Polícia Judiciária, que está ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Protecção Civil e o Planeamento Civil de Emergência, devem participar em conjunto e devidamente integrados numa estrutura que é adaptada (e bem) ao nosso País. Aquilo que as Forças Armadas fizeram não é mais do que ir ao encontro do que está na lei, e portanto ninguém tem de ficar traumatizado com isso,

porque traumatizados estavam em 1982 os legisladores quando criaram a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (29/82) que remeteu os militares aos quartéis, na sequência de acções desenvolvidas pelo então Conselho da Revolução ou por militares menos preparados para a democracia liberal. Considero portanto, a opção do Chefe do EME como perfeitamente normal no quadro legislativo actual.

**2.** Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** As outras missões de interesse público, denominadas pelo General Valença Pinto e constantes na lei, englobam não só o apoio às populações nas situações de catástrofe, mas também as decorrentes de uma situação declarada na sequência de um incêndio de grande intensidade, o cair duma ponte, o decorrente de umas cheias ou de um tremor de terra de grandes dimensões. Penso que nessas alturas as pessoas não vão estar a olhar para a lei, vão estar concentradas em resolver os problemas e nessas ocasiões vão claramente precisar das Forças Armadas. Nessas alturas o mal é quando as Forças Armadas não têm capacidade nem enquadramento, como nós assistimos recentemente no Haiti. Quando elas existem como em Portugal, com certeza que vão ser articuladas e trabalhar em conjunto antes que cheguem outras Forças em reforço oriundas de outros países. A lei é para salvaguardar aquilo que já foi cuidadosamente estudado incluindo as lições aprendidas. Com o surgir de novas situações nos últimos anos, sobretudo depois de 2001, muitas das leis tiveram que se adaptar às novas ameaças, riscos e desafios. Eu acho que o nosso enquadramento legal é quase perfeito neste momento. É claro que se poderia ter ido um pouco mais longe, mas fomos naquilo que era necessário e indispensável.

**3.** A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

**R:** Sim. Alguns ajustamentos organizacionais, que serão facilitados pela recente alteração das mentalidades no sentido do interesse comum, decorrente em parte da participação dos oficiais dos três Ramos das Forças Armadas e da GNR em cursos que decorrem no IESM (e em parte na Academia Militar). No que se refere a esses ajustamentos, julgo que os pequenos acertos se vão fazendo a pouco e pouco ao longo do tempo. Julgo que ainda haverá espaço para articular melhor cada uma das situações, sendo que o Estado avaliará os vários estados de situação, sejam eles de emergência ou crise, sendo que esta terá de ser melhor clarificada em termos legais no sentido de facilitar a intervenção de todos os actores. Aquilo que mais me preocupa nem é a situação do Exército, tem a ver mais com as questões de sobreposição de missões em algumas áreas, nomeadamente dos Bombeiros e de algumas forças da GNR na área do combate aos fogos



florestais. São pequenos acertos organizacionais, sendo que os grandes acertos estão feitos. São leis subordinadas das duas grandes leis e portanto não são inconstitucionais os procedimentos que definirem em termos organizacionais para pequenos conceitos de acção de âmbito mais tático e operacional.

4. O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

**R:** Não necessariamente. Os militares têm como primeira missão obviamente a Defesa da Nação, e como militares estão preparados primariamente para o combate. No caso da GNR, que também deve estar preparada para o combate (como militares que também são), a missão primária é a salvaguarda de pessoas e bens. Cada um tem a sua missão primária, e depois as competências que têm determinado tipo de forças podem ser adaptadas ao desempenho de determinadas missões. Eu fui comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, que teve 25 militares mortos no incêndio da Serra de Sintra em 7 de Setembro de 1966, militares que morreram porque não estavam devidamente preparados para cumprir aquela missão. Eu acho que não se deve dar uma qualificação específica para o desempenho de uma nova missão, que tem a ver com a missão primária de outra força ou serviço. Estou de acordo em que nós devemos desempenhar bem as nossas missões primárias e que nomeadamente a engenharia que está mais bem preparada para apoiar determinadas missões de âmbito civil, sejam aprontadas para o desempenho dessas missões. Se essas Forças precisam de mais gente qualificada, abram concursos, preparem e formem mais pessoal para terem mais gente qualificada. Cada um tem a sua missão primária e eu acho que estar a dar demasiadas missões aos militares, faz com que sejam mais ou menos qualificadas para tudo, com competências (reais) para muito pouco.

5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

**R:** Não. Penso que não é necessário estabelecer uma doutrina específica ou diferente. Há uma responsabilidade primária de determinadas entidades, em determinadas situações e naturalmente dos militares que as integram. A doutrina tem relação directa com a actuação no terreno para fazer face a determinada situação, sendo a entidade primariamente responsável que deve fazer doutrina (considerando as intervenções de outras forças de apoio em planos de contingência). As forças que apoiam devem actuar em conformidade com essa mesma doutrina (e contribuir eventualmente para a reformular com as lições aprendidas) e nunca criar doutrina nova (o que daria origem a graves problemas de descoordenação).

6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

**R:** Pode desempenhar missões de vigilância de determinados pontos sensíveis, perante determinadas ameaças, como ataques terroristas. É o que se passa em França, com a vigilância de importantes monumentos a ser feita por pares do Exército com a *Gendarmerie*. A ameaça de um ataque terrorista a vários pontos sensíveis do território nacional obrigaria eventualmente ao reforço das Forças e Serviços de Segurança. Em termos de Segurança Interna vejo também a participação das Forças Armadas nos casos em que a dimensão e periculosidade da ameaça coloquem em causa os bens das pessoas em determinadas zonas, em face da assumpção de incapacidade por parte das Forças e Serviços de Segurança. A GNR tem uma capacidade limitada para fazer face a determinado tipo de crime organizado, sendo normal que o Exército e muito particularmente neste caso, a Marinha e a Força Aérea apoiem.

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

**R:** Decorre do disposto na Lei. A disponibilidade sempre houve. Eu participei em diversas missões deste tipo, como comandante, antes da aprovação das leis a que atrás fiz referência e sempre decorrente da total disponibilidade manifestada pelo Chefe do Estado Maior do Exército. Aliás houve um incêndio recente na Serra de Sintra e o RAAA1 deu todo o seu apoio. Quem coordenou as operações foi o Presidente da Câmara, que faz os devidos e necessários pedidos pelos canais institucionais, tendo funcionado muito bem. Estivemos na retaguarda, não estivemos a apagar fogos, porque essa é uma responsabilidade primária dos bombeiros. Portanto logo que pediram a disponibilidade do Exército para a vigilância da serra de Sintra, o Exército respondeu prontamente com forças do RAAA1 e do Regimento de Comandos. Agora a disponibilidade vem mais no sentido do disposto na lei, até para as pessoas perceberem as recentes alterações. Há uma articulação própria nas duas leis e é importante mostrar às pessoas que essa disponibilidade existe objectivamente e não só no papel. Se a lei diz que o Exército pode e depois o Exército está calado, parece que não quer intervir. Se é aprovada uma lei que responsabiliza as Forças Armadas para apoiarem e ninguém diz nada, pode dar lugar a especulações jornalísticas. Julgo que a posição do Exército foi afirmar no sentido positivo que quando a Nação precisar, está pronto a actuar de acordo com lei em prol do País.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

**R:** As implicações são mais ao nível da actuação das diferentes Forças e Serviços de Segurança (FSS) do que ao Exército. Eu acho que as implicações devem ser pensadas e articuladas, caso a caso. Se é um apoio para a Segurança Interna, as FSS deve saber como vão articular parênteses e como deve fazer e activar planos de contingência. No caso de isto acontecer e das FSS precisarem do apoio das Forças Armadas, mais propriamente no caso de vigilância de pontos sensíveis, devem existir planos de contingência nos quais as Forças Armadas se enquadrarão de acordo com o disposto na lei. Se vão receber militares do Exército, da Marinha ou da Força Aérea, devem saber como é que vão ser enquadrados, como é que vão trabalhar em conjunto, que formação adicional vão receber, etc. (tal como as Forças Armadas têm isso equacionado para a GNR participar em caso de um ataque ao território nacional). E devem preparar tudo isso com um planeamento cuidado e realista.

**9.** Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Num estado de normalidade democrática não concordo, visto que o Exército já tem as suas missões atribuídas por Lei. Numa situação normal julgo que os meios das Forças e Serviços de Segurança são suficientes, mas caso não sejam, devem reforçar as respectivas forças com os devidos recursos humanos, materiais e financeiros. Agora em situações de estado de sítio ou de emergência sim, e de acordo com o disposto nas novas leis da segurança interna e da defesa nacional. Em situações de excepção ainda não contempladas em lei mas em que venha a ser considerado necessário esse apoio com certeza que concordo com a intervenção do Exército, com a necessária e adequada articulação de meios e de vontades (nesse caso muito para além do disposto – ainda – em lei).

## APÊNDICE G - ENTREVISTA AO CORONEL ARMÉNIO TIMÓTEO PEDROSO

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Arménio Timóteo Pedroso

**Posto:** Coronel da GNR

**Função Actual:** Director da Doutrina e Formação

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** A manifestação de disponibilidade de uma instituição tão relevante e importante como o Exército, antes de mais, deve ser entendida como um sinal de que a sociedade portuguesa pode contar com as Forças Armadas para fazer face a todas as ameaças, quaisquer que elas sejam. A forma como essa disponibilidade se pode concretizar é coisa bem diferente e muito mais complexa. Nos termos da Constituição e da Lei o Exército pode participar – e participa – na Segurança Interna, designadamente, em missões de interesse público e, no cumprimento das suas missões próprias, colaborando com as FS. Foi assim durante a recente visita do Papa a Portugal, em os que três ramos das FFAA se empenharam de forma articulada com as FS no terreno. A Lei de Segurança Interna e a Lei de Defesa Nacional prevêm e a articulação operacional entre as FSS e as FA, assegurada pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, embora o seu âmbito seja limitado ao cumprimento das suas missões próprias, ou seja, as Forças Armadas não entram na esfera das competências das FSS, tal como estas não cumprem missões de carácter militar que correspondem de forma exclusiva às Forças Armadas. É importante perceber que a lei portuguesa permite e regula essa cooperação, não apenas em missões de serviço público mas também e muito particularmente no caso do estado de emergência, durante o qual as Forças Armadas

também poderão ser chamadas a participar em missões de Segurança Interna. De qualquer forma, deve sublinhar-se que o envolvimento das FFAA nas tarefas de segurança interna tem sempre um carácter excepcional, em sintonia com as restrições naturais impostas pelo respeito e defesa dos valores e princípios basilares do estado de direito democrático. Apesar dos múltiplos espaços de intercepção, quanto ao objecto, os conceitos de Segurança Interna e de Defesa Nacional (responsabilidade comum) não são confundíveis, muito especialmente se nos referimos à componente militar da Defesa Nacional (responsabilidade exclusiva das FFAA) que só em situações muito precisas, quase cirúrgicas, pode ser admitida no âmbito da actividade de segurança interna. Na anterior Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, previam-se algumas excepções no que concerne ao exclusivo das Forças Armadas relativamente à componente militar da Defesa Nacional, admitindo-se a participação das FS, GNR e PSP, em missões militares sob comando operacional do CEMGFA, mas hoje não há qualquer excepção, a componente militar da Defesa Nacional é exercida exclusivamente pelas Forças Armadas.

**2.** Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** Portugal é um país pequeno, com escassos recursos, um país que está a viver uma crise profunda, ao nível económico e financeiro, tornando ainda mais imperativa a utilização óptima dos recursos que temos à nossa disposição. Uma vez que o Exército e as Forças Armadas, para o cumprimento das suas missões, dispõem de meios altamente sofisticados, únicos e especialmente onerosos, que podem ser decisivos para o sucesso operacional das FSS, não se compreenderia que tais meios não fossem utilizados em favor do trabalho das FSS, sempre que tal se justifique. Para que tal aconteça não é necessário “trazer os soldados para a rua”, basta que a cooperação seja efectiva ao nível da operação de tais meios e da troca de informações, incluindo a análise conjunta, quando estamos nos tais espaços de intercepção. Dessa forma, sem custos acrescidos, todos ficam melhor capacitados para identificar as ameaças e actuar com oportunidade, no âmbito das respectivas missões. No meu entendimento, a actual fórmula de repartição de competências e atribuições, constante da Constituição e da Lei, parece-me adequada. Empenhar as FFAA na actividade de segurança interna, atribuindo-lhes novas responsabilidades, designadamente de carácter policial, fora das situações de excepção, seria um erro susceptível de subverter os princípios do estado de direito.

**3.** A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

**R:** Como referi na resposta à questão anterior, o Exército e as Forças Armadas já participam na segurança interna, num quadro legal que me parece equilibrado face ao nível e morfologia das ameaças com que nos confrontamos, pelo que não considero desejável nem útil alargar o âmbito dessa participação. Militares das FFAA na rua, fora das situações de excepção, significa sempre uma fraqueza do estado de direito e a incapacidade das FSS cumprirem o seu papel. Seria um sinal grave para o exterior e para o interior, uma deriva securitária, incompreensível num país que é tido como um mais seguros na Europa e no mundo. Para não falar de outros aspectos, basta equacionar os estragos que tal medida poderia causar na indústria do turismo. Mais do que ajustamentos organizacionais, julgo que a participação do Exército (alargamento da sua missão) na segurança interna exigiria profundas alterações legais, incluindo de ordem constitucional.

**4.** O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

**R:** Se pretendermos que, de forma permanente, os recursos das Forças Armadas, neste caso do Exército, sejam preparados para actuar na Segurança Interna, parece-me muito mais lógico e vantajoso do ponto de vista da boa governança, que esses meios e recursos passem, em definitivo, para a área da Segurança Interna. Excepto para fazer face a circunstâncias excepcionais, o “duplo uso” não pode ser regra institucional. Se uma instituição do Estado dispõe de capacidades excedentárias, elas devem ser eliminadas e os correspondentes recursos utilizados em favor de outras áreas onde são mais necessários, que é como quem diz se as FFAA têm recursos não utilizados no cumprimento das missões próprias, que podem ser empenhados na segurança interna, então que tais recursos sejam atribuídos directamente a essa actividade. É óbvio que as FFAA, para poderem participar de forma regular na segurança interna, teriam de proceder a profundas alterações, ao nível do armamento e equipamento e, muito particularmente, na formação dos seus recursos humanos. O Exército Português não está preparado para actuar na segurança interna, especialmente no que diz respeito às tarefas de interacção com as pessoas. Em determinadas circunstâncias é admissível que as Forças Armadas e o Exército sejam chamados a colaborar na actividade de segurança interna, mas sempre ao nível da vigilância e protecção de objectivos, não ao nível da actuação operacional em contexto policial, onde a subordinação à Lei prevalece sobre a subordinação hierárquica, onde lidamos com criminosos e infractores com direitos e protecção legal e não com inimigos. O caso muda de figura, por exemplo, nas situações de estado de sítio ou de emergência, cuja declaração pode implicar a restrição de alguns dos direitos, liberdades e garantias das pessoas. Num ambiente forçosamente mais securitário, de carácter excepcional, aí sim, entender-se-ia o envolvimento do Exército na actividade de segurança interna. Em síntese, para que o Exército pusesse trabalhar de forma minimamente adequada na área de

Segurança Interna seria necessário um enorme esforço de formação específica. Não vale a pena andar com rodeios, o Exército não está preparado para essa missão. De forma simplificada, podemos dizer que as missões militares são ditadas pelo Comandante e que as missões policiais são ditadas pela Lei, não é o comandante da FSS que diz se detém ou não, se efectua o auto de notícia ou não, temos de compreender que a qualidade de agente da autoridade é independente do relacionamento hierárquico, sendo exclusivamente subordinada à tutela da Lei.

**5.** Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

**R:** É evidente que uma hipotética atribuição de encargos de Segurança Interna ao Exército obrigaria à reformulação da sua doutrina, para emprego dos meios. Num estado de direito democrático, é muito difícil perceber e conceber a utilização dos meios do Exército em ambiente policial. A normalidade social não é compaginável com a presença de meios bélicos na rua para combater o crime, por muito grave e violenta que seja a sua expressão. No entanto, o Exército dispõe de alguns meios, especialmente ao nível das tecnologias da informação mais sofisticadas, orientadas para tarefas de vigilância, de comunicações e eventualmente de interceptação das comunicações, cuja utilização, em circunstâncias específicas e muito bem determinadas, pode constituir um contributo decisivo para as Forças e Serviços de segurança. Na recente visita do Papa a Fátima, existiu uma articulação perfeita, em que alguns meios das Forças Armadas, sofisticados, muito caros e de elevadíssima componente tecnológica, foram usados em favor das FS, com cada uma das Forças envolvidas a cumprir as respectivas missões, sem qualquer violação dos seus princípios doutrinários e de empenhamento operacional, tal como se prevê nas leis de Segurança Interna e de Defesa Nacional, em matéria de articulação.

Para haver um alargamento do âmbito da participação do Exército na Segurança Interna, naturalmente teria de haver uma reformulação da doutrina do emprego dos meios, e até uma reformulação do sistema de formação de cada militar. Importa sublinhar que as FS agem sempre no sentido de causar o mínimo dano às pessoas que em determinado momento estão à margem da lei, ao invés, as Forças Armadas, quando empenhadas em acções bélicas, prosseguem o objectivo de causar o máximo dano, de provocar o máximo de baixas e de destruição ao inimigo. A alteração deste paradigma fundamental exigiria, obviamente, profundas alterações na doutrina, nos modelos de empenhamento operacional e nos processos de tomada de decisão.

**6.** Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

**R:** Reiterando a consideração de que não é necessário nem útil atribuir ao Exército missões específicas de segurança interna, entendo que uma eventual maior participação das FFAA nesta actividade, deve dar-se ao nível da Protecção e Socorro e da Protecção do Ambiente e da Natureza, ou seja missões e tarefas de baixo pendor policial e que, normalmente, não implicam o uso do poder de autoridade. Também considero admissível o empenhamento das FFAA quando os meios das FFS se mostrem insuficientes para garantir a ordem e a legalidade democrática, mas neste caso, cairemos na tais situações de excepção, já devidamente acauteladas pela legislação portuguesa.

**7.** No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

**R:** O só recentemente ter demonstrado disponibilidade não é totalmente verdade, porque o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em Dezembro de 2002, já estabelece as capacidades das FFAA para intervir no plano da segurança interna, em colaboração com as FFS e, no mesmo sentido, a legislação das Forças Armadas e da Defesa Nacional tem vindo a acentuar a orientação das FFAA para a actividade de segurança interna. Esta mudança está relacionada com o recrudescer das designadas novas ameaças de dimensão global, ou mais concretamente do surgimento de novas circunstâncias e factores potenciadores das ameaças antigas, porque os tipos de crime (tráfico de seres humanos, imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, tráfico de armas, etc.) que lhe estão associados não têm nada de novo. A novidade está na forma e meios usados na sua prática. Acompanhado os caminhos da globalização, as actividades criminosas ganharam expressão transnacional e capacidade para actuar em praticamente qualquer sítio do mundo, servindo-se dos melhores meios de comunicação e recorrendo às mais sofisticadas plataformas tecnológicas do conhecimento e da informação, para desenvolver as suas actividades ilícitas, em posição de igualdade, quando não de superioridade, face aos governos, organizações e cidadãos das sociedades mais desenvolvidas do mundo. Estas novas circunstâncias e, em especial, os atentados de 11 de Setembro, determinaram profundas alterações conceptuais nos sistemas de segurança, acolhendo parte relevante da doutrina neo-conservadora que floresceu nos EUA e influenciou estratégias políticas nacionais e o próprio ordenamento jurídico de alguns países da União Europeia, de que é exemplo paradigmático o nosso Conceito Estratégico de Defesa Nacional (20 de Janeiro de 2003). É neste contexto que devemos enquadrar a disponibilidade do Exército para um maior envolvimento na segurança interna e no combate às novas ameaças. Deve acrescentar-se que a solução EUA tem sido marcada pelo signo do fracasso, em contraste com a bem sucedida opção espanhola que, face a idênticas circunstâncias (atentados de 11 de Março de 2004), manteve as FFAA afastadas da luta



contra o terrorismo e outras formas de criminalidade, seguindo o princípio de que, num estado de direito, o crime se combate com a lei (FSS e justiça) e não com as FFAA.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

**R:** Penso que isso não teria qualquer impacto na organização e formas de actuação das FSS, porque um ventual maior envolvimento do Exército na segurança interna terá sempre um carácter subsidiário, de reforço ou de complementaridade das FSS. Não me parece possível que, nas circunstâncias actuais, possam ser atribuídas ao Exército missões próprias de segurança interna.

9. Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

**R:** Concordo, nos termos estabelecidos na Constituição e na Lei, ou seja, em missões de serviço público. Também considero admissível e desejável que, no cumprimento das suas missões próprias, o Exército, tal como a FA e a Marinha, colaborem com as FSS, no âmbito do cumprimento das suas missões próprias, em favor das missões de segurança interna, tendo em conta que as FFAA dispõem de meios e tecnologia que podem ser particularmente úteis em situações concretas de segurança interna. De qualquer forma, entendo que os encargos atribuídos ao Exército, para fazer face à situação de normalidade da vida democrática, parecem-me os adequados e inteiramente consentâneos com os princípios fundamentais do estado de direito. Os casos excepcionais, se ocorrerem, terão o tratamento que a nossa Lei também prevê.

## APÊNDICE H - ENTREVISTA AO INTENDENTE PAULO MANUEL PEREIRA LUCAS

### Caracterização dos Entrevistados:

**Nome:** Paulo Manuel Pereira Lucas

**Posto:** Intendente da PSP

**Função Actual:** Secretário - Geral - Adjunto do Sistema de Segurança Interna

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre a Entrevista?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Perguntas:

1. Recentemente, o Exército manifestou a disponibilidade deste ramo para participar em missões de Segurança Interna. Como vê essa disponibilidade?

**R:** Como algo perfeitamente normal, considerando, nomeadamente, o interesse deste ramo das FFAA em alargar as suas áreas de actuação para domínios tradicionalmente menos associados à missão principal de defesa militar da República. A colaboração do Exército com as Forças e Serviços de Segurança (FSS), assim como outras entidades públicas ou privadas, irá contribuir para uma melhor segurança interna. O artigo 5.º da Lei de Segurança Interna (LSI), reflecte a intenção do legislador consagrar um dever especial de colaboração dos militares as forças e serviços de segurança.

2. Neste momento e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Exército só poderá actuar em caso de calamidade. Em que é que essa colaboração pode funcionar de maneira diferente?

**R:** Não me cabe seguramente a mim interpretar a Constituição. No entanto, o n.º 6 do artigo 275.º, estipula que as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico - militar no âmbito da política nacional de cooperação. Independentemente das interpretações, a Lei ordinária, nomeadamente, a Lei de Segurança

Interna (artigo 35.º), a Lei de Defesa Nacional (artigo 24.º, n.º1, alínea e)) e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (artigo 4.º, n.º 1, alínea e)), prevêem a colaboração das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, em matéria de Segurança Interna e a cooperação “*tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais*”.

3. A participação do Exército na Segurança Interna implicará ajustamentos organizacionais?

R: No que respeita às FSS, entendo que a participação do Exército não irá acarretar quaisquer alterações organizacionais. Relativamente ao Exército, apesar de o meu conhecimento ser mínimo, julgo que poderão ser necessários alguns ajustamentos organizacionais, nomeadamente, nos que dizem respeito aos actuais mecanismos de comando, controlo e formação.

4. O aprontamento de forças requererá recursos e formação específica para o desenvolvimento deste tipo de missões?

R: Julgo que sim, dependendo do tipo de missões que possam ser desempenhadas pelo Exército no quadro da colaboração. Algumas missões poderão exigir recursos não disponíveis (sendo discutível efectuar o investimento no Exército ao invés de nas FSS) e investimento ao nível da formação geral e específica.

5. Será necessário desenvolver uma doutrina específica ou diferente, relativamente ao emprego de meios militares em missões de Segurança Interna?

R: Claro. As missões típicas na defesa militar regem-se pela doutrina militar, com valores e princípios diferentes da segurança interna. Porém, mais do que desenvolver uma nova doutrina importará definir e consolidar, através de um instrumento legal, as áreas susceptíveis de colaboração pelas FA, os princípios aplicáveis à colaboração, os mecanismos de articulação, comando e controlo, as regras de emprego/empenhamento, as dependências funcionais e cadeias de comando, etc.

6. Que tipo de missões poderá o Exército desempenhar no que concerne à Segurança Interna?

R: Esta é uma questão, no essencial, de natureza política e que deverá ser definida na esfera da governação e responsabilidade políticas: poderão colaborar na investigação criminal, atribuindo-lhes um estatuto de autoridades e de órgãos de polícia criminal? Poderão ser equiparados a agentes de autoridades e autoridades policiais e aplicar as medidas de polícia e medidas especiais de polícia previstas na LSI? Poderão desempenhar missões de manutenção e reposição da ordem pública? Poderão substituir, numa parcela do

território nacional, as FSS, assumindo a responsabilidade total da segurança nesse espaço (ex. Aeroporto, linha de comboio, etc.)? Apenas no reforço da protecção e segurança de infra-estruturas críticas?

7. No seu entender, o que terá motivado o Exército para que, só recentemente, tenha revelado esta disponibilidade em desempenhar missões de Segurança Interna?

R: Julgo que a disponibilidade não é recente. A sua publicitação e divulgação poderá ser mais evidente, mas julgo que o Exército sempre esteve disponível para colaborar, nas mais variadas formas, com as FSS.

8. Que implicações considera que poderão resultar em termos de organização e de actuação pelas Forças e Serviços de Segurança, caso o Exército venha a desempenhar outras missões de Segurança Interna?

R: Não sei. Só após a avaliação do tipo de missões a desempenhar, do nível de execução e das modalidades de comando e controlo, será possível avaliar e ponderar sobre as eventuais alterações estruturais e/ou procedimentais por parte das FSS.

9. Em suma, concorda ou não com o emprego do Exército em missões de Segurança Interna num estado de normalidade de vida democrática?

R: A minha posição dependerá, seguramente, do tipo de missões, das áreas de colaboração, das regras relativas ao comando e controlo, do carácter substitutivo ou complementar da colaboração, etc. Dependerá ainda do que se possa entender por “estado de normalidade”.

## APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS DA GNR E DO EXÉRCITO

### INTRODUÇÃO

Este questionário insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de GNR – Ramo Armas, subordinado ao tema "O EMPREGO DO EXÉRCITO EM MISSÕES DE SEGURANÇA INTERNA". O objectivo do questionário é recolher dados relativos à forma e em que circunstâncias poderá ou não ser empregue o Exército na Segurança Interna. Pretende-se que as respostas sejam dadas com base na sua experiência. Os dados serão alvo de tratamento estatístico, estando salvaguardada a confidencialidade de quem os fornece.

### INSTRUÇÕES

Selecione a resposta que melhor define a sua opinião, consoante as instruções fornecidas em cada questão e no final do questionário clique em ENVIAR. POR FAVOR responda a todas as questões obrigatórias. A sua opinião é fundamental para os resultados deste estudo.

Tendo em vista a confidencialidade das suas respostas, não se pretende qualquer tipo de identificação pessoal.

Felicidades e votos sinceros de sucesso pessoal e profissional.

---

#### \* Obrigatório

##### 1. Idade \*

- ☐ <25;
- ☐ 25 – 34;
- ☐ 35 – 44;
- ☐ 45 – 54;
- ☐ > 55.

##### 2. Sexo \*

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

**3. Identificação da Força em que presta serviço \***

- ☐ Exército
- ☐ GNR
- ☐ PSP

**4. Posto \***

- ☐ Alferes;
- ☐ Tenente / Subcomissário;
- ☐ Capitão / Comissário;
- ☐ Major / Subintendente;
- ☐ Tenente-coronel / Intendente;
- ☐ Coronel / Superintendente.

**5. Oriundo da Academia Militar ou do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna \***

- ☐ Sim
- ☐ Não

**6. Tempo de serviço \***

- ☐ Menos de 10 anos;
- ☐ 10 a 14 anos;
- ☐ 15 a 19 anos;
- ☐ 20 a 24 anos;
- ☐ 25 a 29 anos;
- ☐ Mais de 30 anos.

**7. Habilitações literárias \***

- ☐ <Licenciatura
- ☐ Licenciatura
- ☐ Pós - Graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

**8. Local onde presta serviço \***

- ☐ Açores
- ☐ Aveiro
- ☐ Beja
- ☐ Braga
- ☐ Bragança
- ☐ Castelo Branco
- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Faro
- ☐ Guarda

- ☐ Leiria
- ☐ Lisboa
- ☐ Madeira
- ☐ Portalegre
- ☐ Porto
- ☐ Santarém
- ☐ Setúbal
- ☐ Viana do castelo
- ☐ Vila Real
- ☐ Viseu

**9. Considera Portugal um país seguro? \***

- ☐ Sim
- ☐ Não

**10. Como avalia a segurança em Portugal? \***

1 2 3 4 5

Muito má	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito boa
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------

**11. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com a segurança em Portugal? \***

1 2 3 4 5

Muito Insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito
--------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	------------------

**12. Na sua opinião, qual foi a evolução da segurança em Portugal, nos últimos 5 anos? \***

- ☐ Diminuiu
- ☐ Manteve-se
- ☐ Aumentou

**13. Como classifica a evolução das políticas de segurança interna adoptadas pelo governo em Portugal nos últimos anos? \***

1 2 3 4 5

Muito má	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito Boa
----------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------

**14. Na sua opinião as Forças e Serviços de Segurança existentes são suficientes para garantir a segurança enquanto bem público? \***

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

**15. Se na sua opinião as FS existentes não são suficientes para garantir a segurança enquanto bem público, indique qual ou quais os motivos.** Responda apenas a esta questão se tiver respondido "Não" ou "Em parte" na questão anterior. Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Falta de recursos materiais;
- ☐ Falta de recursos humanos;
- ☐ Legislação inadequada ou inexistente;
- ☐ Falta de formação;
- ☐ Falta de eficácia / eficiência;
- ☐ Falta de coordenação / partilha efectiva de informação;
- ☐ Excesso de Actores / Forças e Serviços de Segurança;
- ☐ Outro.

**16. Na sua opinião, qual ou quais os problemas que poderão afectar a segurança de Portugal nos próximos tempos? \*** Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Uma grave crise económica mundial e / ou nacional;
- ☐ Crime organizado;
- ☐ Actos terroristas;
- ☐ Catástrofe ecológica;
- ☐ Epidemias;
- ☐ Catástrofe Natural;
- ☐ Acidente Nuclear;
- ☐ Conflitos étnicos ou religiosos;
- ☐ Produção de armas de destruição em massa;
- ☐ Guerra civil;
- ☐ Guerras entre Estados.

**17. Das seguintes missões genéricas que são comuns à GNR e à PSP e que constam das respectivas leis orgânicas, assinale a (s) que considera que poderão ser desempenhadas pelas Forças Armadas, em particular pelo Exército. \*** Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- ☐ Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- ☐ Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- ☐ Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- ☐ Desenvolver as acções de investigação criminal e contra - ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- ☐ Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- ☐ Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- ☐ Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;



- ☐ Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- ☐ Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- ☐ Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- ☐ Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- ☐ Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- ☐ Nenhuma das missões anteriormente referidas.

**18. Das seguintes missões específicas da GNR, assinale as que poderão ser desempenhadas pelas Forças Armadas, em particular o Exército. \***

Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- ☐ Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- ☐ Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;
- ☐ Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga;
- ☐ Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- ☐ Colaborar na prestação das honras de Estado;
- ☐ Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal;
- ☐ Nenhuma das missões anteriormente referidas.

**19. Das seguintes missões específicas da PSP, assinale as que poderão ser desempenhadas por parte das Forças Armadas, em particular pelo Exército \*** Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Licenciatar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;
- ☐ Licenciatar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção - Geral da Administração Interna;

- ☐ Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- ☐ Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto;
- ☐ Nenhuma das missões anteriormente referidas.

**20. Das restantes missões genéricas e específicas da GNR, assinale as que poderão ser desempenhadas pelas Forças Armadas, em particular pelo Exército \*** Pode assinalar uma ou mais que uma.

- ☐ Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- ☐ Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;
- ☐ Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- ☐ Nenhuma das missões anteriormente referidas.

**21. Das restantes missões genéricas e específicas da PSP, assinale as que poderão ser desempenhadas por parte das Forças Armadas, em particular pelo Exército \***

Pode assinalar uma ou mais que uma. (Existem diferenças em relação à questão anterior)

- ☐ Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- ☐ Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;
- ☐ Nenhuma das missões anteriormente referidas.

**22. A partir de 2004 o serviço militar passou a ser exclusivamente voluntário em Portugal (em tempo de paz). Considera necessária a profissionalização dos militares do Exército, para que este possa cumprir eficazmente a sua missão? \***

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

**23. Considera que o Exército dispõe dos recursos, meios técnicos e formação adequada para o desempenho de missões de segurança interna? \***

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

**24. Considera existirem múltiplos actores a nível da segurança interna? \***

- ☐ Sim  
☐ Não  
☐ Em parte

**25. Considera que a existência de várias tutelas, múltiplos actores e numerosos programas de prevenção dificultam a geração de sinergias entre os vários intervenientes na segurança interna? \***

1 2 3 4 5

Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
---------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------

**26. Considera que a existência de uma cultura de concorrência institucional entre os vários intervenientes na segurança interna constitui um forte obstáculo à cooperação e coordenação entre eles? \***

1 2 3 4 5

Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
---------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------

**27. Considera que uma redução do número de actores político-estratégicos (tutelas) e no número de actores operacionais (Forças e Serviços de Segurança) é essencial? \***

1 2 3 4 5

Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
---------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------

**28. Em suma, considera necessário o emprego do Exército em missões de segurança interna? \***

- ☐ Sim  
☐ Não

**29. Concorda com o seu emprego? \***

1 2 3 4 5

Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente
---------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------

## APÊNDICE J - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS

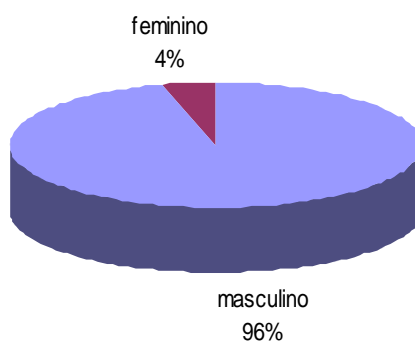


Gráfico J.1-Gênero.

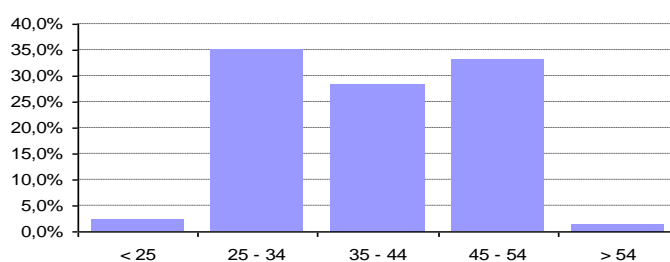


Gráfico J.2-Escalão etário.

Tabela J.1-Identificação da Força onde presta serviço.

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Exército	181	54,0	54,0	54,0
GNR	154	46,0	46,0	100,0
Total	335	100,0	100,0	

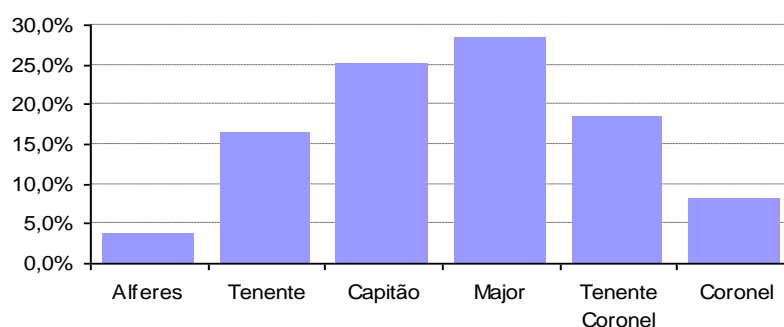
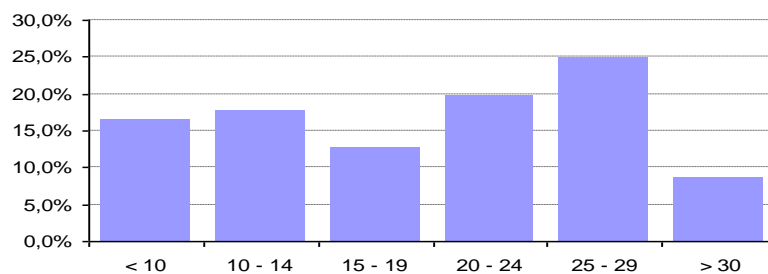


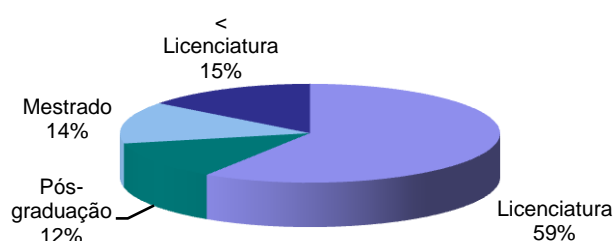
Gráfico J.3-Posto.

**Tabela J.2-Oriundo da Academia Militar.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	234	69,9	69,9	69,9
Não	101	30,1	30,1	100,0
Total	335	100,0	100,0	



**Gráfico J.4-Tempo de serviço**



**Gráfico J.5-Habilitações Literárias.**

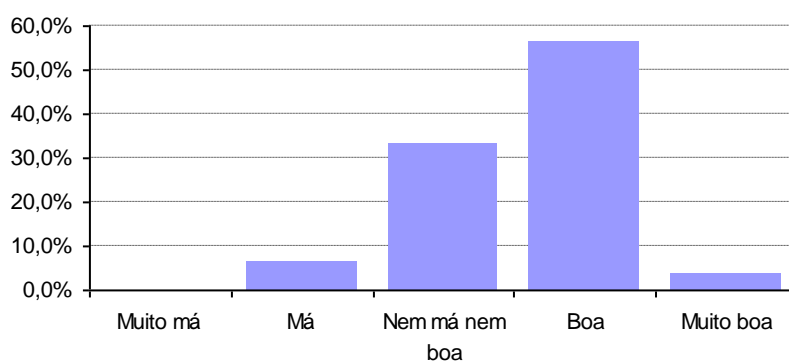
**Tabela J.3-Local onde presta serviço.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Açores	1	0,3	0,3	0,3
Aveiro	8	2,4	2,4	2,7
Beja	6	1,8	1,8	4,5
Braga	11	3,3	3,3	7,8
Bragança	2	0,6	0,6	8,4
Castelo Branco	7	2,1	2,1	10,4
Coimbra	16	4,8	4,8	15,2
Évora	10	3,0	3,0	18,2
Faro	7	2,1	2,1	20,3
Guarda	3	0,9	0,9	21,2
Leiria	10	3,0	3,0	24,2
Lisboa	158	47,2	47,2	71,3
Madeira	7	2,1	2,1	73,4
Portalegre	4	1,2	1,2	74,6
Porto	35	10,4	10,4	85,1
Santarém	21	6,3	6,3	91,3
Setúbal	5	1,5	1,5	92,8
Viana Castelo	4	1,2	1,2	94,0
Vila Real	7	2,1	2,1	96,1
Viseu	13	3,9	3,9	100,0
Total	335	100,0	100,0	

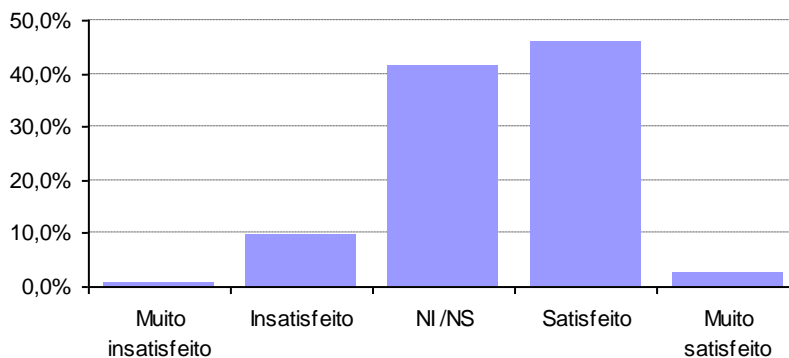
## APÊNDICE K - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO DE ESTUDO

**Tabela K.1-Considera Portugal um País Seguro?**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	307	91,6	91,6	91,6
Não	28	8,4	8,4	100,0
Total	335	100,0	100,0	



**Gráfico K.1-Como avalia a segurança em Portugal?**



**Gráfico K.2-Em que medida está satisfeito/insatisfeito com a segurança em Portugal?**

**Tabela K.2-Evolução da segurança nos últimos 5 anos.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Diminuiu	167	49,9	50,2	50,2
Manteve	108	32,2	32,4	82,6
Aumentou	58	17,3	17,4	100,0
Total	333	99,4	100,0	
Não sabe / Não responde	2	0,6		
Total	335	100,0		

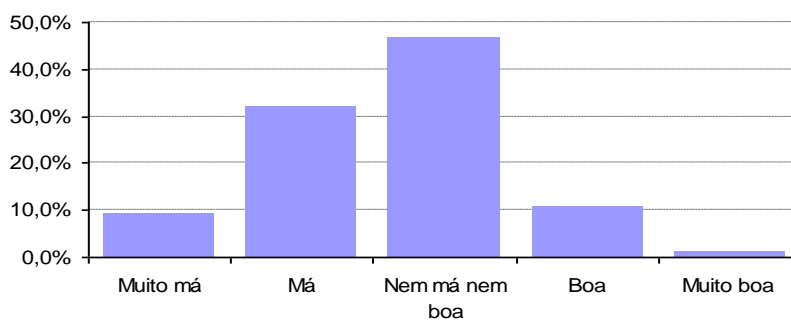


Gráfico K.3-Evolução das políticas de segurança interna.

Tabela K.3-As FSS são suficientes para garantir a segurança enquanto bem público?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	157	46,9	46,9	46,9
Não	57	17,0	17,0	63,9
Em parte	121	36,1	36,1	100,0
Total	335	100,0	100,0	

Tabela K.4-Motivos das FS não serem suficientes para garantirem a segurança.

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Falta de recursos materiais	45	29,2	60	33,1	105	31,3
Falta de recursos humanos	40	26,0	48	26,5	88	26,3
Legislação inadequada ou inexistente	46	29,9	73	40,3	119	35,5
Falta de formação	12	7,8	27	14,9	39	11,6
Falta de eficácia/eficiência	26	16,9	29	16,0	55	16,4
Falta de coordenação/partilha efectiva de informação	60	39,0	67	37,0	127	37,9
Excesso de actores/FSS	33	21,4	34	18,8	67	20,0
Outro	4	2,6	11	6,1	15	4,5

Tabela K.5-Problemas que poderão afectar a segurança em Portugal nos próximos tempos.

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Grave crise económica mundial/nacional	135	87,7	147	81,2	282	84,2
Crime organizado	127	82,5	142	78,5	269	80,3
Actos terroristas	35	22,7	58	32,0	93	24,8
Catástrofe ecológica	14	9,1	17	9,4	31	9,3
Epidemias	9	5,8	9	5,0	18	5,4
Catástrofe Natural	21	13,6	32	17,7	53	15,8
Acidente Nuclear	1	0,6	1	0,6	2	0,6
Conflitos étnicos ou religiosos	32	20,8	37	20,4	69	20,6
Produção de armas de destruição em massa	3	1,9	4	2,2	7	2,1
Guerra civil	3	1,9	5	2,8	8	2,4
Guerras entre Estados	0	0,0	4	2,2	4	1,2

Tabela K.6-Missões comuns à GNR e à PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército.

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito	29	18,8	63	34,8	92	27,5
Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens	23	24,9	37	20,4	60	17,9
Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança	15	9,7	37	20,4	52	15,5
Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos	5	3,2	29	16,0	34	10,1
Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas	2	1,3	6	3,3	8	2,4
Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito	3	1,9	11	6,1	14	4,2
Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada	9	5,8	12	6,6	21	6,3
Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional	20	13,0	56	30,9	76	22,7
Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza	69	48	109	60,2	178	53,1
Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas	70	45,5	108	59,7	178	53,1
Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei	3	1,9	16	8,8	19	5,7
Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo	13	8,4	31	17,1	44	13,1
Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos	27	17,5	59	32,6	86	25,7
Nenhuma das missões anteriormente referidas	57	37	34	18,8	91	27,2



**Tabela K.7-Missões específicas da GNR que poderão ser desempenhadas pelo Exército.**

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto	3	1,9	13	7,2	16	4,8
Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas	31	20,1	60	33,1	91	27,2
Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira	1	0,6	6	3,3	7	2,1
Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga	12	7,8	26	14,4	38	11,3
Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas	9	5,8	23	12,7	32	9,6
Colaborar na prestação das honras de Estado	69	44,8	94	51,9	163	48,7
Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal	2	1,3	5	2,8	7	2,1
Nenhuma das missões anteriormente referidas	75	48,7	65	35,9	140	41,8

**Tabela K.8-Missões específicas da PSP que poderão ser desempenhadas pelo Exército.**

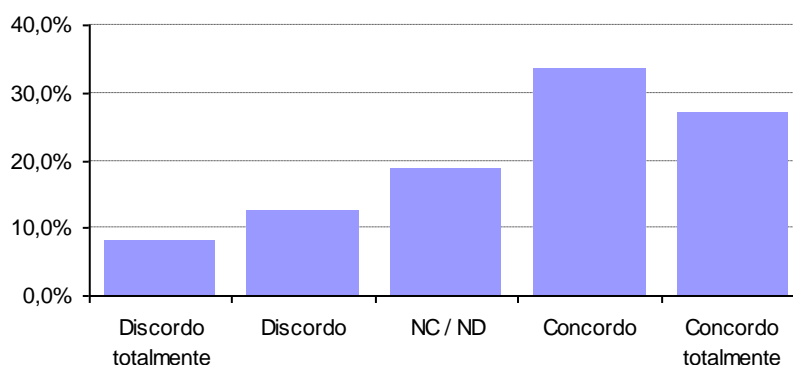
	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades	21	13,6	35	19,3	56	16,7
Licenciar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção - Geral da Administração Interna	2	1,3	10	5,5	12	3,6
Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante	31	20,1	75	41,4	106	31,6
Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto	3	1,9	12	6,6	15	4,5
Nenhuma das missões anteriormente referidas	111	72,1	94	51,9	205	61,2

**Tabela K.9-Missões genéricas e específicas da GNR que podem ser desempenhadas pelo Exército.**

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais	41	26,6	79	43,6	120	35,8
Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos	13	8,4	35	19,3	48	14,3
Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves	62	40,3	96	53	158	47,2
Nenhuma das missões anteriormente referidas	74	48,1	59	32,6	133	39,7

**Tabela K.10-Missões genéricas e específicas da PSP que podem ser desempenhadas pelo Exército.**

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais	39	25,3	79	43,6	118	35,2
Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos	13	8,4	32	17,7	45	13,4
Nenhuma das missões anteriormente referidas	109	70,8	94	51,9	203	60,6



**Gráfico K.4-Necessidade da profissionalização dos militares do Exército.**

**Tabela K.11-Teste de Mann-Whitney da questão n.º 22.**

	P22
Mann-Whitney U	13240,000
Wilcoxon W	25175,000
Z	-,817
Asymp. Sig. (2-tailed)	,414

**Tabela K.12-Necessidade de profissionalização do Exército.**

IDENTIFICAÇÃO	N	Média	Desvio padrão
Exército	181	3,64	1,215
GNR	154	3,53	1,259

**Tabela K.13-Teste de Mann-Whitney da questão n.º 23.**

	P23
Mann-Whitney U	4416,000
Wilcoxon W	16351,000
Z	-11,322
Sig.	,000

**Tabela K.14-Disponibilidade de recursos, meios técnicos e formação adequada por parte do Exército.**

IDENTIFICAÇÃO	N	Média	Desvio padrão
Exército	181	2,65	1,019
GNR	154	1,40	,736

**Tabela K.15-Existência de múltiplos actores a nível da SI.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	254	75,8	75,8	75,8
Não	18	5,4	5,4	81,2
Em parte	63	18,8	18,8	100,0
Total	335	100,0	100,0	

**Tabela K.16-Dificuldade na geração de sinergias entre os vários intervenientes na SI.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discordo totalmente	8	2,4	2,4	2,4
Discordo	23	6,9	6,9	9,3
NC / ND	76	22,7	22,7	31,9
Concordo	125	37,3	37,3	69,3
Concordo totalmente	103	30,7	30,7	100,0
Total	335	100,0	100,0	

**Tabela K.17-Obstáculos à cooperação e coordenação.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discordo totalmente	12	3,6	3,6	3,6
Discordo	31	9,3	9,3	12,8
NC / ND	72	21,5	21,5	34,3
Concordo	116	34,6	34,6	69,0
Concordo totalmente	104	31,0	31,0	100,0
Total	335	100,0	100,0	

**Tabela K.18-Redução do número de actores político-estratégicos e do número de actores operacionais.**

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Discordo totalmente	7	4,5	5	2,8	12	3,6
Discordo	15	9,7	25	13,8	40	11,9
NC / ND	41	26,6	54	29,8	95	28,4
Concordo	41	26,6	54	29,8	95	28,4
Concordo totalmente	50	32,5	43	23,8	93	27,8

**Tabela K.19-Necessidade de emprego do Exército em missões de SI.**

	GNR		EXÉRCITO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sim	8	5,2	113	62,4	121	36,1
Não	146	94,8	68	37,6	214	63,9

**Tabela K.20-Testes do Qui-quadrado.**

	Valor	Gl	Sig.
Pearson Chi-Square	118,137	1	,000
Continuity Correction	115,669	1	,000
Likelihood Ratio	135,738	1	,000
Fisher's Exact Test			,000
Linear-by-Linear Association	117,784	1	,000
N of Valid Cases	335		

**Tabela K.21-Instituição vs concorda com o emprego do Exército em missões de SI.**

		Instituição		Total
		Exército	GNR	Exército
Sim	Frequência	113	8	121
	% Concorda...	93,4%	6,6%	100,0%
	% Instituição	62,4%	5,2%	36,1%
	% do Total	33,7%	2,4%	36,1%
Não	Frequência	68	146	214
	% Concorda...	31,8%	68,2%	100,0%
	% Instituição	37,6%	94,8%	63,9%
	% do Total	20,3%	43,6%	63,9%
Total	Frequência	181	154	335
	% Concorda...	54,0%	46,0%	100,0%
	% Instituição	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	54,0%	46,0%	100,0%

## APÊNDICE L - MISSÕES COMUNS DA GNR E DA PSP

Quadro L.1-Missões Comuns da GNR e da PSP.

MISSÃO GERAL	Assegurar a legalidade democrática; <sup>1</sup>	GNR PSP
	Garantir a segurança interna e os direitos dos Cidadãos;	
MISSÃO GENÉRICA	Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;	GNR PSP
	Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;	
	Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;	
	Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos	
	Desenvolver as acções de investigação criminal e contra -ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;	
	Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;	
	Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;	
	Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;	
	Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;	
	Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;	
	Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;	
	Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;	
	Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;	
	Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.	

<sup>1</sup> A PSP acrescenta no N.º 2 do art.º 1º da sua lei orgânica N.º 53/2007 de 31 de Agosto a expressão "nos termos da Constituição e da Lei"

## APÊNDICE M - MISSÕES SEMELHANTES

Quadro M.1-Missões semelhantes

MISSÃO GERAL	Colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei;	GNR
	Participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.	EXÉRCITO
MISSÃO GENÉRICA	Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;	GNR
	Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, <u>tratados e convenções internacionais, na execução da política externa</u> , designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;	PSP
	Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;	EXÉRCITO
	Colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;	
	Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos.	PSP
MISSÃO ESPECÍFICA	Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;	GNR
	Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e <u>conservação da natureza</u> e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos.	

## APÊNDICE N - MISSÕES DISTINTAS

Quadro N.1-Missões distintas.

MISSÃO GENÉRICA		GNR
	Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades.	
MISSÃO ESPECÍFICA	Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;	GNR
	Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;	
	Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;	
	Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga;	
	Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;	
	Colaborar na prestação das honras de Estado;	
	Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;	
	Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal;	
	Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;	
	Licenciar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção - Geral da Administração Interna;	
	Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;	PSP
	Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.	

## APÊNDICE O - RESTANTES MISSÕES DO EXÉRCITO

**Quadro O.1-Restantes missões do Exército.**

<b>MISSÃO GERAL</b>	<p>Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;</p> <p>Executar as acções de cooperação técnico - militar nos projectos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, conforme respectivos programas quadro;</p> <p>Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 1 - A/2009, de 7 de Julho (Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais);</p> <p>Assegurar o cumprimento das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que lhe sejam atribuídas.</p>	<b>EXÉRCITO</b>
---------------------	--	-----------------



## APÊNDICE P - MISSÕES DA GNR

### Quadro P.1-Missões da GNR.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a legalidade democrática;</li> <li>• Garantir a segurança interna e os direitos dos Cidadãos;</li> <li>• Colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;</li> <li>• Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;</li> <li>• Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;</li> <li>• Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;</li> <li>• Desenvolver as acções de investigação criminal e contra - ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;</li> <li>• Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;</li> <li>• Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;</li> <li>• Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;</li> <li>• Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;</li> <li>• Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;</li> <li>• Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;</li> <li>• Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;</li> <li>• Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;</li> <li>• Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;</li> <li>• Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;</li> <li>• Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.</li> </ul>
<b>MISSÃO ESPECÍFICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;</li> <li>• Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;</li> <li>• Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;</li> <li>• Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;</li> <li>• Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga;</li> <li>• Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;</li> <li>• Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;</li> <li>• Colaborar na prestação das honras de Estado;</li> <li>• Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;</li> <li>• Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.</li> </ul>

## APÊNDICE Q - MISSÕES DA PSP

Quadro Q.1-Missões da PSP.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a legalidade democrática;</li> <li>• Garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito;</li> <li>• Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;</li> <li>• Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;</li> <li>• Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;</li> <li>• Desenvolver as acções de investigação criminal e contra - ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;</li> <li>• Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;</li> <li>• Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;</li> <li>• Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;</li> <li>• Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;</li> <li>• Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;</li> <li>• Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;</li> <li>• Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo;</li> <li>• Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;</li> <li>• Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;</li> <li>• Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;</li> <li>• Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.</li> </ul>
<b>MISSÃO ESPECÍFICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;</li> <li>• Licenciatar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção-Geral da Administração Interna;</li> <li>• Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;</li> <li>• Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.</li> </ul>

## APÊNDICE R - MISSÕES DA PJ

Quadro R.1-Missões da PJ.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação;</li> <li>• Desenvolver e promover as acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover e realizar acções destinadas a fomentar a prevenção geral e a reduzir o número de vítimas da prática de crimes, motivando os cidadãos a adoptarem precauções e a reduzirem os actos e as situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;</li> <li>• Proceder às diligências adequadas ao esclarecimento das situações e à recolha de elementos probatórios;</li> <li>• Detecção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais susceptíveis de propiciarem a prática de actos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes órgãos de polícia criminal;</li> <li>• Identificação de pessoas;</li> <li>• Realizar vigilâncias, se necessário, com recurso a todos os meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas, nos termos do disposto no Código de Processo Penal e legislação complementar.</li> </ul>
<b>MISSÃO ESPECÍFICA</b>	<p><b><u>Investigação dos seguintes crimes:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;</li> <li>• Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;</li> <li>• Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário;</li> <li>• Contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem;</li> <li>• Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho-de-ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;</li> <li>• Participação em motim armado;</li> <li>• Associação criminosa;</li> <li>• Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral;</li> <li>• Branqueamento;</li> <li>• Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio;</li> <li>• Organizações terroristas e terrorismo;</li> <li>• Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;</li> <li>• Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;</li> <li>• Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;</li> <li>• Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios;</li> <li>• Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão;</li> <li>• Furto, dano, roubo ou receptação de coisa móvel que:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;</li> <li>b. Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;</li> <li>c. Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação;</li> <li>d. Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa.</li> </ol> </li> <li>• Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;</li> <li>• Insolvência dolosa e administração danosa;</li> <li>• Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação;</li> <li>• Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;</li> <li>• Poluição com perigo comum;</li> <li>• Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas;</li> <li>• Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;</li> <li>• Económico-financeiros;</li> <li>• Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;</li> <li>• Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;</li> <li>• Crimes tributários de valor superior a € 500 000;</li> <li>• Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;</li> <li>• Tráfico de pessoas;</li> <li>• Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução relativos ao mercado de valores mobiliários.</li> </ul>

## APÊNDICE S - MISSÕES DO SEF

Quadro S.1-Missões do SEF.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar execução à política de imigração e asilo de Portugal, de acordo com as disposições da Constituição e da Lei e as orientações do governo.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder ao controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteira, impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não satisfaçam os requisitos legais exigíveis para o efeito;</li> <li>• Controlar e fiscalizar a permanência e actividades dos estrangeiros em todo o território nacional;</li> <li>• Assegurar a realização de controlos móveis e de operações conjuntas com serviços ou FS congêneres, nacionais e espanholas.</li> </ul>
<b>MISSÃO ESPECÍFICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigiar e fiscalizar nos postos de fronteira, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos, a circulação de pessoas, podendo impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves, indocumentados ou em situação irregular;</li> <li>• Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de portos ou aeroportos de risco sob o aspecto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias;</li> <li>• Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves;</li> <li>• Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, bem como investigar outros com ele conexos, sem prejuízo da competência de outras entidades;</li> <li>• Emitir parecer relativamente a pedidos de vistos consulares;</li> <li>• Conceder em território nacional vistos, prorrogações de permanência, autorizações de residência, bem como documentos de viagem nos termos da lei;</li> <li>• Reconhecer o direito ao reagrupamento familiar;</li> <li>• Manter a necessária colaboração com as entidades às quais compete a fiscalização do cumprimento da lei reguladora do trabalho de estrangeiros;</li> <li>• Instaurar, instruir e decidir os processos de expulsão administrativa de estrangeiros do território nacional e dar execução às decisões de expulsão administrativas e judiciais, bem como accionar, instruir e decidir os processos de readmissão e assegurar a sua execução;</li> <li>• Efectuar escoltas de cidadãos objecto de medidas de afastamento;</li> <li>• Decidir sobre a aceitação da análise dos pedidos de asilo e proceder à instrução dos processos de concessão, de determinação do Estado responsável pela análise dos respectivos pedidos e da transferência dos candidatos entre os Estados membros da União Europeia;</li> <li>• Analisar e dar parecer sobre os processos de concessão de nacionalidade portuguesa por naturalização;</li> <li>• Analisar e dar parecer sobre os pedidos de concessão de estatutos de igualdade formulados pelos cidadãos estrangeiros abrangidos por convenções internacionais;</li> <li>• Assegurar a gestão e a comunicação de dados relativos à Parte Nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS) e de outros sistemas de informação comuns aos Estados membros da União Europeia no âmbito do controlo da circulação de pessoas, bem como os relativos à base de dados de emissão dos passaportes (BADEP);</li> <li>• Cooperar com as representações diplomáticas e consulares de outros Estados, devidamente acreditadas em Portugal, nomeadamente no repatriamento dos seus nacionais;</li> <li>• Assegurar o cumprimento das atribuições previstas na legislação sobre a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;</li> <li>• Assegurar as relações de cooperação com todos os órgãos e serviços do Estado, nomeadamente com os demais serviços e FS, bem como com organizações não governamentais legalmente reconhecidas;</li> <li>• Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matéria de circulação de pessoas, do controlo de estrangeiros e da investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal e outros com eles conexos;</li> <li>• Assegurar, por determinação do Governo, a representação do Estado Português a nível da União Europeia no Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo e no Grupo de Alto Nível de Asilo Migração, no Grupo de Budapeste e noutras organizações internacionais, bem como participar nos grupos de trabalho de cooperação policial que versem matérias relacionadas com as atribuições do SEF;</li> <li>• Garantir, por determinação do Governo, a representação do Estado Português, no desenvolvimento do Acervo de Schengen no âmbito da União Europeia;</li> <li>• Assegurar, através de oficiais de ligação, os compromissos assumidos no âmbito da cooperação internacional nos termos legalmente previstos;</li> <li>• Colaborar com os serviços similares estrangeiros, podendo estabelecer formas de cooperação.</li> </ul>

## APÊNDICE T - MISSÕES DO SIS

Quadro T.1-Missões do SIS.

MISSÃO GERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover, por forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas.</li> </ul>
MISSÃO GENÉRICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Accionar os meios técnicos e humanos de que tenha sido dotado para a produção de informações, desenvolvendo a sua actividade de acordo com as orientações fixadas pelo Primeiro-Ministro e no âmbito das instruções e directivas dimanadas do Secretário-Geral;</li> <li>Elaborar os estudos e preparar os documentos que lhe forem determinados;</li> <li>Difundir as informações produzidas, de forma pontual e sistemática, às entidades que lhe forem indicadas;</li> <li>Comunicar às entidades competentes para a investigação criminal e para o exercício da acção penal os factos configuráveis como ilícitos criminais, salvaguardado o que na lei se dispõe sobre segredo de Estado;</li> <li>Comunicar às entidades competentes, nos termos da lei, as notícias e informações de que tenha conhecimento e respeitantes à segurança interna e à prevenção e repressão da criminalidade.</li> </ul>

## APÊNDICE U - MISSÕES DO SAM

### Quadro U.1-Missões do SAM.

MISSÃO GERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, no âmbito dos parâmetros de actuação permitidos pelo direito internacional e demais legislação em vigor.</li> </ul>
MISSÃO GENÉRICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança e controlo da navegação;</li> <li>• Preservação e protecção dos recursos naturais;</li> <li>• Preservação e protecção do património cultural subaquático;</li> <li>• Preservação e protecção do meio marinho;</li> <li>• Prevenção e combate à poluição;</li> <li>• Assinalamento marítimo, ajudas e avisos à navegação;</li> <li>• Fiscalização das actividades de aproveitamento económico dos recursos vivos e não vivos;</li> <li>• Salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo;</li> <li>• Protecção civil com incidência no mar e na faixa litoral;</li> <li>• Protecção da saúde pública;</li> <li>• Prevenção e repressão da criminalidade, nomeadamente no que concerne ao combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à pirataria;</li> <li>• Prevenção e repressão da imigração clandestina;</li> <li>• Segurança da faixa costeira e no domínio público marítimo e das fronteiras marítimas e fluviais, quando aplicável.</li> </ul>

## APÊNDICE V - MISSÕES DO INAC

### Quadro V.1-Missões do INAC.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regular e fiscalizar o sector da aviação civil e supervisionar e regulamentar as actividades envolvidas neste sector.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coadjuvar o Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, na definição das linhas estratégicas e de políticas gerais e sectoriais para a aviação civil, elaborando projectos de legislação, colaborando na preparação de diplomas legais e regulamentares, nacionais e comunitários;</li> <li>Assegurar o bom ordenamento das actividades no âmbito da aviação civil, regulando e fiscalizando as condições do seu exercício e promovendo a protecção dos respectivos utentes, designadamente através da realização de actividades inspectivas;</li> <li>Credenciar entidades públicas ou privadas para o exercício de funções técnicas no âmbito das suas atribuições;</li> <li>Assegurar a regulação de segurança do sector da aviação civil;</li> <li>Assegurar a regulação económica do sector da aviação civil;</li> <li>Promover e defender a concorrência no sector da aviação civil;</li> <li>Defender os direitos e interesses legítimos dos utentes do sector da aviação civil;</li> <li>Promover a segurança aérea, regulamentando, supervisionando, inspecionando e fiscalizando as organizações, as actividades, os equipamentos e as instalações do sector;</li> <li>Estabelecer objectivos de segurança operacional para a operação de meios aéreos ou de infra-estruturas de apoio à operação de meios aéreos, para a produção ou manutenção de meios aéreos e para a prestação dos serviços de gestão do tráfego aéreo, de informação e comunicações aeronáuticas, de navegação e vigilância e de gestão dos fluxos de tráfego aéreo, garantindo o seu cumprimento através da sua supervisão permanente;</li> <li>Colaborar na definição das políticas de planeamento civil de emergência;</li> <li>Supervisionar e garantir o cumprimento das normas comunitárias que regulam o céu único europeu e das restantes normas internacionais em matéria de navegação aérea e licenciamento de controladores de tráfego aéreo, enquanto autoridade supervisora nacional;</li> <li>Supervisionar e garantir o cumprimento das normas comunitárias relativas à aeronavegabilidade permanente das aeronaves e dos produtos, peças e equipamentos aeronáuticos, bem como à certificação das entidades e do pessoal envolvido nestas tarefas, enquanto autoridade competente;</li> <li>Estabelecer, enquanto entidade designada para o efeito pelo Governo, as altitudes mínimas de voo para cada rota dos serviços de tráfego aéreo, no espaço aéreo sob jurisdição do Estado Português e o tipo de desempenho de navegação exigido para a operação em rota;</li> <li>Supervisionar, enquanto autoridade supervisora nacional, a gestão do espaço aéreo e a gestão dos fluxos do tráfego aéreo;</li> <li>Assegurar a representação do Estado Português em organizações internacionais e comunitárias, nos termos da lei e sempre que assim for determinado;</li> <li>Promover a facilitação e a segurança de gestão de transporte aéreo e coordenar o respectivo sistema nacional, designadamente coordenar e supervisionar a implementação e execução dos programas nacionais de facilitação e segurança da aviação civil e de controlo da qualidade da segurança da aviação civil e promover a implementação e o desenvolvimento do programa nacional de formação e treino de segurança da aviação civil;</li> <li>Promover a coordenação civil e militar em relação à utilização do espaço aéreo, aos serviços de busca e salvamento;</li> <li>Participar nos sistemas de protecção civil, de planeamento civil de emergência e de segurança interna;</li> <li>Cooperar com a entidade responsável pela prevenção e investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis;</li> <li>Regular a economia das actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo no âmbito da aviação civil, respeitando o ambiente e os direitos dos consumidores;</li> <li>Colaborar no estabelecimento de obrigações de serviço público e na fiscalização do respectivo cumprimento;</li> <li>Negociar em nome do Governo, nos termos e condições fixados por este, acordos internacionais de serviços aéreos, bem como coordenar e fiscalizar a respectiva execução;</li> <li>Assegurar a imparcialidade do quadro regulatório e a transparência das relações comerciais entre operadores;</li> <li>Promover a competitividade e o desenvolvimento nos mercados da aviação comercial, nomeadamente no do transporte e trabalho aéreo, no da exploração aeroportuária e no da assistência em escala;</li> <li>Assegurar o bom ordenamento das actividades no âmbito da aviação civil, regulando e fiscalizando as condições do seu exercício e promovendo a protecção dos respectivos operadores contra práticas e actos ilícitos;</li> <li>Coadjuvar a Autoridade da Concorrência na aplicação das leis da concorrência ao sector da aviação civil;</li> <li>Promover estudos técnicos sobre as actividades e funções públicas relativas à aviação civil;</li> <li>Produzir e prestar informação ao Governo e ao público nas áreas de gestão e regulação da aviação civil.</li> </ul>



## APÊNDICE W - MISSÕES DAS FFAA

Quadro W.1-Missões das FFAA.

<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a defesa militar da República.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;</li> <li>Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;</li> <li>Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;</li> <li>Executar as acções de cooperação técnico - militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação;</li> <li>Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais;</li> <li>Colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;</li> <li>Quando se verifique o estado de sítio ou de emergência.</li> </ul>



## APÊNDICE X - MISSÕES DO EXÉRCITO

Quadro X.1-Missões do Exército.















<b>MISSÃO GERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.</li> </ul>
<b>MISSÃO GENÉRICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;</li> <li>Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;</li> <li>Executar as acções de cooperação técnico - militar nos projectos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, conforme respectivos programas quadro;</li> <li>Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 1 - A/2009, de 7 de Julho (Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais);</li> <li>Colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;</li> <li>Assegurar o cumprimento das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que lhe sejam atribuídas.</li> </ul>


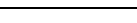
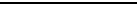
## **ANEXOS**






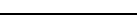
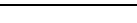






## ANEXO A - ÍNDICE GLOBAL DE PAZ – GPI MAP 2010



















































Tabela A.1-Índice Global de Paz - GPI MAP 2010

POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	
1	 New Zealand	1.188	
2	 Iceland	1.212	
3	 Japan	1.247	
4	 Austria	1.290	
5	 Norway	1.322	
6	 Ireland	1.337	
7	 Denmark	1.341	
7	 Luxembourg	1.341	
9	 Finland	1.352	
10	 Sweden	1.354	
11	 Slovenia	1.358	
12	 Czech Republic	1.360	
13	 Portugal	1.366	
14	 Canada	1.392	
15	 Qatar	1.394	
16	 Germany	1.398	
17	 Belgium	1.400	
18	 Switzerland	1.424	
19	 Australia	1.467	
20	 Hungary	1.495	
21	 Slovakia	1.536	
22	 Malaysia	1.539	
23	 Oman	1.561	
24	 Uruguay	1.568	
25	 Spain	1.588	
26	 Costa Rica	1.590	
27	 Netherlands	1.610	
28	 Chile	1.616	

POSICÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	
29	 Poland	1.618	
30	 Singapore	1.624	
31	 United Kingdom	1.631	
32	 France	1.636	
33	 Botswana	1.641	
34	 Lao People's Democratic Republic	1.661	
35	 Taiwan	1.664	
36	 Bhutan	1.665	
37	 Tunisia	1.678	
38	 Viet Nam	1.691	
39	 Kuwait	1.693	
40	 Italy	1.701	
41	 Croatia	1.707	
42	 Lithuania	1.713	
43	 Korea, Republic of	1.715	
44	 United Arab Emirates	1.739	
45	 Romania	1.749	
46	 Estonia	1.751	
47	 Mozambique	1.779	
48	 Ghana	1.781	
49	 Egypt	1.784	
50	 Bulgaria	1.785	
51	 Malawi	1.813	
51	 Zambia	1.813	
53	 Sierra Leone	1.818	
54	 Latvia	1.827	
55	 Tanzania, United Republic of	1.832	
56	 Libyan Arab Jamahiriya	1.839	
57	 Burkina Faso	1.852	
58	 Morocco	1.861	
59	 Namibia	1.864	
60	 Bosnia and Herzegovina	1.873	

POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	
61	 Panama	1.878	
62	 Greece	1.887	
63	 Gambia	1.890	
64	 Nicaragua	1.924	
65	 Albania	1.925	
66	 Moldova, Republic of	1.938	
67	 Indonesia	1.946	
68	 Jordan	1.948	
68	 Equatorial Guinea	1.948	
70	 Bahrain	1.956	
71	 Argentina	1.962	
72	 Cuba	1.964	
73	 Swaziland	1.966	
74	 Gabon	1.981	
75	 Rwanda	2.012	
76	 Cyprus	2.013	
77	 Madagascar	2.019	
77	 Paraguay	2.019	
79	 Senegal	2.031	
80	 China	2.034	
81	 Bolivia	2.037	
82	 Nepal	2.044	
83	 Macedonia, the Former Yugoslav Republic of	2.048	
83	 Brazil	2.048	
85	 United States	2.056	
86	 Angola	2.057	
87	 Bangladesh	2.058	
88	 Montenegro	2.060	
89	 Peru	2.067	
90	 Serbia, Republic of	2.071	
91	 Guyana	2.095	
92	 Mongolia	2.101	

POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	
93	 Dominican Republic	2.103	
94	 Trinidad and Tobago	2.107	
95	 Papua New Guinea	2.113	
95	 Kazakhstan	2.113	
97	 Ukraine	2.115	
98	 Jamaica	2.138	
99	 Liberia	2.148	
100	 Uganda	2.165	
101	 Ecuador	2.185	
102	 Congo	2.192	
103	 El Salvador	2.195	
104	 Iran, Islamic Republic of	2.202	
105	 Belarus	2.204	
106	 Cameroon	2.210	
107	 Saudi Arabia	2.216	
107	 Mexico	2.216	
109	 Mali	2.240	
110	 Uzbekistan	2.242	
111	 Cambodia	2.252	
112	 Guatemala	2.258	
113	 Armenia	2.266	
114	 Haiti	2.270	
115	 Syrian Arab Republic	2.274	
116	 Algeria	2.277	
117	 Turkmenistan	2.295	
118	 Cote D'Ivoire	2.297	
119	 Azerbaijan	2.367	
120	 Kenya	2.369	
121	 South Africa	2.380	
122	 Venezuela	2.387	
123	 Mauritania	2.389	
124	 Thailand	2.393	

POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	
125	 Honduras	2.395	
126	 Turkey	2.420	
127	 Ethiopia	2.444	
128	 India	2.516	
129	 Yemen	2.573	
130	 Philippines	2.574	
131	 Burundi	2.577	
132	 Myanmar	2.580	
133	 Sri Lanka	2.621	
134	 Lebanon	2.639	
135	 Zimbabwe	2.678	
136	 Central African Republic	2.753	
137	 Nigeria	2.756	
138	 Colombia	2.787	
139	 Korea, Democratic People's Republic of	2.855	
140	 Congo, the Democratic Republic of the	2.925	
141	 Chad	2.964	
142	 Georgia	2.970	
143	 Russian Federation	3.013	
144	 Israel	3.019	
145	 Pakistan	3.050	
146	 Sudan	3.125	
147	 Afghanistan	3.252	
148	 Somalia	3.390	
149	 Iraq	3.406	

Fonte: <http://www.visionofhumanity.org>



**ANEXO B - PLANO DE ALERTA VIGIPIRATE**

Quadro B.1-Plano de Alerta VIGIPIRATE.

<b>Níveis de alerta para o "Plano VIGIPIRATE"</b>
<b>Nível Amarelo</b>
Incrementa os níveis de segurança para enfrentar perigos reais mas ao mesmo tempo incertos, através de medidas locais e com o mínimo de perturbações na actividade normal, devendo estar preparados para passar para "Laranja" ou "Vermelho", no prazo de poucos dias.
<b>Nível Laranja</b>
Devem adoptar-se medidas contra riscos plausíveis de actividades terroristas, incluindo o uso dos meios que são moderadamente prejudiciais para as actividades públicas normais, devendo estar preparados para passar para "vermelho" ou "escarlate" avisando antecipadamente e se possível acerca destas medidas.
<b>Nível Vermelho</b>
Devem adoptar-se medidas contra o risco provável de duas ou mais actividades terroristas, incluindo medidas para proteger instituições públicas e de colocar no terreno os meios de socorro e de resposta adequados, autorizado quando tenha um nível significativo de alteração à actividade económica e social.
<b>Nível Roxo</b>
Deve prevenir-se o risco de ataques de maior dimensão e em simultâneo, usando níveis não convencionais e causando uma grande devastação. Preparam-se meios apropriados de resgate e de resposta ao inimigo, sendo estas medidas altamente prejudiciais à sociedade civil.

Fonte: <http://www.ind5.com>